

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Humanas e Sociais Departamento de Educação
Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação

Betânia dos Anjos do Carmo

**MUSEU DA INCONFIDÊNCIA E AS MARCAS DA EDUCAÇÃO NOS LIVROS DE
VISITANTES (1945-1965)**

Mariana

2018

Betânia dos Anjos do Carmo

**MUSEU DA INCONFIDÊNCIA E AS MARCAS DA EDUCAÇÃO NOS LIVROS DE
VISITANTES (1945-1965)**

Trabalho parcial apresentado à banca examinadora para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, Instituições e História da Educação (FPIHE).

Mariana

2018

C287m Carmo, Betânia dos Anjos do.
Museu da Inconfidência e as marcas da educação nos livros de visitantes
(1945-1965) [manuscrito] / Betânia dos Anjos do Carmo. - 2018.
172f.: il.: color; graf.; tabs; Anexos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Cesário Hamdan.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.
Área de Concentração: Educação.

I. Museu da Inconfidência . 2. Educação - História. 3. Museus - Frequência. I.
Hamdan, Juliana Cesário. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 37:069(043.3)



Betânia dos Anjos do Carmo

Museu da Inconfidência e as marcas da educação nos livros de visitantes
(1945-1965)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (a) em Educação, e aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan (Orientadora)
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Priscilla Arigoni Coelho (Membro)
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Verona Campos Sagantini (Membro)
Universidade Federal de Minas Gerais

Aos meus amores de tempo eterno, meus filhos:

Ana Carolina, Marcos Paulo e Pedro.

Vocês são a razão primeira pela qual insisto, resisto e sigo em frente!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ter-se realizado sem a ajuda e compreensão de todos que acompanharam a sua elaboração.

À Professora e orientadora Juliana Cesário Hamdan que acreditou na proposta do meu projeto e me conduziu com paciência e compreensão pelos caminhos conceituais do campo da educação, uma área até então desconhecida para mim. O seu olhar de educadora possibilitou ver nas fontes algo para além das assinaturas e procedências e fez descortinar uma série de possibilidades de interpretações com novas investigações que se transformaram nesta dissertação. Seus conselhos e condução permitiram o êxito deste trabalho e fizeram nascer em mim uma série de expectativas de trabalhar a Educação Patrimonial, para além deste trabalho, dos espaços não escolares, de forma indissociável ao campo da educação escolar e assim proporcionar ao cidadão brasileiro o direito à educação em sua forma mais plena.

Sou grata a todos os professores do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Por todas as discussões, debates, reflexões, ensinamentos, inquietações que modificaram, positivamente e de forma crítica a pessoa que sou hoje de uma forma irreversível. À professora Verona Campos Segantini e a professora e amiga Priscilla Arigoni Coelho, pelo incentivo e pelas contribuições e sugestões colocadas no momento da qualificação e que fizeram melhorar consideravelmente a trajetória desta pesquisa.

Aos amigos do Museu da Inconfidência, instituição tão querida e afetivamente ligada a mim desde a minha adolescência. À Margarete Monteiro, da administração central, na Praça Tiradentes, que permitiu a minha presença nos setores da instituição possibilitando o meu acesso aos arquivos e documentos e livros que serviram de base a esta pesquisa. Também às historiadoras Sueli Maria Perucci e Carmem Lemos, do setor de pesquisa, o amigo José Geraldo Basílio, Wouney da Costa Ferreira, todos lotados na Casa do Pilar, no Anexo do Museu local da pesquisa de campo. Agradeço a todos por todo carinho e paciência em me receber naquele local por quase dois anos de estudos, sempre me ajudando a localizar os documentos e livros e a controlar meus medos e ansiedade nos momentos mais críticos, como o período em que o prédio foi fechado para reformas no telhado, estendendo-se depois para pintura geral do prédio. Com toda a certeza, a ajuda de vocês foi necessária e fundamental.

À Universidade Federal de Ouro Preto, por tudo o que me permitiu ser.

Aos amigos, professores e colegas de trabalho da Escola de Direito, Turismo e Museologia, que só viram e ouviram eu dormir, acordar e respirar sobre a minha dissertação

todo esse tempo do mestrado. À amiga (e meio filha) Jacqueline Efigênia de Paula, Profa. Iara Antunes de Souza, Prof. José Luiz Singi Albuquerque e Prof. Amauri César Alves, todos do Departamento do Direito - DEDIR. Ao colega Wagney Nunes Leal, Prof. Bruno Camilloto e Prof. Leandro Benedini Brusadim, da EDTM. Ao colega Rafael Brasil Magalhães e Prof. Roberto Henrique Porto Nogueira, do CODIR. A Anderson Schmidt da Pós-Graduação. A secretária Maria do Carmo de Oliveira Aniceto e o Prof. Bruno Pereira Bedim do Departamento do Turismo - DETUR. Do Departamento de Museologia – DEMUL (onde tudo começou), agradeço aos colegas Marcus Vinícius Lamounier Quadros e Edson Fialho e ainda aos Professores Gilson Antônio Nunes, Yara Mattos e Márcia Maria Arcuri Suñer, sempre interessados no andamento das minhas pesquisas. Além do companheiro José Arlindo do Nascimento, que lá da portaria, cuida de todos nós.

Aos amigos e colegas ufopianos Adilson Pereira dos Santos e Marcilene Magalhães da Silva que com as próprias experiências e relatos de trajetória de vida acadêmica não me deixaram fraquejar. À afilhada Conceição Silva pelas conversas, cafés e sucos, em Mariana, depois das aulas e orientações do Mestrado.

À Débora Walter Reis, amiga de fé e de fato, “linda, alta, olhos verdes e servidora pública e ... modesta” por estar a meu lado toda vez que precisei e por me ajudar nesta empreitada acadêmica.

À Cynthia Maria Alves de Brito Andrade e Barros, que o Universo se encarregou de colocar em meu caminho desde 2008, quando entrei na UFOP, porque sabia que eu iria precisar de um anjo extra para suportar as adversidades e desafios que viriam pela frente e nesta dissertação que se tornou uma das coisas mais difíceis de se conquistar. Minha amiga de vida e de caminhada, irmã e confidente, agradeço por tudo e, como se não bastasse, também pela leitura e revisão do trabalho.

Aos meus irmãos, Marcelo, Mônica, Maurílio, Cyntia e à caçula Danielly que tanto me apoiou e ajudou neste trabalho e a toda a família Anjos, tios, tias, primos e primas. Ao filho que a vida trouxe até a mim, Edgar Alfredo de Sá. Todos torceram por mim e me ajudaram em diferentes momentos e com diferentes formas de carinho, incentivo, preocupação e orações.

Aos meus dois colaboradores principais na busca pelas fontes: minha mãe, a pedagoga Neuza dos Anjos do Carmo e o engenheiro e genro Athos Ciudin. Profissionais, parceiros e amigos, que ajudaram incansavelmente neste trabalho de formiguinha que foi ajudar a localizar e lançar os dados primários das tabelas. Sem vocês, seria impossível compilar as mais de 300 mil linhas das páginas das fontes em busca dos grupos escolares. Também à

Thalita Araújo pela formatação do trabalho.

Ao meu pai, José Efigênio do Carmo, que me ensinou a amar o Museu da Inconfidência desde a minha juventude. Meu pai, que levo sempre comigo e que vive em mim, mais presente do que nunca e sempre me dá a certeza de que a morte não é o fim. Pai, eu venci!

A meus filhos, Ana, Marcos e Pedro, amigos e companheiros de vida, de luta e de resistência, que sempre estiveram a meu lado, me apoiando a cada novo desafio.

Por fim, agradeço a Deus por tudo que tenho e que sou. Que a força do Universo guie a todos nós e nos dê forças para prosseguir.

A todos e a cada um, a minha eterna gratidão!

“O educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo [...], e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos.” (FREIRE, 1992, p. 47).

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de identificar e qualificar, no Museu da Inconfidência, localizado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a sua relação com o público vindo de instituições educacionais que o visitaram e assim compreender as estratégias e movimentos feitos por grupos de interesse público, particular e pessoal que procuravam reconstruir o discurso da história dos Inconfidentes, a partir das escolhas das memórias que deveriam ser preservadas como instrumentos ideológicos. Foram utilizadas como fontes cartas e ofícios encaminhados por professores e diretores de escolas, direcionados aos diretores do Museu e utilizou-se também os cadernos com as assinaturas dos visitantes, objeto privilegiado nesta pesquisa, com foco na visita de sujeitos que puderam ser identificados como ligados a instituições educacionais. Para a referida pesquisa optou-se pelo período compreendido entre os anos de 1945 a 1965, uma vez que estes espaços institucionalizados muitas vezes serviram como referência para discursos republicanos e nacionalistas, amparados por vários tipos de suportes de divulgação. O tipo de análise da pesquisa iniciou-se a partir dos textos constitucionais elaborados nas primeiras décadas do século XX, a fim de compreender os desdobramentos das constituições promulgadas entre as décadas de 1930 e 1960, com a finalidade de localizar nos textos as referências entre as legislações voltadas à educação e à preservação do patrimônio histórico nacional e os sujeitos envolvidos nesses processos. Em seguida, foram verificados os visitantes auto declarados estudantes, instituições de ensino e professores, para uma análise do público alvo. Como referencial teórico a pesquisa fundamentou-se nos estudos voltados às análises quantitativas em educação para o tratamento das fontes estudadas. Assim concluindo, verificou-se quais foram as instituições escolares que buscaram esse espaço de memória, de parte dessa história do país e qual foi a relação entre as escolas e o museu, no período delimitado.

Palavras-chave: Museu da Inconfidência. História da educação. Livros de visitantes.

ABSTRACT

The objective of this work was to identify and qualify, in the Museu da Inconfidência, located in the city of Ouro Preto, Minas Gerais, its relation with the public coming from educational institutions that visited it and then understand the strategies and movements made by groups of public, private and personal interest that sought to reconstruct the discourse of the history of the Inconfidentes, from the choices of memories that should be preserved as ideological instruments. Letters and official letters sent by teachers and school directors to the directors of the Museum, and the books with signatures of the visitors were used as sources, a privileged object in this research, focusing on the visitation of subjects that could be identified as linked to educational institutions. For this research, the period from 1945 to 1965 was chosen, since these institutionalized spaces often served as a reference for republican and nationalist discourses, supported by various types of dissemination media. The type of analysis of this research began with the constitutional texts elaborated in the first decades of the twentieth century, in order to understand the unfolding of the constitutions promulgated between the 1930s and 1960s, locating in the texts the references between the legislation aimed at education and the preservation of national historical heritage and the subjects involved in these processes. Next, self-declared student visitors, teaching institutions and teachers were checked for a quantitative analysis of the target audience. As theoretical reference the research was based on studies focused on quantitative analyzes in education for the treatment of the sources studied. Concluding, we verified which were the school institutions that looked for this space of memory, part of this history of the country and what was the relation between the schools and the museum, within the defined period. When analyzing the characteristics of the target public, it was possible to observe the presence of both foreign and Brazilian visitors, most of them came from the Southeast region, divided among secondary school students, university students and students from public and private schools and junior high school groups, and religious and military education institutions.

Keywords: Museu da Inconfidência. História da Educação. Livros de visitantes.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Levantamento das Fontes	104
FIGURA 2 – Cópia da Publicação da doação do Prédio da Penitenciária de Ouro Preto à União	168
FIGURA 3 – Cópia da Publicação do Decreto-Lei N. 965, de 20 de dezembro de 1938 que cria o Museu da Inconfidência.....	169
FIGURA 4 – Cópia as Ata da Sessão Solene de Inauguração do Museu da Inconfidência...	170

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Carta de estudante do 2º ano primário ao Diretor do Museu da Inconfidência	40
FOTO 2 – Panteão da Inconfidência	51
FOTO 3 – Telegrama de possível diretor de escola informando ao Diretor do Museu da Inconfidência uma excursão com grupo de alunos de Mogi das Cruzes.....	91
FOTO 4 – Correspondência do Diretor do Museu confirmando a recepção ao grupo de alunos do Colégio Experimental e dando outras providências acerca da estadia	92
FOTO 5 – Ofício n. 55/66 assinado pelo Diretor do Serviço de Museus Históricos, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, solicitando ao Diretor do Museu da Inconfidência informações sobre a Instituição para publicação no país e exterior	95
FOTO 6 – C.nº 49 assinada pelo diretor Cônego Raimundo Trindade em que agradece ao Jornal do Comércio pela divulgação de notas referentes ao Museu.....	97
FOTO 7 – Correspondência encaminhada pelo Colégio Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo de São Paulo ao Diretor do Museu comunicando visita de uma instituição educacional	99
FOTO 8 – Correspondência encaminhada pelo Ginásio Estadual Vocacional de Barretos ao Diretor do Museu agradecendo o acolhimento de professores e alunos	101
FOTO 9 - Programação de visita de grupo de escolar ao museu comunicando a seleção de cinco estudantes americanos para visitarem o “Museu de Tiradentes”	102
FOTO 10 – Modelo de Ofício de prestação de contas referente a público visitante encaminhado mensalmente ao IPHAN.....	106
FOTO 11 – Folha do Livro 1 de 29 de dezembro de 1945.....	112
FOTO 12 – Assinaturas com o uso de três pontos em formato triangular	114
FOTO 13 – Convenções sociais de estado civil	114
FOTO 14 – Localizado o registro de personalidades (Livro 01- 31.07.1948)	115
FOTO 15 – Livro de Personalidades ilustres: JK.....	115
FOTO 16 – Livro de visitantes ilustres	116
FOTO 17 – Registro da visita de grupo de escolares do Colégio Marconi em 1946	118
FOTO 18 – Registro da visita de grupo de escolares do Colégio Marconi em 1946 – Continuação.....	118
FOTO 19 – Homenagem de alunas do Colégio Sion (SP) às mulheres da Inconfidência Mineira, em 1962.....	120

LISTA DE MODELOS

MODELO 1 – Primeiro modelo de coleta de dados.....	109
MODELO 2 – Versão Final de formulário para a pesquisa quantitativa	110
MODELO 3 – Lançamentos Quantitativos mês/ano.....	111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Livros de Visitantes (volume/períodos)	107
QUADRO 2 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 29/12/1945 a 21/10/1948	145
QUADRO 3 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 21/10/1948 a 2/6/1951	146
QUADRO 4- Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 11/08/1951 a 04/07/1953 (lapso temporal de 69 dias entre o livro 2 e 3: de 02/06/1951 a 11/08/1951).....	147
QUADRO 5 - Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965)01/07/1953 a 30/05/1954	148
QUADRO 6 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 01/06/1954 a 01/05/1955	149
QUADRO 7 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 01/05/1955 a 12/04/1956	150
QUADRO 8 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 12/04/1956 a 10/03/1957	150
QUADRO 9– Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 13/03/1957 a 08/01/1958	150
QUADRO 10 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 08/01/1958 a 14/09/1958	151
QUADRO 11 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 14/09/1958 a 01/05/1959	152
QUADRO 12 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 01/05/1959 a 26/11/1959	152
QUADRO 13 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 28/11/1959 a 26/05/1960	153
QUADRO 14 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 26/05/1960 a 13/10/1960	154
QUADRO 15 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 13/10/1960 a 02/04/1961	155
QUADRO 16 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 23/04/1961 a 06/09/1961	156

QUADRO 17 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 08/03/1962 a 28/07/1962	157
QUADRO 18 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 08/03/1962 a 28/07/1962	158
QUADRO 19 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 29/07/1962 a 17/01/1963	159
QUADRO 20 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 17/01/1963 a 04/07/1963	160
QUADRO 21 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 04/07/1963 a 24/10/1963	161
QUADRO 22 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 24/10/1963 a 14/03/1964	162
QUADRO 23 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 14/03/1964 a 26/07/1964	163
QUADRO 24 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 26/07/1964 a 02/01/1965	164
QUADRO 25 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 02/01/1965 a 28/05/1965	164
QUADRO 26 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 28/05/1965 a 23/09/1965	165
QUADRO 27 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 23/09/1965 a 17/02/1966 (a pesquisa termina em 12/1965).....	166

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Tabela de registro de visitação de escolares em 20 anos, distribuídos pelos meses do ano.....	121
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CGG	Comissão Geográfica e Geológica
DEEDU	Departamento de Educação
DNPN	Departamento Nacional de
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MHN	Museu Histórico Nacional
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SPHAN	Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 INCONFIDÊNCIA MINEIRA: CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA CULTURAL E COLETIVA	25
3 ESCOLA E MUSEU: CONSTRUINDO IDENTIDADES	36
3.1 O lugar dos museus históricos nacionais	40
3.2 O Museu Histórico Nacional: “o embrião”	45
3.3 Contribuições do Movimento Modernista no Brasil	46
3.4 O Museu da Inconfidência	49
4 EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTEXTOS E DISPOSIÇÕES HISTÓRICAS E LEGAIS	54
4.1 Instituições culturais a serviço da nação	55
<i>4.1.1 Criação de instituições culturais no início do século XX.....</i>	<i>56</i>
4.2 Propostas de Políticas Educacionais na primeira metade do século XX.....	59
4.3 Projetos de modernização educacional do país.....	64
4.4 Constituintes e Constituições – educação e cultura.....	68
<i>4.4.1 A Constituição de 1933/1934, as legislações educacionais e a cultura.....</i>	<i>68</i>
<i>4.4.2 A Constituição de 1937, a legislação educacional e a cultura</i>	<i>77</i>
<i>4.4.3 A Constituição de 1946, a legislação educacional e a cultura</i>	<i>80</i>
<i>4.4.4 Constituição de 1967, a legislação educacional e a cultura.....</i>	<i>83</i>
4.5 Mediações entre educação e cultura e suas relações com a sociedade.....	85
<i>4.5.1 Órgãos de fomento à cultura.....</i>	<i>86</i>
4.6 Conclusão do capítulo	88
5 O MUSEU DA INCONFIDÊNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL, NA MEMÓRIA COLETIVA E NOS LIVROS DE VISITANTES.....	90
5.1 O imaginário coletivo e o museu	93
5.2 Análise das Fontes – Metodologia para coleta de dados	102
<i>5.2.1 Fluxograma da Metodologia.....</i>	<i>104</i>
5.3 Escolha das fontes	104
5.4 Análise global das Fontes – Desenvolvimento do Trabalho.....	107
5.5 Grupos de sujeitos ligados a instituições educacionais - aspectos gerais.....	116
5.6 Visitantes ligados a instituições educacionais em números.....	120
<i>5.6.1 Visitantes por ano.....</i>	<i>122</i>
<i>5.6.2 Visitantes por região</i>	<i>122</i>
<i>5.6.3 Visitantes por gênero.....</i>	<i>125</i>
<i>5.6.4 Visitantes por instituições.....</i>	<i>126</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE A – Registros encontrados nos livros de visitantes	145

ANEXO A – Termo de Doação	168
ANEXO B – Termo de Criação	169
ANEXO C – Termo de Posse	170

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história das civilizações, boa parte das narrativas históricas esteve atrelada ao resgate das memórias, sejam elas individuais ou em sua coletividade. Alguns autores como Jacques Le Goff (2003), Paul Ricœur (2007) e Maurice Halbwachs (2011) abordaram esse assunto levantando questionamentos como: o que deve ser considerado como valor histórico? Qual o tipo de valor deveria ser cunhado, transmitido e preservado para a posteridade? Quais as memórias deveriam ser mantidas? Como se forma uma memória coletiva?

Jacques Le Goff (2003) afirma que passado e presente, antigo e moderno, tradição e progresso são dualismos que fazem parte da constituição social, sobretudo nos países ocidentais. São definições que se moldam a partir de ideologias constituídas por meio de contextos históricos e ligados a fragmentos do passado e que, na verdade, não podem representar a real totalidade dos fatos. O autor assevera que a história contribui para a construção da memória coletiva, resguardando o passado que se quer preservar, mas também chama a atenção para os esquecimentos sociais que acabam por ficar à margem da totalidade dos fatos. Para o autor, “[...] a evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha” (LE GOFF, 2003, p. 469). Ainda segundo as palavras dele, “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 2003, p. 469).

A partir da contribuição de Le Goff (2003), percebe-se o quanto as relações de poder podem interferir na memória social e criar uma tensão acerca do que deve ou não ser narrado ou preservado. Se o que está registrado corre o risco de ser esquecido, esse risco aumenta exponencialmente quando um fato do passado é descartado ou considerado irrelevante. O que for desqualificado por meio dessa tensão, sobretudo de forma arbitrária, como algo sem valor, deixa de ser preservado e, com o tempo, tende a desaparecer. É nessa questão que se destaca a importância da historiografia, no sentido de revisitar o passado por outras vertentes. Dessa forma, esse estudo propõe uma análise que articula o campo da Museologia com o da História da Educação no Brasil, passando por um contexto histórico e jurídico desses dois campos, na primeira metade do século XX, tendo como objeto principal a presença de estudantes, professores e grupos escolarizados no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto/MG.

Esse público específico contribuiu para a manutenção dessa história e deixou

evidências registradas nos livros de visitação ou nos ofícios emitidos pelas escolas solicitando o agendamento das visitas a esse museu entre os anos de 1945 a 1965, recorte desse estudo.

A pesquisa desenvolveu-se por meio da revisão bibliográfica de autores que se debruçaram sobre a história dos museus nacionais e da história da educação no Brasil. Foram utilizados livros, documentos, anais, periódicos, teses e dissertações que abordaram estudos sobre a elaboração das leis relativas à constituição dos museus nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Procurou-se compreender a função desses espaços e suas contribuições como lugares de conhecimento, além de acompanhar a trajetória percorrida pela educação escolar no mesmo período. O objetivo desse processo foi destacar legislações, políticas públicas e reformas administrativas que foram consideradas relevantes para a constituição das instituições educativas, tanto das escolas como dos museus em especial, o Museu da Inconfidência. Ao procurar convergências entre escolas e o Museu em questão, foi feita uma investigação baseada em coleta de dados, tais como a busca por cartas, ofícios e todo o tipo de correspondências recebidas pelo Museu, originárias de instituições escolares que apontassem para o interesse de levarem seus alunos àquele espaço, o que ficou comprovado por meio dos registros feitos pelos grupos nos livros de visitação da Instituição. Nesse sentido, os documentos localizados no setor administrativo do Museu reservado à pesquisa de documentação histórica foram importantes a este estudo, à medida que corroboram, em maior ou menor grau, na proximidade entre escola e museu.

Desse modo, o objetivo da pesquisa foi buscar elementos que pudessem dar meios para explicitar como era a relação entre o público escolarizado e auto declarados como instituições escolares, alunos e professores, ligados às suas instituições de origem, que visitaram o Museu da Inconfidência de forma individual/particular (a passeio) ou em grupo (excursões/caravanas), no período delimitado. Desta forma, buscou-se perceber o lugar e a finalidade dos museus nacionais dentro dos organismos políticos e sociais em geral, mas especificamente, educacionais, que contribuíram para a formação da história brasileira e o seu papel nos espaços escolares.

O período delimitado para este trabalho esteve ancorado desde a ideia da criação do Museu à sua efetiva inauguração e abertura à visitação pública, aprofundando os estudos quando o Museu passou a adotar o uso dos livros de visitantes como registro. A avaliação das fontes iniciou-se a partir do livro 1 (um) de registro da presença dos visitantes, datado de 1945, prosseguindo até o 26º (vigésimo sexto) livro de visitação encontrado, fonte privilegiada nessa pesquisa, havendo ainda um livro referente aos visitantes ilustres. Entretanto, no âmbito deste estudo, foram analisados os livros compreendidos até o ano de

1965, considerando que, a partir dessa data, ocorre uma profunda transformação política no país, com a instauração da ditadura. Essa forma de governo, conforme já se anteviu, muda um pouco a relação dos museus com a sociedade mais ampla e com a educação, de forma particular. Por isso, ficou delimitado o recorte até o final do ano de 1965, entretanto, com a intenção de continuar a pesquisa em outro momento, estendendo a análise às décadas posteriores.

Para sustentar teórica e historicamente o período definido, buscou-se verificar em linhas gerais o contexto do final dos anos vinte e década de 1930, por entender que o recorte em análise foi desencadeado por acontecimentos e legislações que levaram o país a desdobramentos sociais, políticos, econômicos e culturais. Viu-se a importância de se traçar um panorama histórico que pudesse vislumbrar alguns pontos relevantes ao início da República, assinalando aspectos ligados a questões voltadas a espaços culturais com interesse no que estava acontecendo nas instituições escolares e nos museus, de forma particular. O fio condutor constituído para a análise desse processo histórico possibilitou a formulação de questionamentos acerca do estudo de caso: o Museu da Inconfidência. O interesse era procurar descobrir sobre o porquê de se criar um museu no interior do Estado de Minas Gerais e quais seriam os propósitos ideológicos dessa Instituição.

A pesquisa de campo foi realizada na Casa do Pilar¹, no anexo do Museu da Inconfidência, localizado na Rua do Pilar, na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. Acessível para pesquisadores desenvolverem seus trabalhos, esse setor é responsável pelo arquivo de parte da documentação histórica e administrativa do Museu, incluindo os livros de visitantes, objeto desse estudo.

O levantamento, compilação e análise dos dados encontrados a partir da fonte principal de pesquisa, os livros de visitação do Museu da Inconfidência, mostraram que o público escolarizado que mais se destacou foram de escolas particulares, além de instituições militares ou religiosas, sendo em número bem menor o registro dos visitantes de escolas públicas ou locais. Isso sinaliza para um quadro social que não contemplou de forma igualitária o cidadão brasileiro. O Museu recebia um público escolarizado específico e

¹ Conforme disposto na Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus, em seu art. 3º define que, conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, “[...] poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou **anexos** das instituições.” (BRASIL, 2009, grifo nosso). Para fins de aplicação desta Lei ficou definido como núcleo ou **anexo**, no inciso III “[...] os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu” (BRASIL, 2009). O site oficial do Museu da Inconfidência apresenta a Casa do Pilar como o Anexo III da Instituição, criada para abrigar o centro de pesquisas do Museu. Neste espaço fica o arquivo histórico, formado por cerca de 40 (quarenta) mil documentos dos séculos XVIII, XIX e XX, o setor de musicologia, a biblioteca, com cerca de 20 (vinte) mil volumes e ainda o setor pedagógico, que desenvolve atividades educativas à comunidade e aos visitantes.

economicamente privilegiado, já que a maioria originava-se de escolas particulares dos grandes centros urbanos, que poderia estar mais habituado e “habilitado” a frequentar estes espaços culturais de educação não escolar. O que se percebeu foi que a abrangência de alunos com acesso a esses locais de memória e história revelou-se contraditória ao proposto na legislação do período que garantia o direito à cultura e ao saber a todos. Na realidade, os registros de um público escolarizado encontrados nos livros de visitação revelaram que apenas uma parcela pequena e específica de cidadãos buscava o acesso a esse espaço cultural de formação educativa.

O primeiro livro de visitação localizado nos arquivos, registrado como “Livro 1”, foi incorporado à rotina do Museu em 29 de dezembro de 1945. Ao analisar os livros citados dentro da proposta do recorte temporal, chegou-se à conclusão de que as informações ali inseridas mostravam muito mais elementos do que apenas e tão-somente nomes, locais de origem e datas das visitas. Uma investigação mais atenta mostrou que muitos desses registros continham informações como a vinda frequente de grupos de estudantes de arquitetura, grupos de professores em formação acadêmica/profissional e ainda turmas originárias de escolas militares ou religiosas. Observou-se que muitos dos visitantes auto declarados escolares/escolarizados visitaram o museu de forma individualizada e/ou particular, ou seja, não vinham em grupos ou caravanas, o que possibilita concluir que, aparentemente, esse visitante incluía no passeio à cidade este roteiro cultural. Também estes, quando auto declarados, foram contabilizados na pesquisa quantitativa por entender que, de certa forma, as impressões pós-visita desse sujeito escolarizado a este espaço histórico poderiam ser transmitidas e disseminadas ao seu grupo de origem.

Em um primeiro momento, optou-se por organizar as fontes em campos de informações (constantes), que permitiram fazer um levantamento quantitativo do público visitante (variáveis). Dessa forma, a pesquisa foi conduzida a uma avaliação pontual acerca desse público que visitava o Museu, revelando quantos eram e de onde vinham esses grupos ligados a instituições escolares. Nessa primeira etapa, foram quantificados 26 (vinte e seis) livros de visitação de um total, numerados de forma cronológica. Cada livro continha 200 (duzentas) folhas, 400 (quatrocentas) páginas (frente e verso). Considerando que cada página possuía cerca de 30 (trinta) apontamentos de visitantes por folha, chegou-se a um total de 12.000 (doze mil) registros de visitação por livro. Ao final da pesquisa, chegou-se então a um total de 300.000 (trezentas mil) registros de visitantes ao longo dos vinte anos de livros estudados (1945-1965). Neste levantamento, isolou-se o público-alvo e, a partir daí, passou-se, então, a uma análise quantitativa dos dados encontrados para determinar quantos e quem

eram esses sujeitos/grupos escolarizados que visitavam o Museu da Inconfidência.

Por se tratar de um ambiente propício, construído para ser a capital, possuir um dos maiores conjuntos arquitetônicos em estilo barroco do país, além de se destacar o período ligado à exploração aurífera nesta cidade, provavelmente tenha contribuído para essa escolha. A centralidade da pesquisa voltou-se a esse Museu por ser essa instituição de grande relevância para o país, no que diz respeito a um período/fato histórico nacional que ali se abriga, ou seja, a história da Inconfidência Mineira. Uma história que começou a ser revisitada e a fazer parte dos espaços escolares a partir da primeira metade do século XX, quando os alunos começaram a ter aulas e estudarem sobre o tema, nos livros de história do Brasil, e ainda participarem de horas cívicas, concursos de redação, desfiles cívicos em data comemorativa entre outras atividades em que a Inconfidência Mineira se fazia presente. A fim de não afastar do objeto de pesquisa, que são os cadernos de visitantes contendo identificação com as instituições educacionais que visitaram o Museu em questão, optou-se por não se aprofundar em questões sobre como foram organizadas as disciplinas e o planejamento das aulas voltadas a este tema nos espaços específicos das escolas, o que, inclusive aponta para novos estudos sobre o tema.

Foram localizados nas correspondências do arquivo cartas de instituições escolares que buscaram o Museu como forma de complementação do conhecimento, por sua relevância e acervo histórico. Dentro do universo da pesquisa, o público ligado a escolas era composto por diretores, professores, alunos ou grupos de visitantes escolares que registraram sua presença nos livros, onde se percebe um público vindo de várias regiões do Brasil, sendo mais frequentes e em maior número os visitantes da região sudeste do país e ainda de outros países. Na busca por material de apoio, foram encontrados muitos livros, artigos, periódicos e anais envolvendo a cidade de Ouro Preto, o episódio da Inconfidência Mineira e a concepção do Museu em homenagem aos ditos heróis nacionais, o que reforça a crença de que esse assunto continuava sendo do interesse de muitos pesquisadores que estudam parte de uma memória histórica presente e que se mantém até os dias de hoje no país. Em artigo apresentado pela historiadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2005), foi investigada a abrangência desse fato histórico inserido na memória do povo brasileiro que, de acordo com algumas das cartas redigidas por representantes de instituições escolares e enviadas ao Museu, reforça a ideia de que a escola poderia buscar no Museu uma forma de complementação de estudos iniciados em salas de aula. Segundo a autora, o evento intitulado Inconfidência Mineira, “Além de ser um recurso comum nos jornais, aparecia também nos discursos pronunciados por políticos e convidados presentes nas festas e, mais permanentemente, nos textos dos livros didáticos de História ou de educação cívica utilizados nas escolas.” (FONSECA, 2005, p. 438).

2 INCONFIDÊNCIA MINEIRA: CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA CULTURAL E COLETIVA

Neste primeiro capítulo, o foco ficou de forma global, sobre a história da criação dos museus nacionais do país, procurando elementos que pudessem responder como e por que pensou-se em se criar o Museu da Inconfidência. O estudo procurou compreender qual o interesse que havia em se construir um museu com tal tipologia na cidade de Ouro Preto e quem foram os sujeitos que apoiaram essa ideia.

Desde o final do século XIX a mística acerca da história dos Inconfidentes começava a fazer parte da memória coletiva do país. Declarado feriado nacional, no primeiro governo provisório da República, o “21 de Abril” ou “Dia de Tiradentes” como é conhecido pelos brasileiros, foi ratificado pelo Decreto n. 155B, de 14 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890). A comemoração da data foi suprimida na década de 1930, pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, por meio do Decreto n. 19.488, de 15 de dezembro de 1930, (BRASIL, 1930b) e novamente restabelecida, pelo próprio Vargas, em 17 de abril de 1933, pelo Decreto n. 22.647 (BRASIL, 1933b). Nessa época, o episódio ganhou espaço no currículo escolar de História do Brasil², fazendo parte da ementa como a história da Inconfidência Mineira. Por esse motivo, entende-se que tanto essa data comemorativa quanto a criação do Museu, estavam ligados a um projeto de formação histórico-nacional apoiados pelos governos municipal, estadual e federal. A partir da década de 1930 percebem-se nos documentos encontrados na Casa do Pilar (conforme anexos I, II e III) textos com forte apelo nacionalista. Tal discurso serviu de garantia e apoio à construção de parte de uma história nacional que deveria ser contada a partir da cidade de Ouro Preto e preservada por meio de um museu.

Um dos entusiastas da história da Inconfidência Mineira foi Augusto de Lima Júnior que, com a ajuda de amigos intelectuais e figuras públicas de destaque teve o apoio de personalidades de prestígio nacional, como o diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), Gustavo Barroso (1888-1959), e o Arcebispo de Mariana, D. Helvécio Gomes de Oliveira (1876-1960). Este Arcebispo já havia iniciado um embate contra a decadência e o abandono das igrejas e imóveis das cidades de Mariana e de Ouro Preto, que se encontravam em condição de ruínas e depreciação. Esse religioso foi uma figura importante no que diz respeito à proteção dos objetos sacros das igrejas das duas cidades históricas, Ouro Preto e Mariana, e

² Para melhor compreensão do assunto, sugere-se a leitura: MOREIRA, Kênia Hilda. Os livros didáticos de História do Brasil para o Ensino Secundário na Era Vargas: entre autores, didáticas e programas curriculares. **Cadernos de História da Educação** [revista *Online*], v. 15, n. 2, p. 723-742, mai.-ago. 2016.

dos seus distritos. A fragilidade jurídica de proteção desse acervo propiciava saques em função do comércio e contrabando de objetos de antiguidades para abastecer a demanda de colecionadores. Muitas vezes esses roubos aconteciam pela ausência de instrumentos de controle e pela inexistência de órgãos e/ou legislações específicas voltadas à proteção do patrimônio material das igrejas das cidades históricas. Para o contexto da época, tratava-se de uma urgência em se criar instrumentos de regulação para preservação do patrimônio histórico.

Uma pesquisadora que estudou a influência de Augusto de Lima na construção desse “mito” foi Camila Kézia Ribeiro Ferreira (2014). Em sua dissertação de História, intitulada “A polêmica como patrimônio: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates sobre as políticas patrimoniais (1930-1966)”, a autora considera esse personagem peça fundamental ao sucesso do trabalho de resgate histórico-ideológico dos inconfidentes no diz respeito à contribuição do referido escritor, jurista e político (1889-1970), nas interlocuções a favor da cidade histórica de Ouro Preto.

Sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, atuou como historiador, pesquisador e jornalista e foi o responsável pelo projeto apresentado ao Presidente Vargas em que propunha dar à cidade de Ouro Preto o título de Monumento Nacional. Seu projeto tornou-se realidade por meio do Decreto-Lei n. 22.928, de 17 de julho de 1933. Três anos mais tarde, em 1936, o próprio Augusto de Lima foi o responsável pelo processo e acompanhamento de repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes que, pela sentença acusatória, foram degredados para o continente africano (FERREIRA, 2014, p. 45-46).

Na pesquisa, observou-se que esse processo não transcorreu com tranquilidade, uma vez que em vários momentos surgem disputas e relações de poder que chegaram a colocar em risco o projeto de sacralização da figura dos Inconfidentes. Em final dos anos 1930, foram encontradas publicações de grupos divergentes, que se dividiam entre os que apoiavam Augusto de Lima Júnior e outro grupo ligado aos membros da Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dentre eles o diretor geral desse órgão, Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969), e o diretor regional dessa superintendência em Ouro Preto, Vicente Racioppi. Em artigo publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³, Maria Lucia Bressan Pinheiro afirma que o advogado Vicente Racioppi foi “[...] figura central na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto – IHG-OP, em 29/8/1931, quem sugeriu a Vargas a elevação daquela cidade à condição de Monumento Nacional.” (PINHEIRO, 2017, p. 25).

³ Ver: PINHEIRO, M. L. B. **Trajetória das Ideias Preservacionistas no Brasil: as Décadas de 1920 e 1930.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 1, p. 13-31, 2017.

Tratava-se de disputas para decidir, por exemplo, quem iria comandar a repatriação dos restos mortais dos Inconfidentes. Em 1936 Getúlio Vargas optou por encarregar o Procurador do Tribunal Marítimo à época, Augusto de Lima, para a missão de acompanhar a travessia do navio Bagé da África ao Brasil. Esse episódio do traslado das urnas que abrigariam os restos mortais dos Inconfidentes tramitou em meio a conflitos gerando incidentes e acusações pelo fato das referidas urnas terem sido ‘esquecidas’ em um depósito de propriedade do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Rio de Janeiro, localizado na Favela do Esqueleto. O fato trouxe várias divergências entre grupos políticos do SPHAN. Um incêndio danificou as referidas urnas, gerando mais desavenças entre esses grupos opositores. As disputas travadas ganhavam dimensão na esfera pública, em notas publicadas em jornais. Na ocasião, o próprio diretor do Instituto Histórico de Ouro Preto, Vicente Racioppi, denunciou a precariedade com que foram tratadas as urnas confeccionadas para acondicionarem os restos mortais dos Inconfidentes, atribuindo, de forma indireta, a responsabilidade a Augusto de Lima (2014, p. 89). De acordo com suas palavras:

Estive no Rio de Janeiro (25 de junho de 1938) e fui visitar as urnas vindas pelo ‘Bagé’. Achavam-se no Consistório da Catedral, cheias de pó, mal arranjadas, algumas quebradas em parte. Telegrafei ao Dr. Getúlio Vargas lamentando o descaso e a irreverência e pedindo suas providências [...]. (RACIOPPI, 1960 *apud* FERREIRA, 2014).

O embate continua perceptível quando, alguns anos mais tarde, em 09 de fevereiro de 1962, Rodrigo Melo Franco de Andrade concede uma entrevista à Tribuna da Imprensa, na qual desqualifica as urnas, avaliando-as como imprestáveis, frágeis e pesadas (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1962, p. 10 *apud* FERREIRA, 2014, p. 90-91). Em contrapartida, Augusto de Lima declara ao jornal O Globo (RJ) suas divergências pessoais com Rodrigo Mello Franco de Andrade, acusando-o de desvalorizar as referidas urnas e o próprio ato de repatriamento dos restos mortais ocorrido anos atrás. Em sua crítica, Lima afirma que o diretor do SPHAN:

Fez desaparecer as artísticas urnas feitas em Lisboa, [...] registrando que o repatriamento dos inconfidentes se fizera sendo [...] encarregada da missão a minha pessoa. Isso bastou para que o colérico Diretor do Patrimônio substituísse as urnas clássicas, próprias dos ‘Panteons’, pelos tumulozinhos de fetos que estão em Ouro Preto. (LIMA, 1962).

O que se percebe nesses ataques e disputas de poder foi a perda de valor intrínseco e extrínseco das tais urnas que, segundo Ferreira, “[...] perderam o seu sentido simbólico e acabaram por serem esquecidas e despostas de valor histórico” (2014, p. 91).

Desavenças à parte, fato é que o “21 de Abril” passou a fazer parte definitivamente no

calendário oficial de feriados do Brasil, dando continuidade ao plano de governo que o Correio da Manhã noticiou como sendo a “redescoberta do passado brasileiro”, quando, em 21 de abril de 1936, o Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto que repatriou os despojos dos Inconfidentes de volta ao Brasil, com *status* de mártires e heróis da pátria.

Outro fato ligado a Augusto de Lima foi a idealização da Medalha da Inconfidência, sendo responsável pela redação do decreto, regulamento e planejamento da honraria, em 1952.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DO IHGB A SERVIÇO EDUCAÇÃO E DA MEMÓRIA

Observando a trajetória histórica de Augusto de Lima além do outras personalidades do período, vê-se que muitos deles estavam ligados ao IHGB. Ao acompanhar a trajetória histórica do IHGB pode-se perceber que a estratégia daquele Instituto foi, dentre outras coisas, a de disseminar com o apoio dos governos, a “história oficial” por intermédio da publicação de livros e periódicos, ampliando essa narrativa a escolas e museus. No estudo de José Ricardo Oriá Fernandes pode-se perceber a importância que o IHGB desempenhou na formação educacional do país, como também na formação sociocultural, uma vez que, segundo suas palavras, esse Instituto esteve presente “[...] na constituição do ‘corpus’ disciplinar da História e na produção dos primeiros manuais didáticos do país.” (2005, p. 122). Já Arno Wehing (1947), historiador, pesquisador e presidente do IHGB desde 1996, afirmou que “[...] os institutos devem responder aos desafios contemporâneos produzindo conhecimento, contribuindo para sua disseminação, constituindo acervos, construindo memórias e identidades e assessorando políticas públicas” (WEHING *apud* MARCOLIN, 2014).

A força desse Instituto na formação da recente história do país pode ser vista, por exemplo, nas publicações voltadas ao tema da História do Brasil, produzidas por membros do IHGB. Fernandes cita obras como a de José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913), que escreveu o livro “*A Instrução Pública do Brasil: História e legislação (1500-1889)*”; Francisco Adolfo Varnhagen⁴ (1816-1878), que produziu a obra intitulada *História Geral do Brasil* (1854). O referido pesquisador mencionou também os trabalhos de Joaquim Manuel de Macedo⁵ (1820-1882), que escreveu os livros “*Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução*

⁴ Historiador e membro-fundador do IHGB (FERNANDES, 2005, p. 129).

⁵ Joaquim Manuel de Macedo foi o primeiro professor responsável pela cadeira de História do Brasil, do Imperial Colégio Pedro II, criada em 1858, tendo sido também professor das Princesas D. Isabel e D. Leopoldina (FERNANDES, 2005, p. 129).

Primária” (1865) e *“Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II”* (1861- 1863). Sobre essa última obra, a historiadora Selma Rinaldi de Mattos assevera que a sua publicação serviu como uma das estratégias do IHGB em produzir material didático de História do Brasil, que, segundo Mattos tinha “[...] a intenção de escrever e ensinar a história para formar o grupo dirigente do Império” (MATTOS, 2000, p. 36).

Tanto a historiadora, educadora e ex-presidente do Instituto, Consuelo Pondé de Sena (1934-2015), quanto o advogado, professor e sócio do instituto, Edivaldo Machado Boaventura, asseguram que o IHGB constituiu-se como um Instituto que contribuiu para os projetos ideológicos do governo, entre aos anos de 1930 e 1960, no sentido de direcionar e disseminar estudos, pesquisas e cultura a instituições educacionais, museais, cinematográficas e radialísticas.

É também atribuído a membros do IHGB o interesse pelo resgate da história da cidade de Ouro Preto. Em artigo publicado, em 2017, nos Anais do Museu Paulista, a doutora e mestre em História Social Aline Montenegro Magalhães afirma que, entre o final de 1921 e princípio de 1922, membros do IHGB “[...] liderados pelo secretário Jonatas Serrano (1885-1944), solicitaram ao presidente Epitácio Pessoa (1865-1942) a proteção de edificações de Ouro Preto relacionadas à Inconfidência Mineira, então considerada precursora da Independência e da República” (MAGALHÃES, 2017, p. 239). Neste sentido e procurando elementos que justificassem a criação do Museu da Inconfidência, pode-se então compreender o motivo pelo qual a pesquisa debruçou-se sobre os trabalhos voltados à formação histórica do país, produzidos a partir do início do século XX pelo IHGB.

A Revolução de 30 depôs o presidente Washington Luís (1869-1957) e entregou a chefia do Governo Provisório a Getúlio Vargas (1882-1954), que assumiu para si a função de organizar a vida social e política do país, tendo como objetivo educar, moralizar e dar civilidade ao povo brasileiro. Para essa empreitada, apresentou em sua propaganda política um plano nacional que previa, entre outras coisas, a criação de novos ministérios e departamentos. Com o fim da República Velha, o escopo dessas mudanças contou com efetiva participação de políticos e intelectuais envolvidos na administração pública federal, que, mesmo com reservas, viram nesse processo uma possibilidade de participar ativamente da construção da nação proposta por Vargas. Para Júlia Silveira Matos a “[...] proposta de governo ia justamente ao encontro dos anseios, não apenas de políticos insatisfeitos com os rumos, mas principalmente dos intelectuais [...]” (MATOS, 2009, p. 208). Em meio a essas mudanças, viu-se surgir um movimento organizado por um grupo de educadores, políticos e intelectuais, que, nos anos de 1932, ficou posteriormente conhecido como “Pioneiros da

Escola Nova”. Dentre os que defendiam a proposta da Escola Nova, podemos citar figuras como Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970), dentre outros. Opondo-se a esse grupo, havia outro sob a liderança de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), que também tinha relações com políticos e personalidades influentes e era um dos porta vozes autorizados das propostas educativas ligadas à igreja católica.

Dessa forma, por orientação do governo e com o apoio de intelectuais e políticos, principalmente entre as décadas de 1930 a 1950, observa-se, no caso específico da pesquisa, a movimentação de práticas em que as instituições oficiais incentivavam as atividades cívicas ligadas aos símbolos nacionais que estavam sendo (re) criados para a construção de uma pátria nacionalista, enaltecendo hinos, bandeira, heróis. Essas ideias eram inseridas muitas vezes nos espaços escolares e em museus históricos. Assim, entende-se que, tanto as escolas como os museus foram um dos principais veículos utilizados por Getúlio Vargas apoiado por grupos de referência, cujos personagens estavam ligados a áreas como ensino, cultura, política, religião, comunicações, entre outros. Estes grupos contribuíram para estabelecer os rumos do que poderia ser considerada uma nova cultura brasileira. Apoiados em reformas políticas vê-se surgir um novo modelo de instrução pública além de novas práticas culturais que acabaram por modificar os espaços escolares e os não escolares.

Do ponto de vista político e econômico, ao longo da década de 30, um novo período da História do Brasil passou a ser construído. Esse período foi caracterizado pelo início do processo de transição de uma economia exportadora de matérias-primas para uma economia de substituição de importações (SAVIANI, 2011). Sobre esse contexto, de acordo com os economistas Diogo Del Fiori e Sérgio Marley Modesto Monteiro, o período foi um momento da história recente em que ocorreram mudanças significativas nas instituições políticas e econômicas, que contribuíram para o surgimento na industrialização nacional (FIORI; MONTEIRO, 2011). É certo dizer que a Revolução de 1930 provocou mudanças nas políticas educacionais das quais se destaca a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, que, sob o comando do Ministro Francisco Campos (1891-1968), promoveu reformas no ensino que deixavam a cargo dos Estados o ensino primário, muito embora esses vivessem uma constante escassez financeira. Na sequência, em 1934, Gustavo Capanema (1900-1985) assumiu o Ministério. Dentro das mudanças políticas e econômicas pelas quais o país se encontrava presenciou-se também mudanças relevantes na educação, como exemplo o surgimento do ensino Superior no Brasil como um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante com característica elitista servia para atender os filhos da aristocracia

colonial, que não tinham mais acesso às academias europeias (SOUZA, 2001).

Nessa análise, foram identificados processos de reestruturação tanto da educação quanto da cultura no Brasil, por meio do debate acerca das legislações que foram elaboradas, expressas nas Constituições Brasileiras de 1934, 1937, 1946, 1967 e ainda nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBs), a primeira publicada em 20 de dezembro de 1961, Lei n. 4.024/61, no governo do Presidente João Goulart; e a segunda, publicada durante o regime militar, pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 11 de agosto de 1971, Lei n. 5.692/71.

Revisando as reformas na educação e a inclusão do acesso à cultura nas legislações do país, entre as décadas de 1930 e 1960 e, mais especificamente no período contemplado por nossa pesquisa, 1945 a 1965, observa-se que o Museu em questão contribuiu como ferramenta de apoio para as práticas educativas escolares naquele período. Porém, o acesso ao conjunto de objetos de desejo e de contemplação salvaguardados naquele espaço de visitação pública foi restrito a um grupo muito pequeno da população brasileira. Muito embora a história dos Inconfidentes e de Tiradentes tenha sido amplamente difundida no país, fazendo parte da memória coletiva de grande parte da população brasileira, com a ajuda do governo em difundir o fato em propagandas, livros escolares e comuns, produções cinematográficas, discursos e data cívica incluída no calendário, foi constatado que o acesso ao espaço de memória ficou restrito a uma parcela pequena da sociedade. Os dados mostraram que visitaram o museu alunos de instituições educacionais que possuíam meios e estrutura própria que lhes permitissem programar essas visitas para além dos espaços acadêmicos. Essa seria, então, uma das divergências encontradas entre o direito educacional amplo previsto nas constituições, nas políticas educacionais e culturais, e os espaços culturais idealizados para, teoricamente, ser oferecidos a todo cidadão brasileiro.

A ideia foi traçar um contexto histórico das legislações voltadas para a educação e cultura, associadas a escolas e museus, na primeira metade do século XX, estendendo até os anos de 1970, no sentido de procurar elementos que pudessem apontar para as mudanças na estrutura educativa e social do país e descobrir se essas reformas foram capazes de contemplar os cidadãos brasileiros, dando-lhes o direito à educação e à cultura, conforme previsto nas constituições. Considera-se aqui que, ainda que a legislação contemplasse algumas demandas das camadas populares, por si só não garantiria, como não o fez, a realização destas. Assim, ainda que a educação e a cultura fossem contempladas para todas as camadas em termos legais, nem todas eram, de fato, atendidas. Nesse sentido, nosso estudo pretendeu compreender qual o público, mais diretamente ligado à educação, frequentava o museu.

Uma das razões pelas quais surgiu o interesse em estudar especificamente esse museu foi o fato de que, no mesmo período analisado, houve grandes mudanças no campo da educação. Tais mudanças fazem acreditar que escolas e museus foram utilizados como instrumentos ideológicos constituídos ou reformulados a partir de projetos institucionais que visavam disseminar, entre outras coisas, os feitos históricos nacionais e ainda salvaguardar bens e memórias de cunho comemorativo dentro do cenário nacional. Tal análise evidenciou a presença, sobretudo de estudantes e professores originados, em sua maioria do Brasil, mais precisamente da região Sudeste em relação às outras regiões, sendo que os grupos escolares de escolas particulares apresentaram-se significativamente em maior número em relação às instituições públicas. Dessa forma, o que se quer mostrar são algumas evidências que podem explicar o público ligado às escolas advindo de diferentes locais e a presença predominante de instituições particulares que visitaram o Museu da Inconfidência.

Foi um projeto que teve como objetivo a necessidade de educar o maior número de pessoas para torná-las um tipo determinado de cidadão. Porém, como já se sabe a educação não foi possibilitada a todos os indivíduos de forma igualitária e, de forma semelhante, os cidadãos que ela excluiu, eram, presumivelmente, das mesmas camadas sociais dos que os que não acessaram o museu.

Essa abordagem foi denominada pelo educador José Ricardo Oriá Fernandes como a “pedagogia do cidadão”, que objetivava “instruir” e fazer conhecer o novo, diminuir o conhecimento científico e mobilizar as massas. Para fundamentar a sua análise acerca da formação cidadã no sentido nacionalista, Fernandes cita o antropólogo argentino Nestor Garcia Canclini, quando afirma:

[...] que a construção da identidade nacional esteve diretamente relacionada ao projeto educacional dos estados na busca de sua legitimação e inserção na história. E, neste contexto, os livros didáticos, juntamente com os museus, o ensino da história, as datas comemorativas, as efemérides nacionais e os rituais cívicos foram elementos decisivos da cultura escolar no fortalecimento do sentimento de nação. (CANCLINI 1995, p. 139 *apud* FERNANDES, 2005, p. 129).

Assim, vê-se que a construção da identidade nacional para a formação cidadã à qual Fernandes e Canclini referem-se mostra que, de fato, há uma articulação pensada para se criar uma convergência entre instituições, dentre elas escolas e museus, dentro do projeto de fortalecimento do sentimento de nação, utilizando o reconhecimento de fatos históricos apoiados no resgate da memória e restabelecidos nessas instituições.

Logo, o entendimento é de que as escolas e os museus fazem parte integrante desses “lugares de memória” pelo fato de articularem uma memória à história ligada a uma

determinada ideia de nação. A seleção intencional do que deve ser lembrado, os vestígios do que precisa ser preservado e ainda o cuidado com o que necessita ser esquecido formam uma trajetória narrativa que contribui para a interpretação simbólica dos espaços coletivos das sociedades. É nesse sentido que essas instituições têm um papel fundamental na formação histórica do país, quer sejam pelos objetos sacralizados e expostos nos circuitos expositivos dos museus, quer pelos livros didáticos selecionados para serem apresentados aos alunos, evidentemente que de formas muito distintas. Ambos têm a função institucional de contar um fato que precisa ser constantemente revisitado e analisado por outros ângulos, como meio de ser apropriado de determinadas maneiras.

Ao analisar conceitos que envolvem a construção coletiva de identidade a partir de um conjunto de objetos, costumes, práticas sociais e bens históricos, Le Goff (2003) e Halbwachs (1990) defendem a ideia segundo a qual as relações de poder interferem na memória social, criando uma tensão entre dominantes e dominados, sobretudo quando essas se constituem como memória coletiva. Fatos legitimados e endossados, como feitos heroicos em um determinado período histórico, podem mais tarde contrapor-se a outro contexto, que, sob uma nova ideologia, ficam esquecidos. Instituições que cunharam suas histórias em torno de sujeitos classificados como ultrapassados ou modernos, heróis ou vilões, mártires ou traidores, são construções coletivas, que, de alguma forma, contribuíram para tecer a trama histórica do fato ocorrido que pode ser passível de revisão, evitando, assim, que se construa somente uma versão dos fatos. Esse é o papel da história. No caso da Inconfidência Mineira e o que se preservou no Museu da Inconfidência, não foi diferente.

Diante do exposto, pode-se assegurar que tanto a escola quanto o museu corroboram com a ideia de Halbwachs quando este afirma que, a lembrança é reconhecimento e reconstrução, e tanto o reconhecimento quanto a reconstrução “[...] dependem da existência de um grupo de referência, tendo em vista que as lembranças retomam relações sociais, e não simplesmente ideias ou sentimentos isolados, e que são construídas a partir de um fundamento comum de dados e noções compartilhadas” (1990, p. 33). A construção do Museu fez parte de um projeto idealizado por um grupo de referência que governava o país naquele período e tinha em mente o propósito de fortalecer a história da nação utilizando-se de fatos históricos do passado ainda presente na lembrança afetiva do povo. Uma estratégia que Halbwachs afirma ser:

Em termos dinâmicos, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo, na medida em que necessita de uma comunidade afetiva, forjada no entreter-se internamente com pessoas, característico das relações nos grupos de referência. Esta

comunidade afetiva é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo. (HALBWACHS, 1990, p. 15).

Na primeira metade do século XX o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundamental para o fortalecimento da manutenção e consolidação de memórias coletivas da nação. Fazendo parte desses grupos de referência, esse Instituto contribuiu para reunir e organizar registros de fatos e acontecimentos de períodos do passado a serem apresentados à nação e preservados para a posteridade.

2.2 GRUPOS DE REFERÊNCIA NO “PROJETO DE NAÇÃO”

Para tratar das construções acerca das memórias e esquecimentos voltados à formação identitária de um país, a museóloga Priscilla Arigoni Coelho (2015) afirma que os conceitos de memória e de identidade como construções sociais partem do pressuposto da noção de identidade dos povos, cunhada por meio da diferença de formação de um grupo em relação a outros. Essa diferença torna o grupo singular e o distingue por seu modo de convivência em comum, seus hábitos e costumes, saberes e fazeres, determinando o que os une em sua coletividade dentro daquela comunidade. Assim, a autora afirma que “A memória é campo de disputas pelo poder que trabalha seletivamente arregimentando os elementos que constituem o grupo de sua origem, já que a relação que se estabelece entre a memória e a identidade permanecem com base na necessidade de continuidade, tanto para o indivíduo quanto para o grupo.” (COELHO, 2015, p. 57).

Desta forma, observa-se que os chamados grupos de referência contribuíram para o que se pensava ser o “projeto de nação” que dentre outras coisas estavam preocupados em salvaguardar o que entendiam ser acervos de patrimônio, pesquisa ou identidade. Seria o que Coelho chamou de sequências discursivas do corpus, ou seja, a construção da base de processos de pertencimento coletivo, criados a partir da coleta, catalogação, acondicionamento e registro histórico do passado por meio de um patrimônio pré-existente. Dentro do escopo deste estudo, a pesquisa investigou algumas figuras públicas e de influência em várias esferas sociais, como Gustavo Capanema (1900-1985), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Edgard Roquete Pinto (1884-1954), Manuel Bandeira (1886-1868), Cecília Meireles (1901-1964), Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, mais conhecido como Gustavo Barroso (1888-1959), Bertha Lutz (1894- 1976), Edgard Roquete Pinto (1884-1954), entre outros.

A constituição, o resgate e a manutenção da memória dos fatos ocorridos na cidade de Ouro Preto contou com a contribuição de pessoas ligadas a instituições como por exemplo o IHGB, Gustavo Barroso (1888-1959), membro do IHGB e diretor do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro foi uma das personalidades que mais contribuiu para colocar a antiga Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto em um patamar histórico nacional, hoje de projeção internacional.

Em 1923, com 35 (trinta e cinco) anos, já fazia parte da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 1931 tornou-se membro do IHGB e da Academia de Ciências de Lisboa e da Sociedade de História Argentina (MAGALHÃES, 2017). Como contributo à preservação do patrimônio nacional pode-se resgatar textos de autoria de Barroso que, sob o pseudônimo de João do Norte, escreveu artigos como o publicado em 1926, no jornal Folha da Noite com o título de “*Supra montem*”, republicado em 1928 com o título de “Cidades mortas do sertão”. Magalhães refere-se ainda acerca de uma publicação feita no dia 22 de abril de 1927, em que Gustavo Barroso escreveu outro artigo referindo-se às cidades mineiras sob o título “Lendas de cidades mortas”, destacando a importância de Aleijadinho e dos Inconfidentes ao falar sobre Ouro Preto (MAGALHÃES, 2017, p. 243). Tais publicações foram fundamentais para se manter viva a história dos Inconfidentes e na sequência, a criação do museu.

É certo dizer que havia, naquela época, um conjunto de tensões ideológicas em diferentes espaços sociais, com ações orquestradas por vertentes distintas, que envolviam espaços públicos e grupos de poder ligados a instituições das quais museus e escolas se inseriam e eram disputados em defesa de um projeto nacional, que tinha como discurso a modernização e o crescimento com vistas ao futuro do país, sem deixar de lado o seu passado. “Em síntese, do ideal republicano, pode-se dizer que a educação escolarizada seria considerada como uma das práticas sociais mais adequadas para garantir a constituição de uma identidade nacional e propiciar o almejado desenvolvimento socioeconômico do país.” (HAMDAN, 2013, p. 129).

Deste modo, podemos considerar que tanto a escola como o museu caminharam de certo modo lado a lado, ainda que no campo das proposições, cada um com a sua missão e por meio de estratégias diferentes, porém com um mesmo objetivo, quando ambos procuraram replicar e repetir fatos que ficassem registrados na memória coletiva e cultural, a partir de um espaço físico construído, que fosse considerado como sendo de pertencimento do povo brasileiro, e que dessem sequência a uma história em comum àquele conjunto de pessoas, ou seja, atribuindo-lhe uma identidade. Como afirma Carvalho (1990), a construção destas instituições procurou criar vínculos entre passado e presente que pudessem ser capaz de cunhar uma identidade ao povo brasileiro por meio de um sentimento de pertencimento.

3 ESCOLA E MUSEU: CONSTRUINDO IDENTIDADES

Este trabalho analisou de que forma o Museu da Inconfidência, localizado na cidade de Ouro Preto/MG, consolidou-se por meio do fato histórico que o originou e cuja importância ficou registrada no calendário cívico nacional como uma data comemorativa e institucional, legitimada pela população brasileira, o “21 de Abril”, dia de Tiradentes e da Inconfidência Mineira. O uso dos livros de visitantes do Museu, como registro de fonte documental vislumbrou uma possibilidade de localizar visitantes que puderam ser identificados como sujeitos ligados a instituições educacionais, focando, principalmente, os seus aspectos geográficos, profissionais, culturais e de gênero. Algumas correspondências encontradas no arquivo administrativo da Casa do Pilar apontam para o interesse de escolas em visitar este espaço de memória histórica. O interesse por estas visitas poderia estar relacionado a fatores ligados a história ali exposta, a arquitetura do prédio ou pelo próprio ambiente construído, que conjuga a cidade de Ouro Preto ao estilo barroco, ao ciclo do ouro, às insurreições ocorridas, ao comércio de escravos ou à religiosidade, fatos que a inseriram no circuito das cidades históricas do estado de Minas Gerais. Outra hipótese poderia estar associada a um projeto de política educacional nacionalista voltado ao estímulo de atividades de caráter cívico.

Para a historiadora e Profa. Maria José Elias (1992), a formação dos museus no Brasil, inicialmente “[...] serviu para demonstrar tanto a unidade (o Estado Nacional), quanto a força do poder que une a Nação (Casa Reinante, Parlamento etc.); força demonstrada na ostentação de riqueza, cultura e saber” (ELIAS, 1992, p. 139). Essa forma de pensamento foi também o caminho escolhido pelas lideranças do período compreendido entre a República até meados do século XX, no Brasil, para os discursos expositivos dos diversos museus históricos que emergiram a partir deste período.

Partindo deste pressuposto, acredita-se que o Museu da Inconfidência possa ter contribuído de alguma forma à complementação de estudos a um público escolarizado oriundos de diversos espaços educacionais. Através dos livros de visita e das anotações neles contidas, pode-se vislumbrar em alguns dos registros o que esses sujeitos, ligados a instituições educacionais, tais como professores, diretores e alunos buscavam neste Museu. Alguns registros encontrados demonstraram que, de fato, algumas escolas procuravam a instituição por seu valor histórico, haja a vista que, além de deixarem seus nomes, datas e instituições de origem, deixavam nas páginas dos livros notas de professores ou responsáveis pelos grupos elogiando ou enaltecendo o feito histórico dos inconfidentes. Deste modo, ao

analisarmos estes registros percebe-se, dentro do escopo da pesquisa, que tais declarações evidenciam a importância desse movimento para a história do Brasil, o que leva a considerar já naquele período a possibilidade de o êxito do plano elaborado pelo Governo Vargas em transformar Tiradentes e os Inconfidentes em heróis nacionais.

Ao analisar os livros de visitantes, focando o público visitante escolarizado, percebe-se, pelos registros, que esses grupos, vinham a Ouro Preto pelo fato de ser uma cidade barroca, a mais importante do período do ouro na região das Minas Gerais, além de ter sido esta cidade o cenário da conspiração que resultou no museu que abriga parte de um momento da história em que o Brasil revoltou-se contra a cobrança de impostos exigida pela Coroa Portuguesa. A escolha desta cidade para a criação do Museu da Inconfidência sugere a força simbólica construída conforme as bases conceituais e ideológicas sobre as quais este trabalho se apoia estando associadas à memória coletiva e à construção de uma identidade nacional que ficou marcada no imaginário coletivo do povo brasileiro. Os registros da presença de sujeitos ligados a instituições educacionais demonstra como esse espaço foi, paulatinamente, sendo apropriado e propício a formação complementar da construção desta história que foi inserida como matéria curricular a ser estudada nas escolas públicas e particulares do país.

No estudo feito pela historiadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2005, p. 438), vê-se a maneira como esse fato histórico foi pensado para ser constituído pela memória do povo brasileiro. Segundo a autora, o dia da morte de Tiradentes já era comemorado desde o final do século XIX e, apesar de caro aos republicanos, em 1930 não havia sido instituída de fato uma tradição celebrativa mais firme, como ocorreria depois da chegada de Getúlio Vargas ao poder com o seu projeto de incutir o nacionalismo à população. Dessa forma, estamos considerando que esse projeto foi carregado de um forte apelo/poder simbólico, histórico e também educacional, que atribuiu ao Museu da Inconfidência relevância nacional. A partir da análise desse contexto é possível compreender melhor qual o tipo de relação que o museu estabeleceu com o cenário educativo do período da pesquisa, entre 1945 e 1965, utilizando, para isso, preponderantemente, as listas de visitantes como forma de expressão dessa relação. Vale ressaltar, entretanto, que, neste recorte, o museu ainda não possuía um setor educativo com programações de visitas guiadas a grupos escolares.

A Era Vargas, assim denominada em vários livros e artigos publicados para referir-se ao período compreendido entre 1930 e 1945, tinha como uma de suas metas a construção de memórias simbólicas para constituir uma identidade nacional, atribuindo grande responsabilidades para esse processo à educação, de forma geral, e aos professores de forma particular. Em discurso proferido em 1943, Vargas dirigiu-se diretamente aos docentes,

dizendo que “[...] cabia ao professor e à escola envolver os alunos em um apostolado cívico, restaurador da harmonia originária da sociedade brasileira” (VARGAS, 1937). O caminho do fortalecimento do civismo passava, necessariamente, pela escola e por seus professores. Assim, de acordo com as suas palavras:

A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos criadores. Concito-vos, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico, infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil. (VARGAS, 1937, p. 12).

Tal discurso demonstra que a educação e o civismo faziam parte essencial daquilo que o Estado Novo pretendia para o Brasil, com o objetivo de se criar um sentimento de brasilidade, moldar novas mentalidades e fortalecer o nacionalismo no país. Tudo fazia parte de um projeto de nação baseado em um grande empreendimento social, cultural e político, voltado ao “novo” cidadão. Nesse projeto a educação escolar foi fundamental uma vez que tinha a capacidade de socializar os indivíduos escolarizados nesta pátria planejada.

Da mesma forma que a educação foi utilizada como base aos discursos sociais e políticos vigentes, também os projetos voltados à cultura dos museus contribuíram para dar sustentação a construções ideológicas voltadas ao civismo. É deste período a criação de alguns museus que fizeram parte desses projetos culturais/educativos de nação serem locais institucionalizados, ficam localizados em ambientes propícios à visitação, possuindo, cada um com a sua missão, um potencial estrategicamente histórico e turístico com o objetivo de guardar as memórias (escolhidas/selecionadas) do país muitas vezes servindo de doutrina discursiva voltada aos interesses sociopolíticos de cada período. Mais tarde, de acordo com Bruno Brulon (2009), no final da década de 1960, com a chamada ‘crise do museu’, a museologia começa a passar por um processo de renovação de ideias e conceitos que são debatidos em encontros, congressos e seminários ao longo das décadas de 1970 e 1980, período em que surge o conceito de alinhado a uma Nova Museologia, que defendia um museu social e ativo, posicionando-se contrariamente à utilização de seus espaços para discursos nacionalistas, no caso dos museus históricos nacionais. Para este conceito que surgia e que foi denominado pelos profissionais da área como a nova museologia, esse tipo de articulação ideológica acabou sendo criticada por vários setores da sociedade e pelos próprios profissionais da área da museologia pelo fato de limitar e distorcer a função e missão dos museus para um propósito político. A nova museologia defendia a liberdade dessas

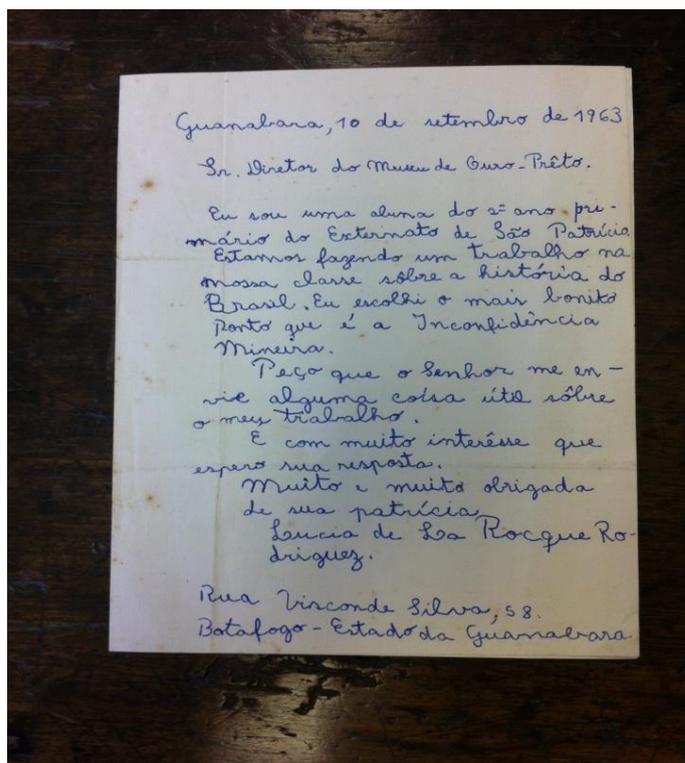
instituições em seu direito de recontar a história ali colocada a partir de bases reflexivas, garantindo em seus espaços expositivos a liberdade crítica e a contestação, desvinculados do controle do governo.

Instaurada como paradigma dos anos 1980, definida pela maioria dos seus adeptos como uma “Museologia de ação”, a Nova Museologia, que foi uma das tentativas de se organizar uma teoria em prol das mudanças sistemáticas que atravessavam os museus nos últimos dois séculos, refletia a insatisfação com a posição destes diante das sociedades, e significou uma tentativa de aproximar Museologia e Sociologia num só pensamento. (BRULON, 2009, p. 35).

A partir da década de 1970, muitos museus e o próprio campo do conhecimento, por meio de seus atores, começaram a passar por uma revisão reflexiva sobre suas funções e missões perante a sociedade e passaram a ser reconhecidos não somente no Brasil, bem como em toda a América Latina, como espaços institucionalizados a serviço da educação, do patrimônio e da cultura. Não foi por acaso que, em 1972, foi elaborada uma carta de intenções denominada Carta de Santiago do Chile, redigida no encontro latino- americano promovido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que definiu o papel integral e educacional dessas instituições. Os museus tornaram-se, dessa forma, agentes ativos das transformações sociais que ora se apresentavam nos países da América Latina, superando aquelas concepções iniciais.

Ao acompanhar o contexto histórico do período, compará-lo aos conceitos de memórias e ideologias e conectá-los com o objeto de estudo, o interesse do público escolarizado em visitar o Museu da Inconfidência, percebe-se que, de alguma forma, a tarefa de criar um símbolo nacional a partir de um fato histórico foi bem sucedida ao longo das décadas seguintes. Uma relevante evidência disso é que, em meio aos documentos encontrados, foi localizada a correspondência de uma criança, direcionada ao Diretor do Museu da Inconfidência, em que revela seu interesse em estudar este capítulo da história do país e ainda pede ajuda por mais informações, conforme figura 01, a seguir.

FOTO 1 – Carta de estudante do 2º ano primário ao Diretor do Museu da Inconfidência



Fonte: Foto da autora.

A correspondência escrita por esta aluna, por si só demonstra que a ideia da criação de um museu histórico na cidade de Ouro Preto, voltado a este tema foi acertada no que tange um direcionamento associado à sedução e lisonja da narrativa expositiva, fazendo com que as novas gerações, como esta criança, buscassem “os heróis” da nação e se “esquecessem” de que esses mesmos personagens foram condenados e considerados traidores em 1789.

3.1 O lugar dos museus históricos nacionais

Para além dos espaços escolares pode-se citar também como exemplos de espaços que guardam memórias coletivas, de forma mais sacralizada, as igrejas e os museus. Nestes espaços ficam guardados objetos constituídos de um conjunto de elementos comuns de valor coletivo, que podem servir de identificação aos sujeitos ligados a um contexto comum, criando o sentimento de pertencimento a diferentes grupos, tempos e lugares unidos por uma mesma história.

Quando estão inseridos em um circuito expositivo de um museu e são apresentados ao público, estes acervos carregam em si características extrínsecas e intrínsecas. São objetos cuidadosamente selecionados para demonstrar, conforme a intenção do discurso, força, poder, ostentação, cultura, ideologia e conhecimento. No caso dos Museus Históricos e Nacionais, os

objetos sacralizados e expostos servem de fundamentação à construção da nação.

Assim, para a historiadora e professora Maria José Elias (1992, p. 139), os museus criados no Brasil utilizaram uma forma de organização e conceitos baseados preponderantemente nos modelos europeus. Tais modelos possuíam, inicialmente, uma postura estatal de acúmulo de objetos ligados à nobreza, à elite e à burguesia. Essas instituições, de certa forma, seguiam o discurso determinado pelo Estado, em prol da construção de uma narrativa determinada da história de cada país.

Nesse ponto do texto, vale ressaltar a análise de Manuelina Maria Duarte Cândido (2013, p. 40), que observou, em seus estudos, os desafios contemporâneos ligados à gestão e ao planejamento de museus, que, muitas vezes, podem envolver interesses e tensões no que tange à maneira pelas quais os acervos foram adquiridos e formados por essas instituições. Segundo Cândido, muitas vezes, esses conjuntos, por vezes, se formam a partir de despojos de guerra, que foram retirados dos seus países de origem, ou seja, dos povos derrotados, saqueados ou ainda colonizados. Essa prática, por parte dos museus nacionais, sobretudo os europeus, passou a ser comum a partir da segunda metade do século XVIII e tinha por objetivo dar publicidade a um passado histórico dos povos “vitoriosos” ou saqueadores. O discurso expositivo⁶ era utilizado como uma forma de apresentar ao público as conquistas e o poder do Estado a outros países.

A constituição dos primeiros museus criados no Brasil, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, antigo Museu Real (1808), o Museu Paraense (1871) e o Museu Paulista (1895) procurou adotar algumas referências europeias para a exposição dos objetos nos espaços já existentes. Já no novo século, surgiram instituições como o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, a partir de uma demanda de se preservar um passado glorioso do país. O MHN foi o primeiro espaço museal criado no Brasil, no período ligado à República, e considerado até os dias de hoje, como o maior e mais importante do país nesta tipologia de museu.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o MHN é considerado o mais importante museu do Brasil, dentro da sua tipologia, compreende 67% (sessenta e sete por cento) do patrimônio museológico brasileiro. Esse espaço foi criado por meio do Decreto n. 15.596, de 02 de agosto de 1922, por intermédio do seu diretor, Gustavo Adolpho Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso⁷ (1888-1942). O Decreto que institui a

⁶ Circuitos expositivos estão diretamente relacionados com o processo de produção, ideias/imaginários e bens sociais reconhecidos pela sua materialidade (CUNHA, 2005, p. 3).

⁷ Foi advogado e jornalista, redator do Jornal do Comércio. Em 1914 assumiu a Secretaria de Interior e Justiça no

criação do Museu, previa, em seu item VI, “[...] a criação de um Curso Técnico comum ao MHN, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, com a finalidade de formar oficiais para o Museu e amanuenses para o Arquivo e a Biblioteca” (BRASIL, 1922). Somente em 1932 foram criados os cursos técnicos de Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia, cursos esses pensados inicialmente para responderem à demanda do acervo do próprio MHN e que, posteriormente, tornaram-se referência no campo das Ciências Sociais Aplicadas.

Uma das pessoas responsáveis por incentivar a criação do Museu da Inconfidência foi Gustavo Barroso, que dirigiu o Museu Histórico Nacional entre 1922 até 1959 (exceto o período compreendido entre 1930 e 1932). Foi da iniciativa do diretor do MHN que nasceu a ideia de criar um museu em homenagem aos Inconfidentes. Em julho de 1928, o então diretor do MHN, Gustavo Barroso, visitou Ouro Preto e constatou as condições alarmantes de abandono pelas quais se encontrava a maioria das construções. A partir daí inicia-se uma campanha de resgate do conjunto arquitetônico e histórico. Ele foi um dos primeiros críticos a manifestar publicamente o abandono e a falta de políticas públicas de proteção ao patrimônio nacional, seguido por Manuel Bandeira, Augusto de Lima Júnior, entre outros. Por isso, considera-se importante para a análise localizar os sujeitos responsáveis pelas escolhas que determinaram quais e onde deveriam ser criados outros museus semelhantes ao MHN.

Ficou também sob o seu comando a Inspetoria de Monumentos Nacionais, que foi criada pelo Decreto n. 24.735, de 14 de julho, e esteve em atividade entre os anos de 1934 a 1937. Em funcionamento, a Inspetoria esteve ligada a um dos departamentos do Museu Histórico Nacional, cujo diretor era Barroso. Mais tarde, a Inspetoria deu lugar ao SPHAN. O esforço em proteger e preservar a cidade de Ouro Preto como patrimônio nacional já vinha da década de 1920, com o apoio de intelectuais como o poeta Manuel Bandeira (1886-1868), Cecília Meireles (1901-1964), Mário de Andrade (1893-1945), Gustavo Barroso, Augusto de Lima Júnior, entre outras figuras públicas.

Outra pessoa que contribuiu para divulgar a situação em que estavam as cidades históricas de Minas foi o escritor Manuel Bandeira. Seu artigo publicado no jornal⁸, em setembro 1928, sob o título “Defesa de Ouro Preto”, revelou suas impressões negativas sobre

Ceará. Entre 1915 e 1917, foi Deputado Federal no mesmo Estado. Em 1919 participou da delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes. Em 1922 fundou e dirigiu o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Em 1923 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. No campo político, uniu-se à Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1933, tornando-se militante, fazendo parte do levante integralista de maio de 1938, o que o levou à prisão. Afastou-se da vida pública e assumiu novamente a direção do MHN em 1932, permanecendo no museu até 1959, ano de sua morte (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017c).

⁸ O artigo “Defesa de Ouro Preto” foi publicado originalmente em “Ilustração Brasileira”, n.º 97, em setembro de 1928, e também foi reproduzido em “Crônicas da Província do Brasil”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1930.

a antiga capital, que se encontrava em condição de abandono. Em forma de poesia de protesto, Bandeira escreveu a sua preocupação com o conjunto arquitetônico e com a história ali contada ao ver a antiga capital de Minas Gerais na condição de risco e desamparo por parte do Estado. O poema intitulado “Minha gente, salvemos Ouro Preto!” foi publicado naquela ocasião e, em 1938, já sendo membro do conselho consultivo da SPHAN, Bandeira recebeu como tarefa fazer um guia turístico a ser publicado pelo referido órgão, que se chamava “Guia de Ouro Preto” (ROMANO, 2017, p. 1129). A publicação desse livro fazia parte de um projeto de divulgação objetivando apresentar as práticas modernistas de preservação aplicadas pela SPHAN.

Nota-se por meio das revisões bibliográficas que tais publicações chamaram a atenção de um grupo de intelectuais que havia participado da Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo. No artigo “Ouro Preto dos poetas modernistas”, Márcia Arruda Franco faz um levantamento das consequências que a contribuição dos modernistas trouxe para a cidade. A autora destaca o ano de 1924, quando Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral (1886–1973), intelectuais que faziam parte do movimento que surgiu na Semana de 22, em São Paulo, voltaram seus olhares para as cidades históricas de Minas, suas igrejas e arquitetura barroca. Esse grupo, então, criou uma comitiva para percorrer algumas cidades do Estado com o objetivo de “redescobrir o Brasil” e criar uma identidade nacional. Chegando a Ouro Preto, um pequeno grupo auto declarados modernistas encontrou uma cidade decadente, em decorrência da transferência da capital para a nova cidade de Belo Horizonte, o que fez com que a antiga Vila Rica entrou em um rápido declínio econômico e social (FRANCO, 2013, p. 214).

Impactados com o que presenciaram, o grupo retornou a São Paulo e fundou o que chamaram de Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas. Logo se juntaram a eles nomes como Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Lucio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima e Costa (1902-1998) e Gustavo Capanema (1900-1985). Não demorou muito para que esse grupo de intelectuais, agora formado por arquitetos, políticos, escritores entre outras personalidades da época e de diversas áreas, propusesse a criação de uma Superintendência do Patrimônio Histórico Nacional (SPHN), atualmente denominada de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A SPHN substituiria a recém-criada Inspetoria do Patrimônio Histórico Nacional, idealizada pelo Diretor do MHN, Gustavo Barroso. A Superintendência era subordinada ao Ministério da Educação, cujo ministro era Gustavo Capanema, homem de confiança de Getúlio Vargas. Tanto a criação da SPHN quanto o projeto de recuperação das cidades históricas e a ideia da

criação de um museu histórico na cidade barroca de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, alinhavam-se aos ideais nacionalistas da política de Vargas, o que acarretou na aproximação do grupo de intelectuais da época ao plano de governo de Getúlio (FONSECA, 2015).

Na década de 1930, foram criados órgãos de proteção ao patrimônio histórico. Em âmbito municipal, foram encontradas duas leis de preservação de antigos prédios de arquitetura colonial, o Decreto n. 13, de 19 de setembro de 1931, e o Decreto n. 25, de 03 de setembro de 1932 (AGUIAR, 2016, p. 90), assinados pelo Prefeito João Batista Veloso. No âmbito nacional, o precursor foi o Decreto-lei n. 25, assinado em 30 de novembro de 1937, elaborado por Mário de Andrade, a pedido do então Ministro Gustavo Capanema. Tal Decreto teve como objetivo principal garantir a salvaguarda do patrimônio histórico e artístico do país. Esse Decreto também criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN.

No trabalho de campo, em busca das fontes para fundamentação desta pesquisa, o que mais chamou a atenção na análise documental entre as correspondências enviadas ao Museu e os livros de visitação foi ver o quanto a cidade de Ouro Preto, a história dos Inconfidentes e o Museu da Inconfidência já estavam incorporados à memória coletiva do país. Para tentar compreender este processo, foi feita à parte uma revisão bibliográfica que apontou para indícios do que poderia dar a esta cidade uma posição de destaque nacional e internacional a partir da metade do século XX.

Um destes indícios poderia ser o trabalho feito em 1937, por Manuel Bandeira e Cecília Meireles que conjuntamente elaboram um roteiro de visita à cidade de Ouro Preto, que foi publicado no mesmo ano, fazendo parte do volume *Crônicas da Província do Brasil*. Esse trabalho deu origem ao Guia de Ouro Preto, de Bandeira. O guia foi uma encomenda feita pelo SPHAN e sua primeira edição foi em 1938. Em 1941, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do governo Vargas, financiou a publicação, no volume 1, nº 04, na revista *“Travel in Brazil”*, de um artigo adaptado do Guia, que foi editado e traduzido para o Inglês por Cecília Meireles. No ano seguinte, 1942, essa escritora recebe nova encomenda e publica na mesma revista, em seu volume 02, n. 04, o artigo “Semana Santa em Ouro Preto”⁹.

Vargas cercou-se de pessoas ligadas ao movimento modernista com o propósito de legitimar o seu projeto nacionalista de interesses políticos e partidários, envolvendo tensões entre grupos que apoiavam ou se opunham a essas estratégias de criar espaços culturais públicos para enaltecer heróis (também criados) como símbolos nacionais.

Todo esse esforço está conectado ao objeto da pesquisa que são aos livros com os

⁹ Para melhor compreensão do assunto, sugere-se a leitura: MEIRELES, C. *Semana Santa em Ouro Preto. Travel in Brazil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1942

registros dos visitantes, na medida em que isso pode evidenciar os sujeitos **escolarizados**, ligados a instituições educacionais que **visitavam** o museu.

3.2 O Museu Histórico Nacional: “o embrião”

No processo de criação dessas instituições voltadas a instituições museais, vimos surgir o Museu Histórico Nacional (MHN), criado pelo Decreto n. 15.596, de 02 de agosto de 1922, e inaugurado no dia 12 de outubro, na administração de Carlos de Oliveira Sampaio¹⁰ (1861-1930), entre os anos de 1920 e 1922, que contou com o apoio do Presidente da República Epitácio Pessoa¹¹ (1865-1941).

A formação de alguns museus nacionais do país surgiram a partir do modelo de constituição do MHN. Esse museu foi responsável por influenciar diretamente a campanha para criação de outras instituições com essas mesmas características, que se estabeleceram posteriormente no país como o Museu Imperial em Petrópolis, o Museu da República, em São Paulo, além do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. A antropóloga Regina Abreu (1994) mostra a dimensão da importância do MHN na construção do discurso cívico-nacionalista nascido a partir da República. Para Abreu, a criação do MHN está ligada desde o seu início “[...] a um projeto de revisão dos atos dos primeiros republicanos”, em que “[...] os governantes republicanos começam a incorporar o passado monárquico à própria História do Brasil” (ABREU, 1994, p. 253). Para a autora, a criação de um museu histórico nacional, nesses moldes, revalorizava o período do Império como um passado histórico, servindo de matéria para a História.

Divergências à parte, tanto o diretor do MHN, Gustavo Barroso, já citado neste trabalho, o grupo dos modernistas queriam ressignificar o passado. Em comum, tinham o sonho de criar um órgão de proteção do patrimônio nacional, o que veio acontecer de fato chegando ao que hoje é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No *site* oficial do MHN, na parte destinada à história e missão do museu, o texto afirma que aquela instituição foi a pioneira na política de preservação do Patrimônio Nacional, acolhendo entre, 1934 e 1937, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, órgão idealizado pelo seu diretor, Gustavo Barroso.

¹⁰ Foi político e engenheiro, Prefeito do Distrito Federal (RJ) entre 1920 e 1922 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [200-?] b).

¹¹ Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro, na Paraíba. Formou-se advogado na Faculdade de Direito do Recife em 1887. Sua trajetória política levou-o à Presidência da República em 1919 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009b).

Com interesses voltados à preservação da memória e cultura do país, Barroso transitou pela política nacional, articulando ideias e pensamentos, ora à frente dos espaços de poder, ora nos bastidores. Como diretor do Museu Histórico Nacional, comandou a instituição de forma centralizadora, segundo Mário Chagas, “[...] Barroso foi diretor do Museu por mais de trinta anos, [...]. Era um diretor centralizador, tanto administrativamente quanto museologicamente” (CHAGAS, 2009, p. 92).

Santos (2006) apresenta Barroso como um saudosista quando analisa um artigo escrito por ele, datado de 1911, intitulado “Culto à Saudade” e também descreve o circuito expositivo do Museu, criado por Barroso. Nesta descrição, o espaço de salvaguarda desses acervos reporta-se para um passado militarista da história do país, com ênfase à própria trajetória militar, em que “[...] teve como base objetos que remetiam a uma experiência de nação que não mais existia. O museu procurava construir um elo com o passado, de modo a reconstruí-lo por meio da autoridade fornecida por objetos e fragmentos colhidos ao redor dos grandes feitos e dos grandes vultos” (SANTOS, 2006, p. 35).

De acordo com a professora e socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), Gustavo Barroso foi um personagem importante no que se refere à preservação e salvaguarda da memória nacional. Segundo a autora, Barroso lutou “[...] pela adoção de muitas medidas que visavam à defesa do patrimônio histórico e artístico da ‘nação’: não só a criação do MHN, como o estabelecimento da Inspeção de Monumentos Nacionais e a restauração de Ouro Preto” (SANTOS, 2006, p. 40).

Considerando as evidências históricas apresentadas nesta parte do trabalho, pode-se afirmar que, baseado nas escolhas do Museu Histórico Nacional e do seu diretor, Gustavo Barroso, o Estado, durante a presidência de Getúlio Vargas, começa a reconhecer a força da instituição museal no que tange ao aparato discursivo do nacionalismo, reforçando o seu papel perante a sociedade na conformação de uma história forjada para ser a história oficial a ser contada nesses espaços e ser reforçada na educação.

3.3 Contribuições do Movimento Modernista no Brasil

Para compreender o movimento modernista no Brasil, o estudo fundamentou-se no artigo da doutora em história da arte, Marília Andrés Ribeiro (2007), quando esta fez uma abordagem do contexto social e político do modernismo europeu na qual cita como exemplo o músico Kandinsky (1866-1944), alguns artistas adeptos ao cubismo, como Pablo Picasso (1881-1973) e Georges Braque (1882-1963), as modernas teorias dos médicos Sigmund Freud

(1856-1939) e Carl Gustav Jung (1875-1961). No Brasil, o reflexo desse movimento ganhou força com a Semana de Arte Moderna, que aconteceu na cidade de São Paulo, no ano de 1922. Para Ribeiro, de um modo geral, o movimento modernista “[...] refere-se aos movimentos literários, artísticos e religiosos que ocorreram na Europa desde a segunda metade do século XIX, propondo o rompimento com a tradição passada e a construção de uma nova arte moderna e de uma moderna Igreja Católica” (RIBEIRO, 2012, p. 117). Intelectuais de várias áreas do conhecimento aderiram ao movimento modernista, as novas ideias resultaram em mudanças nos campos sociais e culturais tanto no âmbito internacional, quanto no nacional. De acordo com Ribeiro, o modernismo:

No campo artístico os movimentos modernistas do século XIX - romantismo, impressionismo, pós-impressionismo, considerando as suas especificidades, tiveram propostas comuns que podem ser sintetizadas nos seguintes princípios: o questionamento dos pressupostos básicos da arte acadêmica e da tradição artística oficial [...]. (RIBEIRO, 2012, p. 117).

No Brasil, o movimento modernista nasceu das diferentes formas de apropriação dos artistas brasileiros, a partir de outros europeus ligados a um conjunto de escolas, estilos e movimentos culturais surgidos na primeira metade do século XX, que condicionou o campo da arquitetura e das artes, criando pontos de convergência e divergência naquilo que foi chamado de antropofagia. No modernismo o termo estava associado ao ato de apropriar, ruminar, assimilar, deglutir e ingerir a cultura que, nesse caso, seria apropriar-se da cultura absorvida pelo velho continente para transformar e produzir algo completamente novo e de caráter nacional, ou seja, a antropofagia na prática.

Como já falado nesta dissertação, havia duas correntes de pensamentos que se destacaram no propósito de tratar as questões de preservação da memória nacional. Além de Gustavo Barroso, que via na criação de museus nacionais uma das formas de exaltar o passado como algo sagrado e intangível, havia também um grupo de intelectuais brasileiros que fazia parte do chamado Movimento Modernista e pensavam em criar algo novo a partir desse próprio passado. Esse segundo grupo era formado por artistas, escritores, jornalistas, poetas, que se articularam no sentido de idealizar uma nação constituída por meio de alguns elementos considerados como próprios da cultura brasileira, e cujos posicionamentos e produções artísticas tiveram mais expressão a partir de 1922.

Diante do contexto da década de 1920 e início dos anos 1930, em 1935, o Presidente Getúlio Vargas (1882-1954), a fim de levar adiante seu projeto de nação, decidiu criar um monumento que fosse qualificado para homenagear os personagens envolvidos na insurreição

denominada Inconfidência Mineira, dando ao episódio o status de precursor da independência brasileira e do espírito de liberdade nascido deste fato. Apoiado pelos ideais nacionalistas, o Presidente solicitou a repatriação dos restos mortais dos Inconfidentes, que morreram no exílio na África. Nas palavras de Ribeiro:

Ao mesmo tempo os artistas e intelectuais foram cooptados para trabalhar em projetos patrocinados pelo Estado Novo, integrados a uma vertente modernizadora do governo de Getúlio Vargas. Dentro dessa vertente destaco a política cultural do ministro Gustavo Capanema, que se orientava pelo ideário nacionalista, exaltando a história mitificada dos heróis nacionais e o culto da autoridade. A crença na força da arte e da cultura foi uma forma de legitimar o convívio entre esses profissionais e o poder durante o Estado Novo, mas nos bastidores muitos proclamavam a libertação social através de sua arte. (RIBEIRO, 2012, p. 121).

A pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, no ano de 1936, o modernista Mário de Andrade, que dirigia o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, elaborou um anteprojeto que propunha a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi então assinado, a partir do anteprojeto de Mário de Andrade, o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Para assumir a direção desse órgão e elaborar uma legislação específica ao campo da preservação e memória do patrimônio, foi indicado o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Ouro Preto passou a ser, assim, uma das cidades contempladas pelo SPHAN, recebendo o título de Monumento Nacional em 1933, por meio do Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933 (BRASIL, 1933c). Em 1938 a cidade foi tombada por seu conjunto arquitetônico e urbanístico, época em que foi tombada e inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes. Além da cidade de Ouro Preto, as cidades mineiras de Diamantina, Serro, Tiradentes e São João del Rey foram igualmente tombadas neste mesmo ano (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014c). Em 1980, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹² concedeu à cidade o título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

Deste modo o estudo mostra como os modernistas contribuíram de forma efetiva no processo de criação do Museu da Inconfidência, a partir das recomendações, orientações, debates e manifestações acerca da importância do reconhecimento histórico da cidade barroca e dos Inconfidentes.

¹² É uma agência especializada em educação, ciência e cultura das Nações Unidas com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946. (UNESCO, 2018).

3.4 O Museu da Inconfidência

O Museu da Inconfidência está localizado na cidade de Ouro Preto/MG e é uma instituição federal, atualmente ligada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Seu prédio começou a ser construído em 1785, por ordem do governador e Capitão-General Luís da Cunha Menezes (1742-), tendo sido projetado inicialmente para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica (BRUSADIN, 2015).

Com a transferência da capital do Estado para a cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX, e ainda com a construção da nova Penitenciária Central, localizada na cidade de Neves, nas proximidades da nova capital, o prédio perdeu sua função original. Como foi colocado neste trabalho, vimos que o Estado Novo, na pessoa do Presidente da República Getúlio Vargas e sua equipe, já havia manifestado o interesse de constituir uma identidade nacional a partir de símbolos e personalidades ligadas a fatos históricos considerados por eles relevantes para ser preservados.

Assim, com a persistência de Gustavo Barroso e o apoio dos intelectuais Modernistas, dos quais faziam parte Gustavo Capanema, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade entre outros, Getúlio Vargas articula-se e apropria-se do imóvel onde hoje funciona o Museu da Inconfidência, por meio do Decreto-Lei Estadual n. 144, de 02 de dezembro de 1938, que transfere o prédio do poder do Estado para a União (MINAS GERAIS, 1938), conforme o Anexo A (p. 169) deste trabalho. Na sequência, de acordo com o Anexo B (p. 170), Getúlio determina a criação do Museu, por meio do Decreto- Lei n. 965, de 20 de dezembro de 1938 (Anexo C, p.171), passando o prédio a ser de responsabilidade do Governo Federal e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 1938b).

Conforme disposto no artigo 1º do referido Decreto, Getúlio Vargas cria, em Ouro Preto, o Museu da Inconfidência “[...] com a finalidade de colecionar coisas de várias naturezas, relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que se constituem documentos expressivos da formação de Minas Gerais” (BRASIL, 1938b).

Somente em 21 de abril de 1942, com o fim da reforma do prédio e a inauguração do Museu, localizado no mesmo prédio idealizado para acolher o Panteão, os restos mortais dos Inconfidentes foram levados da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Ouro Preto, local onde estavam guardados, para o seu destino final, a Casa de Câmara e Cadeia, agora oficialmente chamada de Museu da Inconfidência. No local foram construídas quatorze lápides funerárias das quais treze foram ocupadas com os restos mortais trazidos da

África. Inaugurado, o Museu foi aberto à visitação pública em 11 de agosto de 1944, por ocasião do bicentenário do nascimento do Inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, conforme ata encontrada nos arquivos da Casa do Pilar (Anexo A) (BRUSADIN, 2015).

O professor e turismólogo Leandro Benedini Brusadin cita o então diretor do Museu da Inconfidência, Dr. Rui Mourão, à frente da instituição desde 1974 até o momento deste estudo, atestando que, para colocar em prática o projeto de nacionalização do país, Getúlio Vargas determinou, em meados da década de 1930, que os restos mortais dos Inconfidentes degredados para a África fossem trazidos de volta ao Brasil. Ainda tratando do assunto referente à missão designada para ir à África, Mourão infere que “[...] pesquisar a localização das sepulturas, promover as exumações e o transporte das urnas foi atribuída ao historiador mineiro Augusto de Lima Júnior” (MOURÃO, 1994, p. 50 *apud* BRUSADIN, 2015, p. 117), filho do então Governador de Minas Gerais e, segundo Mourão, “[...] um historiador da mesma linha de Gustavo Barroso” (MOURÃO, 1994, p. 50 *apud* BRUSADIN, 2015, p. 117).

Cercado de muita polêmica, o traslado ocorreu em 1937, período que se tornou prioridade para governo Vargas e para os intelectuais envolvidos do ideário de uma nova nação encontrar um espaço que pudesse abrigar tais relíquias.

Após esse ato político, o prédio passou por reformas e adaptações e, em 1942, com o 150º (centésimo quinquagésimo) aniversário da sentença de condenação dos Inconfidentes, foi inaugurado o Panteão dos Inconfidentes (Foto 02) e foi aberto ao público somente em 11 de agosto de 1944, por ocasião do bicentenário de nascimento do poeta e Inconfidente Tomás Antônio Gonzaga.

FOTO 2 – Panteão da Inconfidência

Fonte: Aldo Araújo (2011)

Brusadin (2014) faz uma reflexão acerca dos reais interesses que estavam por trás da criação desse Museu com vistas ao discurso voltado ao resgate do patrimônio cultural. Neste sentido, o autor assegura que:

As características de Ouro Preto, por mais qualificadas que fossem, necessitavam, na época, de um passo que legitimasse o seu culto como lugar de memória social e como marco da identidade nacional. Diante disso, já é possível perceber o atributo simbólico que se desejava construir no imaginário social do povo brasileiro e o patrimônio cultural passaria, assim, a ser um dos principais mecanismos de consolidar os ideais nacionalistas do governo Vargas. (BRUSADIN, 2014, p. 116).

É a partir do que Brusadin chama de mecanismos de legitimidade que surge, no interior de Minas Gerais, o primeiro Museu histórico-nacional institucionalizado e idealizado para guardar as representações simbólicas ligadas a um fato histórico: a Inconfidência Mineira, fundamentada por meio dos indícios ainda registrados pela cidade e em publicações, livros, discursos, narrativas e investigações feitas na documentação produzida nos Autos da Devassa. Todo esse material, contado e reproduzido no imaginário coletivo sustentou a sua narrativa, agora transformada em um circuito expositivo aberto ao público visitante. Deste modo, o referido autor observa que tal construção ideológica foi fundamentada a partir de um

fato que se tornou um discurso baseado nas relações de poder e voltado aos interesses do Estado, que assumiu para si a missão de devolver à população brasileira uma história que havia sido encoberta e esquecida por outros governos (BRUSADIN, 2014).

Retomando as fontes, os livros de visitação foram instituídos como prática permanente do museu após um ano e quatro meses da sua criação e tinham como objetivo deixar registrado em suas páginas o quantitativo referente ao público que visitou a instituição, informando em suas páginas o nome do visitante, sua procedência e a data de sua passada pelo local. Foram encontrados nos arquivos, ofícios direcionados ao Diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, registrando mensalmente o quantitativo de público visitante do Museu. O estudo não nos possibilitou descobrir em qual período teria sido iniciada essa prática de envio de ofícios de visitação mensal e também não foi possível perceber qual foi o método de coleta empregado para tais resultados, uma vez que o documento apontava, de forma muito específica, gênero, faixa etária, origem geográfica, público infantil e grupos de escolares.

Muito embora a pesquisa tenha se deparado com o registro de ofícios mensais encaminhados ao SPHAN indicando um controle de frequência de público, esse estudo concentrou-se nos livros mencionados, o estudo desses ofícios pode sugerir uma possibilidade de novas pesquisas futuras voltadas somente aos documentos de prestação de contas que o Museu encaminhava ao SPHAN.

Na pesquisa feita sobre Museus Brasileiros e Políticas Culturais, Myrian Sepúlveda dos Santos (2004) faz um apontamento acerca das instituições museais do país nas décadas de 1950 a 1970, chegando à seguinte conclusão:

Nas décadas de 1950 e 1960, a grande ênfase era dada à conservação das coleções e ao papel educacional dos museus. Eles, entretanto, entraram em crise na década de 1970, quando se passou a criticá-los como instrumentos de veiculação de discursos oficiais, e, então, novas propostas de intervenção na sociedade surgiram. (SANTOS, 2004, p. 58).

Nesse sentido, o Museu da Inconfidência conseguiu acompanhar os processos de mudanças que estavam acontecendo no Brasil e nos países da América Latina, tanto nos governos quanto ao que se ligava às estruturas conceituais da função dos museus. A partir dessas reflexões advindas de encontros planejados por Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹³, da qual o Brasil

¹³ Entre as décadas de 1960 e 1970, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura elaborou: A Recomendação Paris (1962), a Carta de Veneza (1964), a Recomendação de Paris

participava e seguia as deliberações recomendadas, o museu começou a adotar novas práticas voltadas à integração das diversas realidades locais, utilizando a defesa do patrimônio cultural como agente social e ativo, buscando relações de troca com o público. Ou seja, o Museu estava atuando em sua missão cultural integral, por meio das exposições e das ações educativas (FONSECA, 2003).

De acordo com informações encontradas no *site* oficial da Instituição, a área pedagógica do Museu iniciou suas atividades em 1981, com o Projeto Museu-Escola (MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 2013).

O Museu-Escola, projeto piloto que nasceu na década de 1980, tinha como objetivo aproximar o público escolar da região a um novo discurso museal empreendido pela Instituição, procurando desenvolver nos alunos do projeto a consciência crítica da história ali contada. A partir dessa nova mentalidade, o Museu da Inconfidência reinventa-se como um instrumento de desenvolvimento social, ou seja, a nova museologia aplicada em favor da comunidade que o cerca, passando a estimular o visitante a uma participação ativa.

(1964), as Normas de Quito (1967), a Recomendação de Paris (1968), o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso Salvador (1971), a Carta do Restauro (1972), a Declaração de Estocolmo (1972), a Recomendação de Paris (1972), os Anais do II Encontro dos Governadores (1973), a Resolução São Domingos (1973), a Declaração Manifesto de Amsterdã (1975), a Carta do Turismo Cultural (1976), a Carta de Machu Picchu (1977) e, adentrando a década de 1980, a Carta de Burra (1980) (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014a).

4 EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTEXTOS E DISPOSIÇÕES HISTÓRICAS E LEGAIS

A partir das análises históricas da criação de museus nacionais a partir do século XX, em particular do Museu da Inconfidência, a intenção foi direcionar o assunto para as narrativas das memórias que se destacaram nos museus. No caso dessa pesquisa, o interesse foi a história da Inconfidência Mineira que motivou a criação do Museu da Inconfidência, localizado na cidade de Ouro Preto/MG. De acordo com o “Vocabulário português e latino” de 1712, o termo “inconfidência” significa: Falta de fidelidade ao seu príncipe (BLUTEAU, 1716). Tais inconfidências envolviam, de alguma forma, uma contestação à monarquia portuguesa, uma traição ao soberano (BLUTEAU, 1716). O que para o Império foi uma traição, na República tornou-se heroísmo. Nesta medida, compreende-se ser este um assunto relevante uma vez que esse tema está inserido em capítulos de livros escolares desde o final do século XIX, mantendo-se presente até os dias atuais, sobretudo nas salas de aula e nas lições dos livros didáticos, como afirma em seu trabalho a professora Luciana Coelho Gama:

[...] Joaquim José da Silva Xavier, o alferes Tiradentes, mais conhecido participante do movimento setecentista Inconfidência Mineira, é um personagem histórico emblemático, pois as disputas de monarquistas e republicanos em torno de sua memória contribuíram significativamente para a construção da identidade nacional brasileira, pautada em grande parte nas narrativas didáticas. Considerado pouco relevante para o país pelos historiadores monarquistas, o alferes teve sua imagem ressignificada e transformou-se em herói nacional com o advento da República, tendo sua imagem mítica consolidada nos bancos escolares. (GAMA, 2016, p. 111).

Muito embora a construção imagética, teórica e histórica desse acontecimento seja ainda motivo de muitas controvérsias e futuras pesquisas, no campo da historiografia, pode-se concordar em parte com a afirmação de Gama dada a relevância do fato no contexto histórico brasileiro. Por isso, este capítulo se propõe a desenvolver algumas reflexões acerca dos debates, articulações e legislações criadas a partir das assembleias nacionais constituintes e da redação final dos textos constitucionais que foram realizadas na primeira metade do século passado no Brasil. É também desse período o surgimento dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, e projeto de criação de museus nacionais em locais estratégicos do país.

Para este capítulo, optou-se pela metodologia analítica de cunho bibliográfico, a partir de pesquisas feitas em livros, periódicos, artigos, revistas e publicações acadêmicas, dissertações, teses, além das legislações vigentes no contexto. O estudo documental foi feito

nos arquivos físicos, bibliotecas da Universidade Federal de Ouro Preto, Anexo da Casa do Pilar, além da busca *on-line*, nas autarquias institucionais de domínio público, sítios do Planalto, Ministério da Educação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Museu da Inconfidência, entre outros. A busca por esse material serviu para ampliar a compreensão sobre os objetivos propostos nesta pesquisa, quais sejam, os dispositivos legais discutidos e elaborados pelas constituições entre as décadas de 1930 e 1960, que, de alguma forma, contribuíram para que os sujeitos ligados a instituições educacionais ficassem mais próximos do museu, ajudando a equacionar algumas questões pertinentes a esta dissertação.

Buscou-se compreender, por meio das correspondências do arquivo administrativo da Casa do Pilar qual foi de fato a interlocução entre escola e o museu, na medida da presença daqueles sujeitos escolarizados neste espaço de memória. Por meio dessas informações, seria possível a compreensão da relação entre o público visitante ligado às instituições escolares e o Museu, ou seja, a presença da escola no Museu.

4.1 Instituições culturais a serviço da nação

Ouro Preto é uma cidade mundialmente conhecida por seu estilo barroco. A relevância histórica da cidade e de seus personagens ultrapassa a barreira do conjunto arquitetônico de seu ambiente construído. Sua história é objeto de investigação desde a sua fundação, ou seja, também por sua contribuição no período aurífero das minerações ocorridas no século XVIII. (troquei de lugar).

Localizado no Estado de Minas Gerais, Ouro Preto foi a primeira cidade do Brasil a receber, por meio do Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933 (BRASIL, 1933c), assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, o título de Monumento Nacional. Foi tombada como Patrimônio Nacional em 1938 e reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como a primeira cidade brasileira considerada Patrimônio Mundial da Humanidade¹⁴, título recebido na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, ocorrida no ano de 1980, em Paris, França.

Esse título contribuiu para a salvaguarda de seus espaços construídos e colaborou no fortalecimento não somente da história nacional quanto na preservação do conjunto arquitetônico e dos representantes do barroco mineiro como Antônio Francisco Lisboa

¹⁴ Ver dossiê de candidatura da cidade de Ouro Preto ao título de Patrimônio Mundial da Humanidade (UNESCO, 1980).

(1738-1814), o Aleijadinho e Manuel da Costa Ataíde (1762-1830). Hoje reconhecidos, esses artistas foram fundamentais para o reconhecimento artístico e cultural da cidade de Ouro Preto.

O Museu e todo o ambiente que o cerca, ou seja, a cidade de Ouro Preto, agregava um conjunto de informações ligadas a pessoas, fatos, objetos, obras de arte e documentos que formavam uma narrativa histórica de interesse nacional. Tanto a cidade quanto seus personagens sempre estiveram presentes nos discursos políticos das (re) constituições brasileiras a partir do uso de figura como Tiradentes e dos Inconfidentes, objetivando o nacionalismo, a preservação da história e memória do país e a justificando como forma de complementação da formação, educação e cultura do cidadão, que, neste caso, o público visitante escolarizado.

Como eixo condutor deste capítulo, foi analisada a trajetória das constituições, nas quais foram identificadas discussões e legislações voltadas à educação, procurando associar/intercalar neste estudo os movimentos de criação e mudanças jurídico-administrativas do campo cultural, sobretudo dos museus e especificamente do Museu da Inconfidência, criado com a função de preservar/contar a história do Brasil, por uma ótica republicana e sob o discurso do direito pleno à instrução a todo cidadão brasileiro.

4.1.1 Criação de instituições culturais no início do século XX

Sobretudo a partir da República, o entusiasmo tomou conta dos republicanos que queriam ver surgir uma nação jovem e moderna, uma espécie de ruptura com um passado considerado como atrasado. Para essa cisão de um passado colonial e imperialista para um país republicano, foram necessárias mudanças nas estruturas administrativas, econômicas e sociais e até mesmo históricas. Esse pensamento de ressignificação fica claro nas afirmações de Letícia Julião, quando afirma que: “Na tarefa educativa, o ensino da história pátria ocupava lugar crucial; afinal, na visão republicana, a admissão de que a nação era resultado de homens que compartilham herança e passado comuns supunha empreender esforços para desfazer o desconhecimento do brasileiro de sua própria história” (JULIÃO, 2008, p. 48).

Entende-se que a idealização e criação das instituições culturais sempre estiveram vinculadas à formulação de legislações estabelecendo as relações entre política e cultura a partir de ideologias, atores, interesses particulares e coletivos desses espaços de cultura e disseminação de conhecimento. Em sua tese, Julião estudou a criação de quatro museus nacionais, buscando, segundo a autora “[...] compreender de que maneira a história e a história da arte foram incorporadas às instituições e como seu acervo se prestou à produção

imagética de um passado nacional” (JULIÃO, 2008). Instituições culturais como o Museu Paulista (1895); de São Paulo, o Museu Histórico Nacional (1922) e o Museu Imperial (1940); ambos no Rio de Janeiro; o Museu da Inconfidência (1938), objeto desse estudo; o Museu das Missões (1940), no Rio Grande do Sul; o Museu do Ouro (1946) e o Museu do Diamante (1954), ambos em Minas Gerais, são exemplos de espaços que foram pensados para expor e narrar fatos históricos que cunharam o imaginário coletivo e se fizeram presentes nos livros escolares e nos planos de aulas dos estudantes brasileiros dentro da educação formal de ensino. Para Julião, “[...] A ideia da criação de um museu histórico deve, portanto, ser compreendida como parte da preocupação de intelectuais republicanos de se instituir uma pedagogia do cidadão” (2008, p. 49). A partir dessa lógica, compreende-se a mística em se criar um museu que pudesse contar a história da Inconfidência Mineira juntamente com uma produção voltada a uma literatura patriótica que teria como objetivo, segundo a autora, persuadir e fomentar o sentimento de pertencimento à pátria. O estudo de Julião contribui para um melhor entendimento acerca desta formação imagética, que agora faz parte da história referenciada.

Fatos que se tornam históricos, com o passar do tempo e com os estudos a eles dirigidos, podem ser aprendidos considerando que não aconteceram isoladamente. Assim como na década de 1930, o país buscava soluções para as questões educacionais, também procurava definir a sua identidade cultural. Nesse período, os campos da educação e a dos museus procuravam, cada qual em sua área de atuação, conquistar seus espaços dentro das legislações e da sociedade com o interesse em tecer uma estratégia voltada à formulação de novas leis que estavam sendo elaboradas, fortalecendo assim, as áreas de atuação de cada um.

A criação e a institucionalização de espaços como os museus históricos contribuiu com o projeto nacionalista e com os espaços formais de ensino, como vimos nos capítulos anteriores. Nesse sentido, a pesquisa de Letícia Julião aponta para a importância histórica dos museus nacionais:

Precursos da interpretação museal da sociedade brasileira, sob o ponto de vista do discurso forjado pelo PHAN, os quatro museus estudados produziram ícones do passado, por meio de uma linhagem que articula, em combinações sugestivas, objetos e imagens, informações e valores, gerando percepções que, ainda hoje, nutrem o imaginário social. (JULIÃO, 2008, p. 13).

Partindo desse pressuposto, os museus teriam então a função de complementação, ou seja, uma legitimação do que se ensinaria nos bancos escolares – períodos da História do Brasil ratificados pelas instituições formais criadas pelo Estado. Julião cita Pierre Nora (1986)

acerca das relações intrínsecas entre museu e nação quando ocorre, segundo a autora, “[...] a transformação dos museus em espaços públicos e o estreitamento dos laços da política com a cultura” (NORA *apud* JULIÃO, 2008, 36-37). Ainda refletindo sobre locais estratégicos para difusão do conhecimento e guarda da memória coletiva, retomam-se as colocações da autora e o estudo feito por Nora sobre as bases históricas da França em sua obra “*Les lieux de mémoire*”, uma vez que “[...] a ênfase no papel de determinados sujeitos (‘sobretudo políticos e militares’) e certas instâncias chave de difusão e efetivação, como os manuais escolares e as escolas, os monumentos e as praças públicas” (NORA, 1986, p. 172- 173 *apud* JULIÃO, 2008, p. 13). Ratifica-se a colocação dos autores, incluindo neste rol os museus nacionais e nesse caso específico, o Museu da Inconfidência, por acreditarmos ser um ponto de vista que corrobora com a nossa crença.

Para Myrian Sepúlveda dos Santos, “Desde a Proclamação da República, vários foram os discursos defensores da criação de instituições que preservassem a memória do País” (SANTOS, 2002, p. 112). A autora reforça essa afirmação quando se refere a alguns enfrentamentos travados por Gustavo Barroso ao lutar pela “[...] adoção de muitas medidas que visavam à defesa do patrimônio histórico e artístico da ‘nação’: não só a criação do MHN, como o estabelecimento da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (IMN) e a restauração de Ouro Preto” (SANTOS, 2006, p. 40). No Brasil, a contribuição dessas instituições públicas culturais, abertas à visitação e voltadas às narrativas históricas do país ao longo do século XX, sempre estiveram envolvidas em articulações políticas em seus diferentes períodos e contextos servindo-se da salvaguarda, da preservação, da memória e do patrimônio do que seria privilegiado como bens culturais brasileiros.

Vale lembrar que tal prática já havia sido aplicada em países da Europa como já citado em exemplos de museus nacionais no primeiro capítulo. Museus como o Louvre, em Paris (1793); o Museu Britânico, em Londres (1753); o Museu do Prado, em Madri (1819); o Museu Histórico Alemão, em Berlim (1987); o Museu Nacional de História Americana, em Washington (1964), e tantos outros espaços construídos a partir de mudanças e reestruturações dos seus respectivos países têm o objetivo de contar a história do país e transformar as ideologias em mentalidades de grupos sociais em prol do fortalecimento do Estado-Nação, por meio do sentimento coletivo de amor à pátria.

As instituições escolares e os espaços de memória foram um dos principais alvos deste tipo de modelo de modernização e visão de futuro defendido pelos republicanos e, de certa forma, ressignificados no Estado Novo. Desse modo, vê-se que o debate sobre espaços de ensino e conhecimento era recorrente e começava a se estruturar, mesmo considerando a

precariedade das instituições de ensino reinante no país a partir da criação de instituições e legislações voltadas à educação e cultura em geral. A preocupação com a estruturação do ensino nacional fazia parte de uma pauta prioritária dos discursos republicanos. Neste mesmo período, os museus eram reduzidos em número e grau de importância quando pensados como espaços para suporte cultural e educativo. O que havia de fato, na maior parte dos casos, em locais de salvaguarda de relíquias de um passado histórico.

4.2 Propostas de Políticas Educacionais na primeira metade do século XX

A partir da República e com a chegada do século XX, houve a necessidade de se criar legislações, no campo da educação. Em substituição às antigas normas e métodos educativos havia uma urgência em instituir novas leis que comungassem com o projeto de modernização da educação idealizado naquele período. Nesse sentido, era natural uma contínua preocupação com os rumos da educação no país que vinha desde o final do século XIX. Em seu estudo, a historiadora da educação, Cynthia Greive Veiga (2007) detectou quatro movimentos que, para ela, foram representativos da história da educação republicana, entre os anos de 1889 e 1971.

Para a autora, o primeiro movimento tratou das competências na organização administrativa e ministerial, com a criação da pasta da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, conforme Decreto n. 377-A, de 5 de maio de 1890 (BRASIL, 1890), cujo comando ficou a cargo do militar positivista Benjamin Constant (1836-1891). Ainda nesse primeiro movimento, Veiga referiu-se à criação do Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior, Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891 (BRASIL, 1981), que passou a ser responsável pela pasta da Educação (VEIGA, 2007, p. 238). O segundo movimento, delimitado pela autora, tratou do movimento na estrutura educacional. Ocorreu nas primeiras três décadas republicanas, por meio de reformas de cunho nacional, pelo estabelecimento das diretrizes a serem seguidas por todos os estados (VEIGA, 2007, p. 239). Um quarto movimento apresentado pela autora seriam os debates políticos que fizeram produzir o “Manifesto dos pioneiros da educação nova”, de 1932, e “Mais uma vez convocados, de 1959”. Veiga contextualiza proposições conceituais e modelos didáticos que vinham sendo utilizados desde o início do século e que estavam sendo utilizados/substituídos pelos princípios gerais da nova pedagogia. Alguns deles serviram de base para as propostas da reforma da educação no Brasil.

Nessa trajetória histórica aqui descrita em linhas bem gerais, destaca-se o método do educador John Dewey por ter sido defendido por um grupo de educadores brasileiros, a partir

das primeiras décadas do novo século. Grupos de políticos e intelectuais de diversas áreas do conhecimento também apoiavam o movimento de renovação educacional do país. Segundo Veiga, procuravam implementar o movimento da Escola Nova e a Escola Ativa. A autora destaca nomes como Lourenço Filho (1897-1970), Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974), Antônio Carneiro Leão (1887-1966) e Francisco Campos (1891-1968). Francisco Luís da Silva Campos foi um advogado e político mineiro que, em 1926, estando à frente da Secretaria do Interior em Minas Gerais, utilizou-se de muitos postulados defendidos pelo movimento da Escola Nova na reforma educacional do Estado de Minas. Por esse trabalho, foi convidado a assumir, em 1930, a pasta do recém criado Ministério da Educação e Saúde, ficando neste cargo até setembro de 1932. Em dezembro de 1935, foi nomeado, pelo o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Baptista (1884-1942), para ser secretário de Educação do Distrito Federal (RJ), em substituição a Anísio Teixeira. Nesse período, passou a defender a ditadura como o regime político mais apropriado à sociedade de massas, ficando ao lado de Vargas e dos líderes das Forças Armadas. Dias antes do golpe de estado decretado em novembro de 1937, foi nomeado Ministro da Justiça e encarregado de elaborar a nova Constituição, ficando no cargo até 1941. Esse grupo de políticos e educadores foram chamados de pioneiros da educação, eram adeptos ao chamado escola-novismo (VEIGA, 2007, p. 256) e usavam como argumento em seus debates muitos desses conceitos e métodos em defesa de uma escola moderna, que seria apresentada como um modelo de ensino no Brasil.

Baseado nos estudos de Veiga (2007) vimos grupos de interesses em defesa de projetos conceituais orquestrados por educadores, e com a participação de intelectuais e pessoas públicas que participavam da mudança na estrutura escolar vigente em todos os seus níveis e formas. Todos eles estavam impulsionados por uma grande divulgação e circulação das ideias, resultando em um movimento fundamental para as mudanças nas legislações voltadas ao sistema educacional que se seguiram.

De uma forma ou de outra, fato é que, para a aplicação dessa nova organização sugerida, ou seja, de uma nova pedagogia nacional, precisou-se alterar e adaptar-se aos espaços escolares, modificando-os, conforme cita Veiga, desde o padrão e o mobiliário das salas de aula até a introdução de novas disciplinas, técnicas e materiais pedagógicos. A educação não mais se restringia ao espaço composto por carteiras, cadeiras e quadro negro.

Em sua pesquisa, Veiga reforça este pensamento, segundo o qual,

A escola deixou de ser pensada como um mero conjunto de salas de aula. [...] foram implantadas bibliotecas, **museus escolares**, salas de reunião e auditório para palestras, apresentação de trabalhos escolares, teatro, corais, dança, exibição de

filmes, festividades cívicas e outros eventos” (VEIGA, 2007, p. 229-230, grifo nosso).

Neste período o que se vislumbrava era a aproximação da escola e do museu como espaços de disseminação de informação e formação, dialogando entre si em prol de um objetivo comum a todos, a educação do povo brasileiro. Por esse viés, nossa compreensão é a de que os novos métodos de ensino consideravam a criação de espaços museais como instrumentos de suporte para uma educação integral. Porém, o que se vê de fato é que esse pensamento começou a ser aplicado de fato algumas décadas mais tarde.

A década de 1930 foi um período agitado para o país que passou por transformações políticas, econômicas, culturais e sociais.

No que tange a esse momento político, Moraes assinala que, após a posse de Getúlio Vargas na chefia do Governo provisório, em 03 de novembro de 1930 “[...] foi promulgado o Decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930 (BRASIL, 1930) que institucionalizava os poderes discriminatórios desse cargo. O Chefe de Governo reuniria em suas mãos não só as funções e atribuições do Poder Executivo como também as do Poder Legislativo” (MORAES, 2000, p. 74). A partir desse ato, a autora assevera que “[...] O Governo Provisório passou a legislar por decreto até o curto período de vigência da Constituição de 1934” (MORAES, 2000, p. 74).

Em meio a toda essa efervescência política, vimos emergir na área da educação e na área social, sob o comando do Governo Provisório, a criação de duas novas pastas ministeriais. A primeira foi a da Educação e Saúde Pública e a do Trabalho, Indústria e Comércio. Moraes acredita que essas medidas foram tomadas “[...] tendo em vista a dependência de Vargas em relação às diferentes forças que compunham a Aliança Liberal [...]” (MORAES, 2000, p. 74). Assim, pode-se deduzir que os novos ministérios foram criados para atender à pressão de uma demanda social com vistas a interesses voltados à manutenção de alianças políticas entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, uma vez que, após essa reflexão, a autora afirma que:

[...] foi promulgado o primeiro ministério do Governo Provisório, com a criação de duas novas pastas: a da Educação e Saúde Pública, que seria ocupada por um representante de Minas, Francisco Campos, e a do Trabalho, Indústria e Comércio, ocupada pelo gaúcho Lindolfo Collor. Interessante notar que, ao mesmo tempo em que a Revolução instituiu seus poderes discriminatórios e atuava com firmeza na contenção da estrutura de poder até então dominante, o Governo Provisório se auto-definia como um período transitório (MORAES, 2000, p. 75).

Essas mudanças foram relevantes para os rumos da educação formal do Brasil e, como

exemplo, vimos então a criação do Ministério da Educação, em 1930. Em seguida, os documentos apontam para uma série de decretos criados em um mesmo período, alguns aprovados no mesmo dia, em blocos, como foi o caso das publicações no Diário Oficial da União do dia 11 de abril de 1931, nos quais foram localizados vários decretos promulgados na mesma data voltados à área da educação. Dentre eles cita-se a Reforma Francisco Campos, por meio do Decreto n. 19.850, que criou o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (BRASIL, 1931a). Esse Decreto somente se efetivou em 1934. Prosseguindo, foi criado o Decreto n. 19.851, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando o modelo de regime universitário e ainda deliberou sobre a organização do ensino superior no Brasil (BRASIL, 1931b). Uma semana depois, em 18 de abril de 1931, Getúlio assinou o Decreto n. 19.890, que versou sobre a organização do ensino secundário e consolidou as disposições de que tratava desta classe escolar (BRASIL, 1931c). Ainda nessa reorganização, vimos, em 30 de julho de 1931, o Decreto n. 20.158, que organizou o Ensino Comercial e regulamentou a profissão de contador (BRASIL, 1931d).

O que vimos a partir de 1930, foram ações significativas voltadas ao sistema educacional brasileiro. Percorrendo o Governo Provisório, o Governo Constitucional e o Estado Novo, foi observado que a política educacional no governo de Getúlio Vargas, compreendido entre 1930 e 1954, desenvolveu uma política voltada a várias camadas sociais. O plano de modernização traçado pelo governo Vargas trouxe consigo mudanças no modelo de desenvolvimento nacional e na sociedade brasileira como um todo. Para que fossem possíveis mudanças no campo econômico, foi necessária uma reorganização na área educacional, principalmente no Governo do Estado Novo, cuja propaganda política previa reformas na educação do país, como a Reforma Francisco Campos de 1931 e a um ciclo de reformas que ficaram conhecidas como Reforma Capanema entre 1942 e 1946, voltadas para instrução dos trabalhadores do país, que seriam a força motriz da indústria e do comércio do Brasil. As novas leis seriam a base para a qualificação da mão de obra especializada do “país do futuro”. Desse modo, o discurso sobre a educação voltada ao ensino profissionalizante passou a caminhar paralelamente às questões socioeconômicas.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil elaborou e aprovou duas constituições. A primeira constituição republicana, de 1934, nasceu a partir da pressão de grupos políticos que exigiam de Vargas o imediato cumprimento das promessas feitas por ele durante as articulações e alianças políticas realizadas para formar um governo provisório com o objetivo de “re-constitucionalizar” o país. Tal acordo, porém, foi protelado por Vargas. O adiamento dessas medidas, associado a um novo modelo de projeto nacional idealizado por ele, fez gerar,

nas esferas governamentais, uma insatisfação de grupos políticos, que, sentindo-se ameaçados com a possibilidade de perderem o poder, lideraram, em 1932, a Revolução Constitucionalista. Organizada por políticos ligados às oligarquias de São Paulo, esses grupos tentaram derrubar o governo Vargas, porém, não obtiveram o sucesso desejado. Muito embora tenham sido derrotados, a força e a pressão desse grupo político culminou na organização de uma Assembleia Constituinte, que tinha por objetivo discutir uma nova Carta Constitucional para o país.

No ano seguinte, 1932, um grupo de educadores ajudou a construir o que Gadotti chamou de “[...] o primeiro grande resultado político e doutrinário de 10 anos de luta da Associação Brasileira de Educação – ABE, em favor de um Plano Nacional de Educação” (GADOTTI, 1996, p. 232). Esse autor ressalta que vinte e sete educadores assinaram o documento que ficou conhecido como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. As lutas às quais o autor referiu-se partiram da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 10 de outubro de 1924, e reuniu professores, escritores, jornalistas, políticos e pessoas com interesse voltado à área educacional. De acordo com registros do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), esse grupo, do qual faziam parte Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970), Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), entre outros, reunia-se para discutir temas ligados à educação, produzindo, promovendo e discutindo sobre cursos, artigos, publicações, organizando conferências, palestras e congressos (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017e). Esses encontros possibilitaram debates educacionais acerca de um projeto fundamentado no pensamento pedagógico liberal da educação.

Ainda nos anos 1920, a Associação Brasileira de Educação tornou-se, entre 1924 e 1935, um centro de debates sobre as reformas no campo educacional em âmbitos estadual e federal. Uma das maiores contribuições da Associação foi a participação na carta do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Sobre esse período, o doutor em Educação, Luiz Antônio Cunha, considera que tal documento contribuiu para imprimir no texto constitucional as demandas colocadas pelos educadores ao longo de uma década. Existiam dois grupos distintos: os conservadores, que desejavam para o país uma educação voltada ao conteúdo religioso e espiritual; e os liberais, que defendiam a educação democrática. Nesse sentido, Cunha afirma que:

As ideias dos signatários do manifesto, hegemônicas no âmbito da ABE, compuseram-se com as do movimento católico leigo, seu principal oponente, para a apresentação de uma sugestão unificada à Assembleia Constituinte. A sugestão foi

adotada, transformando-se no capítulo sobre educação e cultura da Constituição que veio a ser promulgada em 1934. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [200-?]a).

Em linhas gerais, o documento tinha por princípio a educação como serviço público e sob a responsabilidade do Estado. A ideia era de que a nova escola deveria ser concebida para receber ambos os sexos, ser gratuita e obrigatória dos sete aos doze anos de idade, estendendo-se, progressivamente, até os dezoito anos com a garantia da gratuidade a todos os graus. O debate acerca da reforma educacional no que se refere ao plano político e pedagógico desse período fortaleceu o desenvolvimento e a elaboração das propostas para a nova Constituição, ao longo de 1933, finalizando com a promulgação da Carta Magna em 1934, no período chamado de Segunda República. Todavia, com o passar do tempo, a ABE perdeu sua força, segundo Cunha, quando

[...] tomaram da ABE a bandeira da luta pela democratização do ensino. Foi assim que sindicatos, associações profissionais, instituições religiosas e partidos políticos tomaram a si a luta em torno das diretrizes e bases da educação nacional, na qual a ABE – sua promotora desde a década de 1920 – desempenhou papel secundário. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [200-?]a).

Maria Lúcia Spedo Hilsdorf afirma que a proposta republicana foi dualista, pois “[...] embora fosse preciso fornecer ensino a toda a sociedade, não se tratava de oferecer todo o ensino para toda a sociedade [...] propõe ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites ‘condutoras do progresso’ e reivindica ampla educação popular” (HILSDORF, 2003, p. 61-62).

No campo da museologia, nas cinco primeiras décadas do novo século, vimos surgir a criação de secretarias e institutos voltados à memória e à cultura. Pessoas ligadas a museus como Roquete Pinto e Bertha Lutz, defendiam a ideia de que ensinar poderia ir além dos espaços escolares, ou seja, a educação poderia ser idealizada também por meio de museus educativos e pedagógicos, ou seja, substituir os museus monumentos por espaços de suporte para a educação escolar. Para isso seria necessário repensar seus espaços no sentido de perceberem qual a melhor forma de organizarem seus discursos, tanto na temática quanto na constituição do seu circuito.

4.3 Projetos de modernização educacional do país

Nos debates ideológicos voltados à formação educacional do país, autoras da área da educação como Cynthia Greive Veiga (2007), Marisa Bittar e Mariluce Bittar (2012) e ainda

algumas do campo da museologia como Marília Xavier Cury (2013) e Maria Cecília Londres Fonseca (2005), publicaram trabalhos voltados à concepção da formação educativa e cultural do povo brasileiro. Em cada abordagem, ainda que de forma distinta, todos desenvolveram uma linha de pensamento reflexivo que nos leva, por vezes, a problematizar o discurso ideológico que prometia ao povo brasileiro o direito pleno à educação e cultura. No campo da educação, Marisa Bittar e Mariluce Bittar afirmam que, entre as décadas de 1930 e 1960, “[...] o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública” (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 158). Para as autoras, em termos políticos e estruturais voltados às reformas educacionais daquele período, a aceleração do capitalismo de produção propiciou os debates e as disputas ideológicas no processo de transição de um modelo econômico agrário-exportador para um industrial-urbano. As autoras acreditam que essa transição foi o que conduziu o país às transformações no aparelho escolar (BITTAR; BITTAR, 2012).

Para perceber as mudanças nas estruturas dessas duas instituições públicas, consideradas como pilares de sustentação para a pretensa nova nação, dentre outras instituições afins, procurou-se nas legislações e documentos, os indícios de alguma convergência dessas duas áreas do conhecimento ao longo do século XX.

Na construção da história, Antoine Prost destaca “[...] a importância decisiva do trabalho sobre o tempo [...]. Além de uma ordem, de uma classificação cronológica e de uma estruturação em períodos, trata-se de uma hierarquização dos fenômenos em função do ritmo da mudança de cada um deles” (PROST, 2008, p. 114). Prost mostra a importância do tempo sob a construção da história. Nesse caso, observa-se que a maturação desse postulado é o que cunha, hierarquiza e fortalece uma estrutura institucional. Nesse sentido, se tomarmos como exemplo instituições escolares e instituições museais, vimos nitidamente o quanto os espaços escolares, desde a modernidade, conquistaram a sua legitimação social, há muito mais tempo do que os espaços culturais em geral, e os museus de forma particular.

A partir do golpe de Estado que instituiu a ditadura de Vargas (1937-1945), no contexto histórico da educação, Bittar e Bittar destacam como sendo transformações relevantes ao país, o que acreditam ter sido “[...] uma das reformas mais duradouras do Sistema Educacional Brasileiro, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino, mais conhecidas como Reforma Capanema (1942-1946)” (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 159). Para as autoras, as Leis Orgânicas estabeleceram o ensino técnico-profissional (industrial, comercial, agrícola); mantiveram o caráter elitista do ensino secundário e incorporaram um sistema paralelo oficial (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial (Senac) (2012).

No contexto histórico da História da Educação, as autoras destacam o texto da Constituição de 1946 que previu a elaboração específica de uma lei voltada para a educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Aprovada somente em 1961. Prosseguindo esta análise, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, entre 1946 e 1950, Bittar e Bittar destacam as manifestações nacionalistas e democráticas, período em que, segundo as autoras, “[...] foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade científica integrada por pesquisadores de todas as áreas de conhecimento, sobretudo físicos e engenheiros” (2012).

Nesta análise histórica, Bittar e Bittar destacam como marcos da educação na década de 1950 a criação de várias agências de fomento à pesquisa e à ciência no Brasil. As autoras apontam para o retorno de Getúlio Vargas ao poder, agora eleito pelo povo ressaltando a sua estratégia de governo voltada a uma política de desenvolvimento científico do país. Desta forma, em 1951 foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia e tinha como com a função fomentar o desenvolvimento científico e incentivar a pesquisa além da criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Com a chegada de Juscelino Kubitschek no governo (1956- 1960), o país entrou de forma mais intensa na fase do nacional-desenvolvimentismo. Neste período, as autoras ressaltam que, “Sob a influência dessa ideologia, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) [...] com o objetivo de formular um projeto nacional para o País.” (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 160).

Sobre os anos 1960, as autoras asseveram que, muito embora tenha sido um período de “[...] conflitos ideológicos e de lutas pela educação pública brasileira, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 4.024, de 1961), que incorporou os princípios do direito à educação, da obrigatoriedade escolar e da extensão da escolaridade obrigatória” (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 161).

A referida Lei determina em linha gerais, que a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Assegura o direito à educação pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei.

Dentro do contexto histórico do período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960, as autoras destacam as divergências político-ideológicas, o golpe militar, a demora na implementação da LDB. Entre melhorias e atrasos, as autoras acreditam que

A consolidação da sociedade urbano-industrial durante o regime militar transformou a escola pública brasileira porque na lógica que presidia o regime era necessário um mínimo de escolaridade para que o País ingressasse na fase do “Brasil potência”, conforme veiculavam slogans da ditadura. (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 162).

Muito embora a educação no Brasil tenha passado por muitos momentos de avanços e retrocessos, o fato é que as discussões voltadas ao campo da educação formal sempre estiveram presentes na formação histórica do país. Educação jesuítica, instrução elementar, instrução pública, educação de imigrantes, escola nova são alguns exemplos que nos mostram que o campo manteve uma continuidade em sua trajetória, controversa por vezes, porém, conseguiu conquistar o seu espaço. O que Prost (2008) chamou de a importância decisiva do trabalho sobre o tempo, não ocorreu com os espaços de memória que inicialmente nasceram com o conceito de espaços para pesquisa científica, como vimos no segundo capítulo e, só mais tarde, foram separados em institutos de pesquisa e locais de salvaguarda de memória. A trajetória desses foi marcada por rupturas, e por vezes episódios esporádicos, e não tiveram em sua defesa a força dos espaços escolares pelo fato de já terem nascido focados em um público mais específico, e quem sabe, até mesmo mais elitizado. Pode-se dizer que, em sua origem histórica, ainda no Império, a escola e os museus convergem quanto ao público que os frequenta, ou seja, preponderantemente as classes mais abastadas. Convergem também com relação aos discursos, sobretudo dos republicanos, no que se refere à ampliação da educação para aplacar a multidão de analfabetos e a frequência do povo aos museus, como forma de contribuir para a formação de um povo brasileiro diferente daquele verificado pelos intérpretes mais ácidos da realidade brasileira. Entretanto, de acordo com a pesquisa, percebe-se que essa convergência se dá mais no nível de discurso, uma vez que o acesso à educação pelas massas só teve êxito nos anos de 1990. E o acesso ao museu também acompanhou esse movimento.

Neste sentido, Marília Xavier Cury reforça a ideia segundo a qual ela assegura que “[...] Ao juntarmos num mesmo debate o papel social de duas instituições como o museu e a escola, colocamo-nos na posição de pensar nas diferenças e semelhanças existentes entre elas.” (CURY, 2013, p. 22). Nas semelhanças a autora destacou pontos de convergência no processo educacional integral e o desenvolvimento social envolvendo diversos atores. Para as diferenças, o desafio seria “[...] pensar nas particularidades dos atores institucionais em questão para, a seguir, termos clareza dos desafios e potencialidades desta aproximação.” (CURY, 2013, p. 22).

Dentre esses campos do conhecimento, foram investigadas as trajetórias históricas, administrativas e jurídicas voltadas à educação e à cultura, percebendo os processos de

transformação social, político, econômico e tecnológico do país. A partir daí, o estudo passou a avaliar as constituições promulgadas no século XX, entre as décadas de 1930 e 1960, para verificar os rumos tomados por cada campo e de que maneira o povo brasileiro foi, de fato, contemplado (ou não) com essas Cartas Magnas, cabendo ainda as perguntas: se/qual a população foi contemplada no mote dos processos constitucionais.

4.4 Constituintes e Constituições – educação e cultura

Para analisar as constituições brasileiras com foco na educação e na cultura, precisa-se ter em mente que um fato histórico não se constitui de uma data demarcada e estabelecida em um calendário, escolhida para deixar viva na memória coletiva um determinado acontecimento relevante à posteridade. Compreender o contexto, nesse processo, leva por vezes a retroceder a períodos anteriores que esclareçam fatos e propostas sugeridas por grupos ligados aos movimentos históricos.

Para o estudo a seguir, foram utilizados como material básico da pesquisa as publicações dos Anais das Assembleias Nacional Constituintes da Biblioteca Virtual da Câmara dos Deputados e as Constituições promulgadas no século XX, em busca de discursos, mensagens, debates e textos com referências voltadas aos termos educação e cultura que se aplicassem a esta pesquisa. Procurou-se localizar entre os documentos produzidos nas sessões e discursos, o quanto esses assuntos foram presentes no anteprojeto, debates e emendas dos Anais das Assembleias Nacional Constituinte, que culminaram na redação final das Constituições Federais. Assim, seria possível traçar um panorama do processo político em curso em cada período investigado para sabermos de que maneira poderia aproximar o universo cultural e o educacional.

Entretanto, foi considerado que, em alguns momentos, essa aproximação pode se dar de forma mais intensa. E essa intensificação pode estar conectada às promulgações legais, de um e de outro campo, que podem servir como indutoras de determinadas práticas. E é precisamente no sentido de conferir em que medida essa hipótese se confirma que foram estudados os marcos legais a seguir.

4.4.1 A Constituição de 1933/1934, as legislações educacionais e a cultura

Para uma melhor compreensão dos desdobramentos pelos quais o país passou nesse período, a ponto de clamar por uma nova Constituição, apresenta-se, em linhas gerais, um

breve panorama dos fatos ocorridos na virada do século. A partir daí foi feito um estudo dos trabalhos da constituinte e uma análise dos resultados da Constituição de 1934 (BRASIL, 1934a).

Como vimos, várias foram as propostas e iniciativas dos governos Federal e Estaduais até a década de 1930 em torno das discussões voltadas às reformas da instrução pública. Vale ressaltar que o planejamento e a execução das reformas não aconteceram de forma igualitária e constante, nem tão pouco conseguiram atingir todos os Estados da Federação. Houve uma maior intensificação da implementação das propostas nas regiões de maior desenvolvimento, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A título de exemplificação, foi traçada uma linha cronológica das reformas federais do ensino na Primeira República, a partir de apontamentos que Demerval Saviani (2013, p. 168) classificou como ciclos de reformas do ensino que ficaram conhecidos pelos nomes de seus proponentes: 1. Benjamin Constant (1890); 2. Eptácio Pessoa (1901); 3. Rivadávia Correa (1911); 4. Carlos Maximiliano (1915); 5. João Luís Alves/Rocha Vaz (1925). Essas propostas de reforma nos dão uma ideia da situação escolar no período compreendido entre 1888 e 1930.

Para tratar da assembleia constituinte de 1933, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, corrobora com autores como Boris Fausto, Thomas Skidmore e Francisco Weffort, que consideram aquele “[...] um movimento heterogêneo do ponto de vista de suas bases sociais e de suas aspirações” (HILSDORF, 2003, p. 92). Para a autora:

Trata-se, novamente, de ‘construir a Nação’, isto é, de atingir o alvo que não tinha sido alcançado nos movimentos de 1822 e 1889 [...] interpretada segundo as diferentes ideologias em conflito que atravessam o período, vindas da década anterior: o tradicionalismo dos agrários, o radicalismo dos operários e de setores da classe média e o “americanismo” da burguesia urbana. (HILSDORF, 2003, p. 91).

O funcionamento da Assembleia iniciou seus trabalhos com sessões preparatórias para a sua instalação efetiva. Entre os dias 10 e 14 de novembro de 1933, cinco sessões preparatórias foram realizadas sob a presidência do Sr. Ministro Hermenegildo de Barros (1866-1955), Presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Essas primeiras sessões trataram, em linhas gerais, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, organizadas conforme o disposto no Decreto n. 22.621, de 05 de abril de 1933 (BRASIL, 1933a), elaborado pelo Governo Provisório. Seria assim um conjunto de normas pré-determinadas que deveriam conduzir o funcionamento da Assembleia. Foi apresentado ainda o

anteprojeto¹⁵²⁰, também elaborado pelo Governo Provisório. O documento, composto de 104 (cento e quatro) artigos foi apresentado aos 254 (duzentos e cinquenta e quatro) constituintes, na primeira sessão preparatória para ser discutido e elaborado. Conforme o disposto no art. 9º do Regimento Interno, foi feita a eleição para Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, tendo a maioria dos votos o Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que conduziu, em 15 de novembro de 1933, a Sessão solene de Instalação. Na mesma sessão, o presidente anunciou a presença do Chefe do Governo Provisório, o Sr. Getúlio Vargas, que tomou assento à mesa e procedeu à leitura de sua mensagem, esclarecendo e justificando aos presentes a redação do anteprojeto elaborado pela Comissão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1933). Em seu discurso, Getúlio critica a desvalorização do povo brasileiro dentro da sociedade uma vez que havia “[...] uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo política à europeia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1933). Prosseguindo em sua fala, Vargas atribui ao período imperial essa herança, concluindo que, em resumo, “[...] o Império encerrou a sua atividade deixando insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1933, grifo nosso). Na sequência, o anteprojeto foi apresentado na íntegra aos constituintes. O documento foi elaborado com 136 (cento e trinta e seis) artigos e ainda 8 (oito) disposições transitórias. No texto, o Título XI – Da Cultura e do Ensino fica registrado como um dos tópicos a ser debatido recebeu como destaque os artigos 111 (com 3 parágrafos) e o artigo 112 (com 8 parágrafos) em sua redação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1933). Nessa sessão, houveram ainda discursos dos Deputados Leitão Cunha e Martins e Silva, que reforçaram a importância da discussão acerca da educação. Para Leitão Cunha:

A educação não pode deixar de constituir um dos capítulos principais de nossa Constituição. As diretrizes gerais têm de ser estabelecidas nela, para que não deixemos, ao acaso das leis ordinárias, variações que, fatalmente prejudicariam a orientação geral, que deve ser única, para que possa ser proveitosa. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1933, p. 303).

E também Martins e Silva:

Se o problema educacional é o principal, temos de, em nossa Constituição, determinar seja a educação obrigatória, gratuita e escoimada dos entraves que sempre aparecem, de taxas e sobre-taxas, que impedem a sua difusão,

¹⁵ Criada em novembro de 1932, a Subcomissão do Itamarati, sobre a presidência do chanceler Afrânio de Melo Franco, foi constituída com a finalidade de elaborar um anteprojeto de Constituição, que seria levado à apreciação da Assembleia a ser eleita em maio de 1933.

principalmente entre os filhos dos pobres. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1933, p. 452).

Outro fato que foi considerado relevante ao foco da nossa pesquisa, o anteprojeto apresentava, em sua redação, em títulos separados em três partes: a Religião, a Família e, por fim, a Cultura e Ensino que fizeram parte de um mesmo título.

O interesse no documento foi o de buscar, a partir do Índice Geral das Sessões dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934), os momentos em que a educação e/ou cultura fossem tratados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1946). O termo educação aparece por três momentos das 18 (dezoito) páginas organizadas, sendo relevante o segundo registro, que destaca, em sua quadragésima primeira sessão o “[...] projeto de educação nacional, 362 (discurso do Deputado Renato Barbosa) [...]”. O terceiro e último registro apresenta, em seu Índice Alfabético de Matérias: “Educação e Ensino, 362, 432” (1935) e fez parte do documento. O termo cultura não aparece em momento algum do índice, enquanto religião/religioso é registrado 9 (nove) vezes. Vale destacar que os termos religião/religioso foram aqui colocados como parâmetros de comparação para mensurarmos o posicionamentos desses três campos nas comissões constituintes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1946).

Partindo então do índice, partiu-se para o documento em si que, elaborado com seiscentos e quarenta páginas, tratou do relato, discussões e discursos proferidos pelos parlamentares da constituinte. Uma curiosidade feita no decorrer do texto, foi a utilização de alguns termos citados ao longo do documento. Foram encontrados 141 (cento e quarenta e uma) vezes os verbetes religião/religioso. A palavra educação aparece em 101 (cento e uma) ocorrências e o vocábulo cultura é utilizado em 70 (setenta) referências.

A pesquisa procurou localizar o uso dos termos educação e/ou cultura em que esses estivessem ligados a uma convergência ideológica na elaboração do anteprojeto, referente ao texto constitucional. Localizar tais termos, a partir da página 362 dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934), em sua 41ª (quadragésima primeira) Sessão da Câmara, realizada em 04 de janeiro de 1934, sob a presidência do Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1846) e vice-presidência de Christovão de Castro Barcellos (1883-1946), quando se registrou a presença de cento e vinte e sete Deputados (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009a). Aberta a sessão, foi encontrado, no expediente de número cinco, um discurso do Deputado Renato Rodrigues Barbosa (1886-?) (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009c), que, entre os temas tratados, referiu-se à Conspiração Mineira, que ficou conhecida como “[...] um grande quadro evocativo de nosso Tiradentes [...]” (BARBOSA, 1935, p. 352). Com esse discurso, tratando de temas como liberdade e igualdade, ele justificou

a criação do Partido Republicano Liberal, do qual fazia parte. A colocação do Deputado faz crer que a história dos Inconfidentes e a figura de Tiradentes já se faziam presentes nas memórias do povo brasileiro, o que justificaria mais tarde a criação de um museu voltado a esse tema, o Museu da Inconfidência, esse estudo de caso.

Demerval Saviani reforça, em uma análise daquele contexto histórico, a nossa compreensão em defesa da reforma da educação, quando chama a atenção para o posicionamento das elites atuantes nas reformas, afirmando que “[...] também podemos perceber ecos de mudança, uma vez que desejavam criar condições para a formação de uma sociedade civilizada” (SAVIANI, 2017, p. 223). O que se observou a seguir, no referido discurso, foi uma reação contra a continuidade.

Passando a tratar da educação, Renato Barbosa destaca em seu discurso “Quem diz reforma, diz educação [...] saibamos ver que é educando que teremos a solução de todos os problemas nacionais” (BARBOSA, 1935, p. 355). Em sua fala, o parlamentar afirma sua preocupação, manifestando-se no sentido de que fique, conforme suas palavras, “[...] claramente expresso nos textos da nossa Carta Constitucional, assim como nas nossas leis orgânicas e ordinárias, nos nossos regulamentos e até mesmo nas simples instruções, [...] o problema da educação nacional” (BARBOSA, 1935, p. 355).

O parlamentar deixava clara a importância de se inserir a educação no ordenamento jurídico do país. Para isso, o Deputado traçou uma trajetória histórica de fatos, acontecimentos e personalidades, citando nomes do passado como Tavares Bastos¹⁶, Rui Barbosa (1849-1923) (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [200-?]d), Monteiro de Souza (1872-1936) (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009), entre outros que contribuíram para a defesa de se garantir educação às novas gerações, estabelecendo desta forma “[...] um nexo entre passado e futuro.” (BARBOSA, 1935, p. 360). Para chamar a atenção dos seus colegas, o orador ratifica em sua fala sobre a importância da iniciativa de “[...] criar sistemas e processos de cultura e civilização [...]” a fim de suprir o que ele chama de “[...] pobreza do Título XI do nosso anteprojeto, onde (sic) apenas em dois artigos, 111 e 112, com alguns parágrafos fez-se com certa displicência a fundamental legislação maior, do mais sério, do grande problema da Nação Brasileira” (BARBOSA, 1935, p. 361).

Retomando a Saviani, vimos que, de fato, havia um grupo empenhado em criar, segundo ele “[...] condições para a formação de uma sociedade civilizada.”. E, para isso, “A disseminação das escolas e da educação como mecanismo capaz de superar o analfabetismo e

¹⁶ Em seu discurso, o orador não deixa claro a qual Tavares Bastos estava se referindo uma vez que trata-se de um sobrenome comum a uma família de políticos do Estado de Alagoas. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [200-?]c).

forjar a sociedade que se esperava; a criação de elementos comuns de cultura, símbolos, datas, heróis, que permitiriam consolidar-se como nação [...]” (SAVIANI, 2010, p. 223).

Nesse sentido, compreende-se a relevância da fala do Deputado Barbosa, quando esse reforça sua defesa sobre a importância das atribuições dos poderes públicos, das esferas da União, do Estado e do Município. Isso em face de o Manifesto da Educação ter sido elaborado e apresentado dentro daquele contexto. Referindo-se à 5ª Conferência da Educação, concluída em 31 de dezembro de 1932, em Niterói/RJ que houve a participação de uma Comissão Especial, formada por representantes da Associação Brasileira de Educação (ABE), além de delegados dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, que foi responsável por elaborar e aprovar um projeto de Educação Nacional como sugestão à Assembleia Constituinte. O parlamentar indica inclusive que as sugestões colocadas na referida Conferência deveriam ser transformadas em leis, procurando, segundo o autor “[...] fixar a competência em matéria educativa dos três grandes departamentos fundamentais da nossa organização política, União, Estado e Município” (BARBOSA, 1935, p. 360).

O discurso prossegue com a apresentação de argumentos que ratificam a necessidade de colocar a educação como um dos pilares de sustentação de formação de uma nova e civilizada nação. Para concluir, o Deputado Renato Barbosa apresenta, na íntegra¹⁷, o documento que foi resultado da V Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade de Niterói/RJ (1932-1933), e que teve como pauta a elaboração de sugestões a serem apresentadas à Assembleia Constituinte. Nessa oportunidade, estiveram presentes e compuseram a mesa diretora dos trabalhos, como Presidente da Comissão, Fernando de Azevedo (1894-1974) e Leopoldo de Diniz Martins Júnior (1889-1967), cujo documento foi registrado como Diniz Júnior e Américo Wanick, como secretário.

Após a leitura e concluído o discurso de Barbosa, abre-se a palavra e se iniciam os questionamentos que começam a ser esclarecidos e apresentados pelo Deputado. Esse o fez apresentando dados estatísticos acerca dos números de escolas, alunos e analfabetos em idade escolar, concluindo que, para suprir tal demanda, de acordo com os cálculos apresentados, seria necessária a construção de 105.657 (cento e cinco mil, seiscentas e cinquenta e sete) escolas. Expondo outros aspectos que reforçam a necessidade de uma reforma na educação nacional, Barbosa prevê que “[...] as vozes desta tribuna vão ecoar muito longe e este quadro é tão deprimente que seria preferível silenciar.” (1935, p. 366). Seguido ainda de uma crítica ao Sr. Presidente por entender que para tal reforma seria necessário algo muito maior e mais

¹⁷ O inteiro teor da proposta encontra-se nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934) (p. 362-364).

efetivo do que a proposta ali apresentada:

[...] se a nossa Carta Constitucional deve ser, tem que ser, nas suas grandes leis, a expressão incontestável das nossas aspirações e das nossas necessidades, não é possível que nos conformemos com os dispositivos do nosso anteprojeto, onde tratando da Cultura e do Ensino, o faz com tanto desinteresse que, ao lê-lo, se é levado a supor inexistente o problema do ensino no Brasil. (BARBOSA, 1935, p. 366).

Dentro da área da Educação, do parecer ali apresentado e proposto à redação final da Constituição de 1934, viu-se que algumas indicações foram consideradas. São elas: a ampliação das competências da União, a previsão da criação do Conselho Nacional de Educação, com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Educação, a ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

A maneira como a educação foi tratada nessa Constituição sinaliza para um Estado que, em qualquer de seus níveis, começa a se tornar cada vez mais presente no campo da educação. Não se trata somente de uma demandada social, começa a configurar-se, a partir daí, um movimento de responsabilidades e de competências voltadas à educação e à cultura, nos textos das cartas constitucionais proclamadas. Muito embora tenha-se verificado ações que contribuíram para modificar as estruturas educacionais do país, deve-se concordar com Saviani quando esse, ao verificar as legislações em pauta, afirmou que tais reformas “[...] não eram formuladas como um projeto de Estado, mas como iniciativas de governo, sem continuidade, [...] O destaque à educação era verificado apenas no nível do discurso, mas não no nível da ação, por isso as políticas iam e vinham, sem que os problemas educacionais fossem enfrentados de modo efetivo” (SAVIANI, 2011, p. 242).

Foi observado que as mudanças aconteciam, porém, caminhavam a passos lentos. No campo da cultura, a partir da bibliografia consultada, vimos um Estado que se coloca, nesse período, como guardião de valores culturais do país, responsável pelas ações de caráter pedagógico não formal, que deveriam ser preservadas pela sociedade como um todo. A cultura foi associada à política em nome de um desejado progresso social. Vale ressaltar que também no campo cultural, como ocorreu na educação, as iniciativas voltadas às políticas culturais do país já vinham sendo organizadas com apoio e mobilização de intelectuais, políticos e personalidades públicas em movimentos ocorridos ao longo da década de 1920. Como exemplo, o Movimento Modernista, surgido em São Paulo (FONSECA, 2005, p. 296).

Em seu livro “O Patrimônio em Processo”, a autora Maria Cecília Londres Fonseca

(2005) discorre sobre a forma como foram institucionalizados esses espaços culturais e quais foram as políticas de preservação de patrimônio adotadas pelo Estado brasileiro para a efetiva implementação dessas instituições. Fonseca cita algumas ações da gestão pública a favor da proteção da história, memória e patrimônios culturais como a criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928). O tema acerca da preservação do patrimônio no Brasil tornou-se assunto de interesse não somente do grupo ligado ao Movimento dos Modernistas como também de outros intelectuais e políticos, muitos deles inclusive faziam parte do movimento integralista.

No contexto social, político e econômico da década de 1930, a educação começa a ganhar destaque, adquirindo relevância progressiva, ao menos nos debates e discursos, ao longo do período histórico denominado como a Era Vargas (1930 a 1937), que, com o discurso desenvolvimentista, fez aumentar consideravelmente a busca por oferta e regulamentação da educação à população brasileira.

Pressionado, o Governo Provisório reorganizou suas políticas, no sentido de conduzir os trabalhos da Assembleia de acordo com os seus próprios interesses. Assim, o próprio Governo elaborou o Regimento Interno da Constituinte e criou a Comissão Constitucional que se encarregou de elaborar o anteprojeto de Constituição, dentro do conjunto de regras já estabelecidas pelo regimento e entregue aos constituintes, a fim de ser discutido. Tais procedimentos levam a crer que o governo entrevistou e conduziu os trabalhos desde o conteúdo do que deveria ser debatido quanto na forma de encaminhamento dos trabalhos.

No que tange ao debate educacional, o texto final apresentou atos que, voltados à educação, deliberavam sobre as prerrogativas de estabelecimento livre de ensino secundário e concessão de auxílios aos Estados, a partir do segundo semestre do ano de 1933. Nos debates relacionados ao campo educacional e de saúde pública, no nível federal, a gestão do ministro Gustavo Capanema foi marcada por um contexto ideológico em torno de debates travados entre os renovadores escolanovistas e o grupo daqueles que defendiam a manutenção do ensino religioso, ligados à igreja católica. As discussões giravam em questões como a defesa ou não do estado laico e universal, a tutela do Estado ou o ensino livre da sua interferência, novos métodos de ensino ou a manutenção dos métodos tradicionais, entre outros debates.

No campo da cultura, foi desde o final da década de 1930 que vimos as primeiras deliberações voltadas à constituição de leis e proteção do patrimônio histórico nacional fundamentadas em categoria jurídica. Daí passaram a fazer parte da gestão da União que criou institutos e definiu regras que estabeleciam os direitos e deveres dos Estados e Municípios, dos proprietários de bens públicos e particulares tombados pelos órgãos de proteção do

patrimônio nacional. A partir desse marco, a preservação da memória do país passava não somente a ser responsabilidade do Estado, como também da sociedade e dos cidadãos, tanto no campo jurídico quanto no social.

A noção de patrimônio histórico e artístico nacional surge pela primeira vez no Brasil, de forma tímida, no art. 10 da Constituição de 1934. Para tratar da competência da União e dos Estados, no que tange às leis de proteção, pela primeira vez e de forma tímida, o inciso III do referido artigo determina “[...] proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico [...]” (BRASIL, 1934a). Esse dispositivo foi de fato regulamentado com o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937).

O que se conclui da Constituição de 1934 foi um maior empenho na busca pela renovação do campo educacional com a participação da sociedade civil, o crescente papel do Estado. Esse entendimento corrobora com a afirmação de Hilsdorf quando essa apresenta sua conclusão acerca do assunto e apoia a afirmação de Fernando de Azevedo sobre os membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 de modo a transformar “[...] a Constituição por ela aprovada em 1934, na primeira Carta Magna do país a tratar, em títulos e capítulos específicos, de temas sociais, como: a família, a cultura e a educação, enfocados na “órbita de influência dos iniciadores do movimento de reformas da educação brasileira” (AZEVEDO, 1964, p. 682 *apud* HILSDORF, 2003, p. 97).

A Assembleia Constituinte do novo século teve sua eleição em 03 de maio de 1933. Presidida pelo Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, a comissão apresentou, em 16 de novembro de 1933, o Anteprojeto de Constituição elaborado e, no dia 16 de julho de 1934, foi aprovada a nova Carta Constitucional do país.

Logo no início da década de 1930, uma das medidas educacionais do Governo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, que teve a função de coordenar e orientar as propostas de reformas educacionais, sendo que mais tarde foram incluídas na Constituição de 1934. Uma dessas propostas foi o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, criado em 1932, em meio às Conferências Nacionais de Educação, que discutiam uma nova proposta pedagógica de reconstrução do sistema educacional brasileiro e propunham uma política educacional de Estado.

O destaque dessa análise foi uma preocupação/disputa, por parte dos constituintes, em se estabelecer novas diretrizes para o campo da educação do Brasil, porém, muitas propostas encontraram resistência devido aos interesses particulares de cada grupo. Isso fica subentendido na redação final do documento, que, na concepção de Osmar Fávero, muito embora a Constituição de 1934 tivesse uma curta vigência legal, o autor afirma, à luz da

legislação, que “[...] a conclusão não pode ser outra senão de que a Constituição de 1934 é uma Carta plenamente realizada na história educacional do país” (FÁVERO, 2005, p. 138). A redação da Carta não agradou a Vargas, que, em seu primeiro pronunciamento, logo após a promulgação da Constituição, deixou clara a sua insatisfação, tendo inclusive, declarado querer ser o primeiro a revisar a Constituição que acabara de nascer. Tal insatisfação por parte do governo com a redação final do texto foi suprimido, quando, três anos depois, Getúlio Vargas decreta uma nova Constituição para adaptar-se melhor aos seus planos de governo. O novo documento afetou nova e diretamente questões educacionais do país, como se vê a seguir.

4.4.2 A Constituição de 1937, a legislação educacional e a cultura

Não demorou muito para que Getúlio Vargas, insatisfeito com a forma como foram conduzidos os trabalhos que resultaram no texto final da Constituição de 1934, tomasse providências para “reorganizar” um novo documento em 1937, justificando seu ato por meio de fatores de desordem resultantes dos dissídios partidários; propaganda demagógica em luta de classes; conflitos ideológicos; iminência da guerra civil; infiltração comunista de caráter radical e permanente. O documento cita perigos que ameaçam a unidade e a decomposição das instituições civis e políticas. (BRASIL, 1937a). Diante do exposto, o Presidente da República resolve:

[...] assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País. (BRASIL, 1937a).

É desta forma que, em 10 de novembro de 1937, Vargas institui a terceira Legislação Constitucional do período republicano, que ficou conhecida com Constituição Polaca. Essa nova constituição caracterizou-se por implantar a ditadura do Estado Novo, concentrando e centralizando os poderes nas mãos do Executivo, estabelecendo eleições indiretas para Presidente, com mandato de seis anos, retirando o direito de greve, extinguindo partidos políticos, criando a Justiça do Trabalho e nacionalizando as riquezas do subsolo.

Dentro do campo da educação, destaca-se nas ações ocorridas no ano de 1937, a criação de alguns institutos e órgãos que importantes salientar para fundamentar nossa pesquisa. Fazem parte deste período legislações que determinam a criação de institutos e

órgãos ligados tanto à educação quanto à cultura. Deste modo, evidencia-se como exemplo a Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou o Instituto Nacional de Pedagogia (BRASIL, 1937b). O novo instituto iniciou de fato suas atividades no ano seguinte, a partir da publicação do Decreto-Lei n. 580, de 30 de julho de 1938, regulamentando e organizando a estrutura do órgão (BRASIL, 1938a). O referido Decreto modificou seu nome de origem, passando a ser chamado de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O centro de estudos bem como todas as questões educacionais ficou vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, sendo nomeado como diretor-geral do Instituto o Prof. Lourenço Filho.

Decreto-Lei estabeleceu como competências do INEP:

[...] organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos. (BRASIL, 1937).

São desse período também a elaboração de leis voltadas à cultura, conforme já anunciamos em outras parte deste trabalho, retomando ao texto da Constituição de 1934 em seus artigos 215 e 216 que dispunham da definição de patrimônio cultural (BRASIL, 1934a). Por influência de Gustavo Capanema e sua equipe, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco, Sérgio Buarque de Holanda, Lúcio Costa, entre outros, Getúlio Vargas cria, em 13 de janeiro de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), regulamentado pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Foi nomeado para diretor do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente do Instituto até 1967.

A partir desta análise, acredita-se que esse foi um período de contrastes que oscilaram entre avanços e retrocessos. Para o sistema educacional brasileiro e a área da cultura nota-se que houve algum progresso devido à criação de órgãos e instituições que passaram a fazer parte do texto/contexto constitucional.

No documento constitucional, foi localizado no artigo 15, inciso “IX - fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude;” (BRASIL, 1937). O artigo 16, inciso XXIV - diretrizes de educação nacional transformam-se em competência da União, que passa a ter a prerrogativa de legislar sobre essa matéria além de outras. Vimos ainda um capítulo exclusivo para tratar da Família e outro que compreende os artigos do 128 ao 134 para

tratar da Educação e da Cultura. Dentro do título Educação e Cultura, foram colocados temas tais como: arte, ciência e ensino livre; favorecimento ou fundação de instituições artísticas, científicas e de ensino; ensino profissional; ensino primário obrigatório e gratuito; obrigatoriedade da educação física, ensino cívico e ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias ensino religioso como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias, não constituindo objeto de obrigação por parte dos alunos, e ainda, no artigo 134, proteção dos monumentos históricos, artísticos e naturais, como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, Nação (BRASIL, 1937).

Chamou a atenção que o termo “cultura” foi utilizado somente duas vezes ao longo do texto, muito embora seja desse período as primeiras legislações federais voltadas à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

Retomando ao campo da educação, de um modo geral, a regulamentação do ensino do período que recebeu o nome de Estado Novo (1937-1945) tornou-se mais efetiva a partir de 1942, com a chamada Reforma Capanema. Estando à frente do Ministério da Educação durante o governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1934 e 1945, são desse período os decretos-lei que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Dentre essas leis, destaca-se a organização do ensino industrial (Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942); a criação do Serviço Nacional da Indústria, SENAI (Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942); a organização do ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos, o ginásial compreendido em quatro anos e o colegial estruturado em três anos (Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942). Ainda regido pela Constituição de 1937, já no final do Estado Novo, foram criadas e organizadas legislações ligadas diretamente às Leis Orgânicas do Ensino (BRASIL 1937).

A título de exemplo, mencionam-se as diretrizes gerais da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946), que se manteve sob a responsabilidade dos Estados, incluindo-se, em nível nacional, a organização do ensino primário supletivo, destinado a adolescentes a partir dos treze anos de idade e adultos. Foi localizado ainda a legislação que organizou as diretrizes do ensino normal (Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946) e o ensino agrícola (Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946) e o que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC (Decretos- Lei n. 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946). Foram medidas implementadas pelo Ministério da Educação, sob o comando de Raul Leitão da Cunha (1881-1947), que assumiu o lugar de Gustavo Capanema, como Ministro da Educação e Saúde, de 30 de outubro de 1945 a 31 de

janeiro de 1946, durante a Presidência de José Linhares (1886-1957)¹⁸.

4.4.3 A Constituição de 1946, a legislação educacional e a cultura

Em 1945, com a saída de Vargas do poder, foi eleito como Presidente da República, o militar Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), que tomou posse em 31 de janeiro de 1946, juntamente com a abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, organizada com a eleição de deputados e senadores, eleitos em 02 de dezembro de 1945. A constituinte iniciou seus trabalhos em 02 de fevereiro de 1946, sob a presidência de Fernando de Mello Vianna, a Mesa da Assembleia Constituinte promulgou a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, em 18 de setembro de 1946. Essa foi a quinta Constituição brasileira, foi promulgada após o fim do Estado Novo e teve o caráter de restaurar os valores democráticos perdidos com a Constituição de 1937.

Depois da imposição aos brasileiros dessa última Carta Magna citada, a primeira manifestação pública de insatisfação contra a ditadura do Estado Novo foi, segundo Osmar Fávero (2005), o Manifesto ao Povo Mineiro, de 24 de outubro de 1943. Esse movimento, contrário à ditadura de Vargas, precisou ser elaborado de forma clandestina. As reuniões, a impressão e a distribuição dos folhetos foram feitas de forma secreta, uma vez que o Governo controlava, de maneira severa, todo e qualquer tipo de manifestação contrária ao Regime. Apesar disso, esse ato alcançou algum sucesso em sua empreitada e conseguiu tanto a publicidade quanto o apoio necessário para formalizar, como primeiro ato escrito, a insatisfação de parte da elite mineira¹⁹. Essa ação resultou em represálias contra os auto declarados manifestantes, que, apesar de não terem sofrido perseguição policial por parte do regime, foram destituídos de seus cargos públicos ou perderam seus empregos em empresas privadas. Sobre o Manifesto, Fávero busca nos arquivos da Fundação Getúlio Vargas documentos que reforçam a importância do ato que “[...] defende a democratização do país, é assinado por noventa e dois mineiros, entre advogados, professores, literatos [...] e é

¹⁸ Linhares foi convocado pelas Forças Armadas, como presidente do Supremo Tribunal Federal, uma vez que ele era o primeiro da linha sucessória. Após a saída de Getúlio Vargas, José Linhares exerceu a Presidência da República entre 29 de outubro de 1945 e 31 de janeiro de 1946, totalizando três meses e cinco dias (CPDOC/FGV).

¹⁹ Dentre os noventa e dois mineiros citados, pode-se destacar figuras como Virgílio de Melo Franco (1897-1948), cidadão ouro-pretano e seu irmão Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990); Pedro Aleixo (1901-1975), natural da cidade de Mariana; Milton Campos (1900-1972) e Magalhães Pinto (1909-1996), que se tornaram mais tarde governadores de Minas Gerais; Artur Bernardes (1875–1955), que foi chefe do Executivo do Estado de Minas, de 1918 a 1922 e Presidente da República de 1922 a 1926; o escritor Pedro Nava (1903- 1984); Tristão da Cunha (1892–1973), político, professor e avô paterno do senador Aécio Neves; o ex-deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro, João Edmundo Caldeira Brant (1878–1967), o jornalista e advogado Geraldo Teixeira da Costa (1913–1965), entre outros. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017e).

considerada a primeira manifestação pública dos setores liberais de oposição ao Estado Novo” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984, p. 2071-2074 *apud* FÁVERO, 2005, p. 154).

A partir desse ato surgiram outras manifestações políticas como a Carta aos Brasileiros (1943) e uma Declaração de Princípios elaborada no I Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945, em que se defendia a liberdade de expressão e o direito ao voto universal, direto e secreto. O fim da censura e o fim do Estado Novo foram reivindicações apresentadas por José Américo de Almeida²⁰ (1887-1980) em entrevista concedida a Plínio Salgado (1895-1975), opositor de Getúlio Vargas, ao Correio da Manhã e O Globo, em 22 de fevereiro de 1945. Suas declarações causaram grande impacto e repercussão no país uma vez que, com o fechamento do Congresso, o cancelamento das eleições presidenciais, e o início à ditadura do Estado Novo, José Américo assumiu sua posição contrária a Vargas, passando a apoiar os opositores do governo e realizando intensa campanha contra Vargas. Reconciliou-se com Vargas em 1953 e voltou a assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, durante o seu segundo governo. Com o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, demitiu-se do Ministério. Retomando ao contexto histórico, ao longo do ano de 1945, vários partidos foram fundados e se aumentou a pressão popular para a retomada da democratização do país. Para além das demandas políticas pelas quais o Brasil passava, destaca-se desse período o fim da 2ª Guerra Mundial e, dentro do escopo da nossa pesquisa, o início do registro do público visitante nos livros de visitação do Museu da Inconfidência, nossa fonte de pesquisa.

Após a queda do Estado Novo em 1945, foi instaurada uma nova constituinte que iniciou seus trabalhos em 01 de fevereiro de 1946, sob a presidência do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Valdemar Falcão (1895-1946), que presidiu as três sessões seguinte até a eleição e posse do presidente da Constituinte, senador Fernando de Mello Viana, do PSD mineiro (FÁVERO, 2005, p. 160). Diferentemente das outras constituições, essa teve a liberdade de nomear uma Comissão para elaborar o Anteprojeto da nova Carta. Vários temas de interesse nacional foram livremente debatidos e Fávero demonstra que o plenário “[...] estava destinado ao debate da política geral, apresentavam-se sugestões à Comissão, bem como discutiam-se as questões relativas à luta social, greves, arbitrariedades policiais, política regional [...]” (FÁVERO, 2005, p. 161).

O anteprojeto foi aprovado em 31 de maio de 1946 recebendo o nome de Projeto

²⁰ Fez parte da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição entre 1930 e 1934. Nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas entre 1933 e 1934 e, no ano seguinte, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em 1945, rompido com Getúlio, foi eleito Senador pela Paraíba. Elegeu-se governador do estado em 1950. Em 1951 voltou a ocupar o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017d).

Primitivo, tendo recebido, na sequência, 4.092 (quatro mil e noventa e duas) emendas que foram apreciadas pelas subcomissões que elaboraram e apresentaram, em 08 de agosto de 1946, o que ficou conhecido com Projeto Revisto. Sua votação iniciou-se em 13 de agosto de 1946, sendo promulgada a nova Constituição na 180ª sessão do plenário, em 18 de setembro de 1946, a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

No documento constitucional, a organização dos assuntos voltados à educação e à cultura ficaram dispostos da seguinte maneira: No Título I, que trata da Organização Federal, em seu Capítulo I, Disposições Preliminares, em seu art. 5º, no que se refere a legislar (inciso XV), fica sob competência da União as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1946). No art. 31, a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado, inciso V, lançar impostos sobre, item b) templos de qualquer culto bens e serviços de Partidos Políticos, “instituições de educação” e de assistência social, desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no país para os respectivos fins (BRASIL, 1946). No Título VI, Da Família, da Educação e da Cultura, o Capítulo II, Da Educação e da Cultura ficam contemplados com nove dos duzentos e vinte e dois artigos da Carta, do art. 166 ao art. 175 (BRASIL, 1946).

Entre os debates, discussões e texto final da Constituição de 1946, ligados ao tema da educação, sugerem uma ampliação aos dispositivos educacionais. Sob a análise de Edvaldo M. Boaventura, o texto constitucional de 1946 “[...] é um documento político sem maiores inovações educacionais. Volta-se, de certa forma, a 1934. Talvez seja um passaporte para o reingresso na vida democrática” (BOAVENTURA, 1996, p. 31). A expressão “sistemas de ensino” passa a ser utilizada para o que se chamou de normas programáticas dos encargos educacionais. Boaventura afirma que utilizar termos como sistema federal, sistema estadual, sistema de ensino médio, sistema público de ensino “[...] consagra a acepção de legal, jurídico (sistematização) e administrativo, ingressando esse no sentido pedagógico [...]” (1996, p. 32). Inicia-se a partir dessa Carta uma descentralização da esfera federal para a estadual e municipal e esse deslocamento gera uma maior autonomia desses sistemas. Dessa forma, poderia abranger do pré-escolar às instâncias superiores da pós-graduação, permitindo uma autonomia pedagógica nos três níveis de ensino. Para além desse dispositivo, ressalta-se também no documento, questões recorrentes como ensino religioso, obrigatoriedade, gratuidade, competências, responsabilidades nas esferas de poder público, subsídios, financiamentos entre outras discussões colocadas.

O que vimos de positivo nessa nova organização de sistemas de ensino foi o que mais tarde constituiu-se na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, ainda dentro da vigência da Constituição promulgada e anterior ao

golpe militar. Dessa forma, ao analisarmos o texto da Constituição de 1946, aderimos às considerações de Fávero quando esse apresenta sua reflexão crítica sobre a Carta Constitucional:

Resumidamente pode-se afirmar que o debate de 1946 privilegiou o debate público-privado, e mais especificamente, o da relação Estado – Igreja e seus desdobramentos na esfera educacional. Isso se deu em detrimento de uma reflexão mais abrangente que localizasse claramente os nossos principais problemas educacionais e formulasse as diretrizes para sua resolução [...] quando da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação, que seriam aprovados mais de quinze anos depois de promulgada a Constituição. (FÁVERO, 2005, p. 187).

Em uma análise histórica, refletimos sobre a trajetória percorrida pelo país ao longo da quase primeira metade do século XX, em relação à cultura, educação, estado e sociedade e deparou-se com momentos de avanços mas também de retrocessos dentro das legislações jurídico-constitucionais do período. Neste processo lento porém continuado, pode-se concordar com Edivaldo M. de Boaventura quando esse assevera que “[...] Os resultados mostram talvez mais avanços do que retrocessos, mas avanços lentos demais e distantes no tempo social e no espaço regional problemático” (BOAVENTURA, 2001 *apud* FÁVERO, 2005, p. 197). As várias reformas, projetos e alianças formadas a partir de grupos de interesse comum que pensavam a educação no país criaram empatias e embates devido às diferentes correntes ideológicas que foram colocadas nas Assembleias Constituintes e na redação final dos textos constitucionais do período Republicano. É sempre preciso levar também em consideração os contextos historiográficos os quais cada novo documento estava inserido quando da sua elaboração. Mesmo cercados de problemas e discussões, estes temas fizeram parte de um processo de mudanças e demandas sociais que pedia uma atenção especial e urgência no ensino nacional, o que acabou por contribuir com as bases dos dispositivos voltados à Educação da nação nos anos que se seguiram.

4.4.4 Constituição de 1967, a legislação educacional e a cultura

Com a finalidade de assegurar as incorporações dos Atos Institucionais, decretos e leis baixados a partir de 1964, o regime militar procurou tornar oficial tais atos por meio de uma nova constituição para o Brasil. Foi nesse cenário político nacional que, no dia 6 de dezembro de 1966, o governo publicou a proposta do projeto da Constituição, cuja redação foi feita pelo então Ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva (1907-1983), e por Francisco Campos, na

condição de presidente da Comissão Jurídica Interamericana (cargo que exerceu até falecer), que foi recebido com protestos por parte dos representantes do Poder Legislativo.

No dia seguinte, 07 de dezembro de 1966, diante da insatisfação e pressão dos grupos de oposição e do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) o governo editou o Ato Institucional n. 4, convocando o Congresso Nacional a discutir e a votar a nova Constituição (BRASIL, 1966). Instituído o AI4 pelo governo militar, esse atribuiu ao Congresso Nacional, em 12 de dezembro de 1966, a função de poder constituinte originário, soberano e ilimitado, que, pressionado pelos militares, foi forçado a discutir, votar e promulgar uma nova Constituição, em caráter de urgência, e sem tempo hábil para uma análise mais profunda do documento (BRASIL, 1966). Tal ação foi fundamental para aprovar a Carta Constitucional de 1967, que legalizou, legitimou e institucionalizou o regime militar e o Golpe de 1964.

Os trabalhos foram encerrados no dia 24 de janeiro de 1967, quando o texto constitucional foi aprovado com poucas alterações. No período compreendido entre as discussões e elaboração do documento final, o Executivo teve autonomia e amplos poderes para legislar sobre qualquer assunto que envolvesse a segurança, as finanças e a administração do país. Em 15 de março foi promulgada a Constituição de 1967 conjuntamente com o mandato do Presidente eleito, o militar Arthur da Costa e Silva (1899- 1969). A Carta ratificava Atos Institucionais e Complementares já estabelecidos. Tal ajustamento constitucional foi articulado com a finalidade de efetivar a reforma administrativa e legislativa requerida pelo governo militar para ajustamento das Constituições de 1946 e de 1964, que estavam em conflito e caracterizavam inconstitucionalidade. Desse modo, para que se pudesse governar dentro de uma “legalidade”, em 15 de março de 1967 foi estabelecida a Lei de Segurança Nacional, conforme disposto no Decreto-Lei n. 314, de 1967, que permitiu, por parte do Poder Executivo, um controle hierárquico e centralizador sobre o Legislativo e o Judiciário (BRASIL, 1967). As emendas constitucionais e legislações passaram a ser exclusividade do Poder Executivo, chanceladas pelo Presidente da República, ficando os demais poderes na condição de espectadores dos pacotes governamentais a serem aprovados.

A Constituição de 1967 legalizou o regime de exceção que tomou conta do país. A urgência demandada em sua aprovação demonstrou que não houve debate por parte dos membros do legislativo para se elaborar uma Constituição que fosse democrática e comprometida com o interesse das maiorias. A chamada revolução colocada pelos militares nada tinha a ver com o bem-estar da nação. No campo da educação, Demerval Saviani (2008) afirma que configurou-se, a partir daí, a orientação o que ele chamou de “a concepção produtiva de educação”. Para o autor:

Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (SAVIANI, 2008, p. 297).

Em geral, mudanças políticas produzem debates e embates de interesses coletivos e particulares e sujeitos que circulavam pelas esferas políticas e sociais e que tinham como intenção conduzir a nação brasileira a um patamar de modernidade com o objetivo de formar um “novo” cidadão brasileiro a partir da instauração da República e a cada Constituição que se seguiu. Percorrer esses cenários e compreender como se deu a composição política e o funcionamento das comissões e subcomissões, de que maneira foram organizados os textos que resultaram nos respectivos regimentos e legislações, além das articulações do Estado voltadas à criação das instituições que pudessem contar e representar história e memória do patrimônio nacional.

Concluí-se que, durante as quatro Constituições analisadas, a educação foi tratada de maneira mais constante e efetiva, o que a fortaleceu em alguma medida. Enquanto isso, a cultura, que no caso específico deste trabalho, focalizou os museus, não foi capaz de atingir a todas as camadas sociais como era proposta nos textos das legislações. No início deste capítulo, Marília Xavier Cury (2013) foi citada, para tratar do debate acerca do papel social de duas instituições como o museu e a escola, pensando em suas diferenças e semelhanças. A partir de toda análise, reporta-se novamente à autora por chegar a uma conclusão semelhante, quando ela afirma que o museu tradicional “[...] ainda mantém elementos do museu do século XIX, que, para servir à ideia de integração nacional, forjou a cultura nacional em detrimento da enculturação da cultura popular não como um estratagema, mas como um modo de operar.” (CURY, 2013). Assim, seu pensamento corrobora com o exame acerca das instituições culturais, uma vez que, ao verificarmos as fontes referentes aos primeiros vinte anos de visitação do Museu da Inconfidência, grande parte dos sujeitos ligados a instituições educacionais que por ali passaram eram provenientes das camadas sociais mais abastadas. O que confirma o posicionamento de Cury, quando essa conclui que “Então, quando falamos da inclusão social estamos, de fato, falando da exclusão, como resquício desse modelo” (CURY, 2013, p. 474).

4.5 Mediações entre educação e cultura e suas relações com a sociedade

O que fica claro e em comum nas Constituições, mesmo que por vezes com

divergência, foi a utilização da educação como uma das formas de resolver os problemas econômicos e sociais da nação e mostrar uma imagem de modernidade aos outros países, evidenciando o direito de educação para todos, ainda que em termos apenas formais. Porém, percebe-se nos discursos uma estratificação do ensino de acordo com a condição social de cada sujeito quando o cerne das discussões sugerem liceus científicos, escolas profissionais, filantrópicas, assistenciais, o que qualifica e classifica os cidadãos pertencentes a administração ou à mão de obra. Demerval Saviani acredita que “[...] na mediação da escola, dá-se a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita” (SAVIANI, 2016), o que já poderia se considerar uma forma de seleção social.

Certo é que o interesse comum a essas mudanças era o de proporcionar civilidade ao povo brasileiro por meio de costumes morais, racionais e científicos. Poderia se questionar então sobre quais os debates foram estabelecidos para garantir educação e cultura, escola e museu. Para Saviani, o direito à educação e cultura estão ligados às possibilidades e oportunidades de acessos ao saber.

Sendo uma determinação que se acrescenta, a restrição do acesso à cultura erudita conferirá àqueles que dela se apropriam uma situação de privilégio, uma vez que o aspecto popular não lhes é estranho. A recíproca, porém, não é verdadeira: os membros da população marginalizados da cultura letrada tenderão a encará-la como uma potência estranha que os desarma e domina. (SAVIANI, 2008, p. 22)

Nesse sentido, a busca pela escola ideal estaria direcionada a qual cidadão? Não conseguimos achar que houve uma efetiva aproximação entre as escolas e os museus nem vimos um movimento efetivo e amplo do Estado em sugerir políticas públicas que pudessem contribuir para a convergência desses dois campos do conhecimento. Na análise das fontes percebe-se, no universo do público que foi ao museu, uma parcela relativamente pequena de visitantes auto declarados escolarizados que frequentaram o Museu da Inconfidência nos vinte anos pesquisados.

4.5.1 Órgãos de fomento à cultura

Nos documentos analisados, produzidos pela História e Historiografia da Educação e da Museologia, a pesquisa procurou descobrir se de fato houve alguma aproximação e/ou continuidade entre educação escolar e museu a partir das ideologias e discursos presentes nos debates políticos a partir da República e ao longo das décadas do século passado. Fato é que a historiografia aponta para o surgimento de uma série de dispositivos legais que se

estabeleceram juridicamente por meio de manifestos, planos, diretrizes institucionais destes espaços públicos: escolas e museus.

O conjunto dos museus federais criados a partir da República serviram de vitrine às narrativas históricas de interesse nacional, de acordo com cada período e interesse, como a criação do Museu das Missões (período bandeirista), Museu do Ouro (período colonial), Museu Imperial (Monarquia) e Museu da Inconfidência (República). Esses espaços, abertos ao público para visitação, fizeram parte de um projeto de formação do Estado Nacional, tanto cultural quanto educacional.

De uma forma mais tímida em relação aos avanços na educação, vimos surgir o empenho para a criação de espaços culturais, com propostas e articulações políticas de grupos de intelectuais e políticos que trabalhavam em prol das novas estruturas sociais e jurídicas. Porém, o que foi notado na análise foi que os modelos de museus idealizados não convergiam para um conceito de museu educativo, desempenhando um papel meramente ilustrativo. O que se defendia era algo muito mais voltado à construção de uma memória social e a defesa dos bens patrimoniais do país de forma a incorporá-los ao “pacote” de interesses dos projetos de modernização de uma nova nação nacionalista. Isso acarretou um afastamento e uma divergência entre instituições ao longo das primeiras décadas do século XIX.

No Brasil, os primeiros sinais de museu social voltado à uma formação integral do indivíduo e a serviço da sociedade só começa a se estabelecer de fato na década de 1970, a partir do movimento chamado sócio-museologia. É desse período o surgimento de setores educativos dentro de alguns museus do país, o que gera uma aproximação maior do público escolar nesses espaços e certamente modifica o perfil tanto quantitativo como qualitativo em uma possível análise futura de uma próxima pesquisa.

Retomando a lente histórica para o campo da museologia, vimos que as articulações ocorriam em um ritmo mais lento e quase estático se comparado aos movimentos das instituições educacionais. Para a museóloga Marília Xavier Cury, o formato de museu-histórico do país, em seu sentido de uso ideológico, estava “[...] a serviço do processo de enculturação necessário ao progresso econômico e à consolidação do ideal de nação” (2013, p. 24). De acordo com a autora, essa relação começou a criar força no final do século XIX e início do século XX. Porém, na medida em que a educação assumiu novos patamares de relevância e importância no cenário político e social do país, sendo elencada como instrumento “oficial” de disseminação de conhecimento e formadora da nossa identidade nacional, os museus nacionais seguiram por caminhos e legislações mais voltadas à preservação da memória e do patrimônio histórico, quando muito, seriam utilizados com

suportes para a memória coletiva que estava sendo cunhada. Esses espaços foram colocados em um patamar de sacralização e culto, afastando-se das propostas de parcerias com o campo educacional. Ainda nas palavras de Cury:

[...] as diferentes contribuições em face da educação preconizada foram se colocando, pois, a escola pode se destacar com resultados objetivos (programas, sistemáticas, avaliação, quantidade de pessoas envolvidas – alunos e professores– etc.), ao passo que o museu se manteve ocupado com o objeto (pesquisa, conservação e documento) e a ação educativa – embora presente – teve sua relevância e legitimidade construídas paulatinamente, o que alcança os dias da atualidade (CURY, 2013, p. 24).

Nesse processo de constituição e fortalecimento dessas instituições, depara-se com sujeitos de vários setores, ligados a diversos grupos ideológicos, que viam o potencial educativo e cultural a partir de uma articulação entre essas duas instituições, percebendo nas escolas e nos museus uma missão social de disseminar conhecimento e educação aos cidadãos brasileiros. Em uma múltipla rede de amizades e interesses comuns, destacam-se figuras públicas que defenderam a aproximação da cultura ao ensino, como Bertha Lutz, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Osvaldo de Andrade, Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico Nacional, e Roquette-Pinto²¹ (1884-1954), figura influente dentro das esferas da política, educação e cultura. Por outro lado, do ensino à cultura, pode-se citar Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Paulo Freire (1921-1997) e tantos outros nomes de referência na luta pela disseminação da educação, também por meio de outros dispositivos sociais, para além dos muros escolares. Todos eles engajados também na produção de materiais para a formação de professores, além da ideia de se criar setores educativos dentro dos museus e outros espaços culturais para receber o público escolarizado.

4.6 Conclusão do capítulo

Ao revisarmos o campo da educação, dentre eles escolas e museus, na primeira metade do século XX, vimos que essas duas instituições tiveram, de um modo geral, avanços ao longo das dessas décadas. Entretanto avanços e retrocessos foram verificados e, dentro dessa lógica, memórias e esquecimentos foram se solidificando na formação do que se tem hoje como modelos institucionalizados de educação dos museus e das escolas. Ao pensar no

²¹ Roquete Pinto foi diretor do Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1926 e 1936, tendo sido, enquanto nessa função, um dos precursores na difusão das ciências naturais no Brasil, criando, no ano de 1927, no Museu Nacional, a Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE/MN), primeiro setor de ensino de museu do país (CPDOC/FGV).

potencial formativo a partir da articulação entre instituições com foco na formação integral do cidadão, chegou-se à conclusão de que, o direito à educação quer no âmbito escolar, quer nos museus, não aconteceu de forma ampla na prática. As intenções ficaram nos textos e nas ideologias dos discursos proferidos. O acesso a uma educação de qualidade e a espaços, como os museus, coube a uma camada mais abastada da sociedade, um público escolarizado. Verificando os documentos encontrados nos arquivos, vê-se que naquele período, o museu não procurou as escolas, manteve-se como um espaço estático de culto ao passado diferentemente da instituição escolar que reconheceu o valor histórico que as instituições histórico-nacionais preservavam, chegando a buscar esses espaços, talvez como complementação extraclasse das atividades escolares, mas apenas aquelas que tinham recursos para tal. Nesse sentido, o estudo sugere que houve alguma convergência unilateral, o que não quer dizer que tal acesso público contemplou todas as instituições educativas de forma ampla e irrestrita. A análise das fontes, registradas nas cartas de professores e diretores de instituições escolares enviadas aos responsáveis pelo Museu, aponta para sujeitos ligados a escolas o que já evidencia, qual o tipo de público visitante escolarizado foram encontrados nos resultados das nossas fontes, como veremos no próximo capítulo.

5 O MUSEU DA INCONFIDÊNCIA NA HISTÓRIA NACIONAL, NA MEMÓRIA COLETIVA E NOS LIVROS DE VISITANTES

Para além das novas leis voltadas à educação na primeira metade do século XX, surgiram também articulações criadas para a preservação do patrimônio histórico nacional vinculada à cultura. Foi um período em que, historicamente, despontou uma preocupação com a preservação da memória do país culminando em debates que se efetivaram em pauta nas assembleias constituintes, a partir da década de 1930 e que mais tarde resultaram na criação de instituições de apoio e defesa do patrimônio. Como já citado anteriormente, esses movimentos em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional foram normatizados pelas leis previstas nas constituições outorgadas que se seguiram.

Acredita-se que as leituras voltadas às legislações compreendidas entre as décadas de 30 e 60 do século XX ajudaram a mostrar melhor o contexto da época, que, juntamente com as análises das fontes, ou seja, os livros de visitação mostrou, em seus resultados, um maior número de visitantes ligados a instituições particulares. Acompanhou-se um registro maior de visitantes de escolas militares, particulares e religiosas em detrimento de um conjunto de visitantes oriundos de escolas públicas. Esse resultado revelou que, na realidade, muito embora tenha sido aquele um período de mudanças e debates nacionais que trataram dos temas voltados à educação escolar e o direito à cultura de forma ampla ‘para todos’, as leis debatidas e algumas implementadas conforme apontadas no segundo capítulo não foram necessariamente contempladas, no que diz respeito garantia desses direitos uma maneira igualitária, como havia sido idealizado e previsto nos textos constitucionais, que garantiam esses direitos a todos os cidadãos brasileiros.

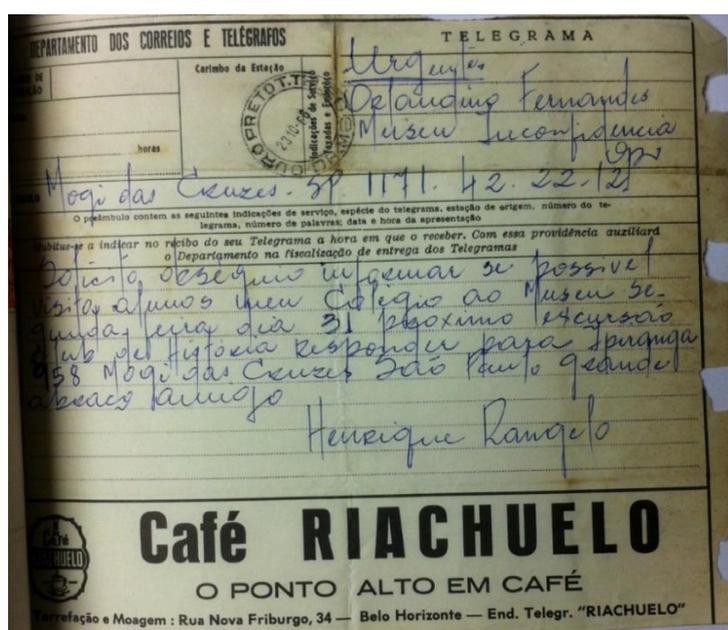
A pesquisa utilizou os livros de visitação do Museu da Inconfidência a partir do primeiro livro, datado de 29 de dezembro de 1945, prosseguindo até dezembro 1965, completando o recorte temporal definido para esta pesquisa. Disponível para pesquisa, esse material encontra-se localizado no Anexo III do Museu da Inconfidência, também conhecido como Casa do Pilar, espaço já citado, local onde estão arquivados os documentos administrativos e históricos da instituição.

A pesquisa de campo foi desenvolvida com os livros de visitação do museu, a partir do volume I até a conclusão da pesquisa, chegando ao volume 26, incluindo ainda um livro de visitantes ilustres que é utilizado à parte, completando assim um total de 27 (vinte e sete) livros pesquisados. No mesmo local, foram localizados também documentos administrativos como ofícios, cartas e correspondências enviadas ao museu por instituições escolares, na

pessoa de seus representantes e diretores, professores, alunos, além de militares e religiosos vinculados a escolas públicas, particulares, militares, religiosas, profissionalizantes e ainda cartas de entidades educativas de formação não escolar, como o registro de grupos de escoteiros.

Nesta busca por documentos que pudessem apontar uma demanda acadêmica que tivesse o interesse de visitar o museu o interesse foi tentar descobrir qual o tipo de público visitante escolarizado procurava esse espaço cultural, que abriga, até os dias de hoje, uma parte da história do Brasil e os costumes do período ali representado. Para facilitar a análise do leitor, foi elaborado um critério de busca e seleção em que se pode verificar a presença do público auto declarado escolar, quer seja em turma/grupo, individual, aluno, docente entre outros (Apêndice A). Alguns dos documentos encontrados, como as correspondências enviadas por instituições escolares ao Museu, mostram escolas interessadas em visitar o museu pelo fato de estarem estudando algo ligado à Inconfidência Mineira ou mesmo à cidade de Ouro Preto. , como o documento com timbre do Departamento de Correios e Telégrafos, originário de uma agência de Mogi das Cruzes, São Paulo, enviado pelo Senhor Henrique Rangel e endereçado ao diretor do Museu (Foto 3). No documento o remetente solicita ao diretor Orlandino Fernandes o obséquio de “[...] informar se possível visita alunos **meu** Colégio ao Museu [...] excursão (sic) de História [...]”. (grifo nosso).

FOTO 3 – Telegrama de possível diretor de escola informando ao Diretor do Museu da Inconfidência uma excursão com grupo de alunos de Mogi das Cruzes

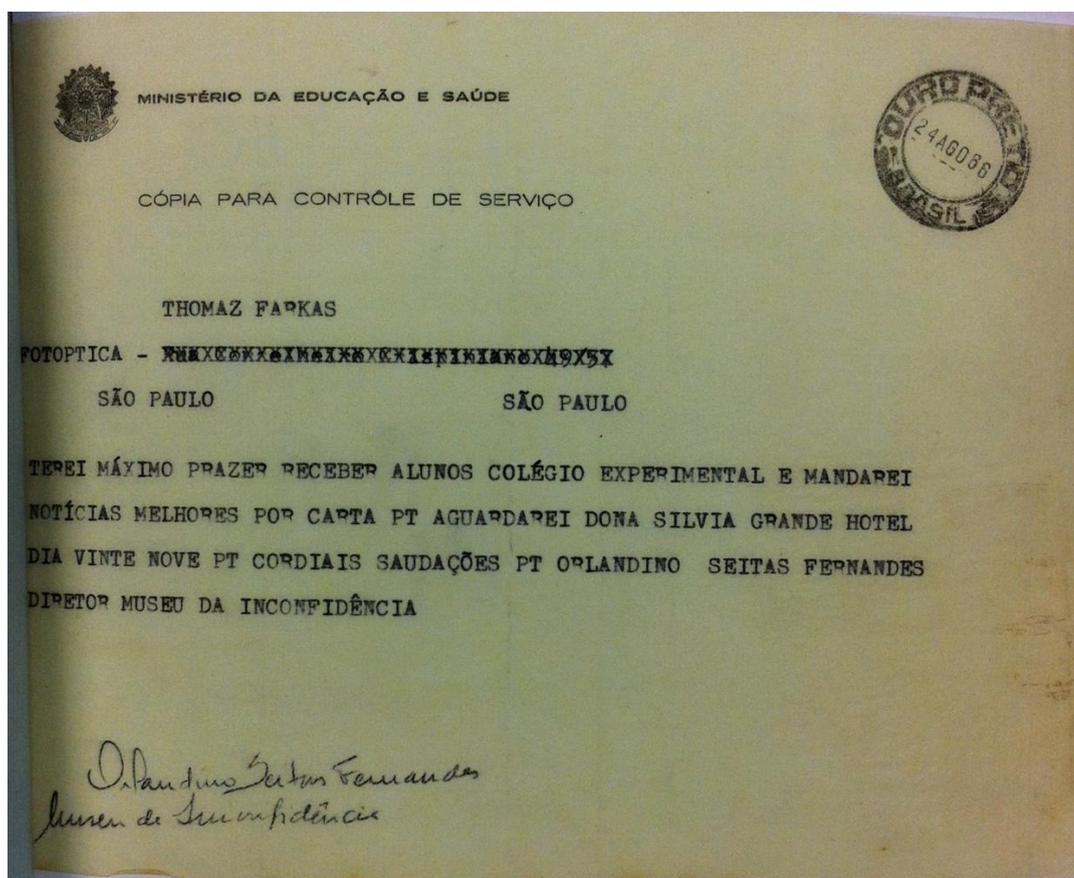


Fonte: Foto da autora.

Muitas correspondências semelhantes foram localizadas nos arquivos da Casa do Pilar, o que demonstra um interesse das instituições escolares em procurar este espaço para algum tipo de atividade extra-curricular com seus alunos.

De igual maneira, vê-se também que o Museu procurava atender e receber esses grupos proporcionando a eles um atendimento específico, como se pode observar na correspondência encontrada em “documentos enviados” do setor administrativo (Foto 4) em que o referido diretor Orlandino escreve ao Sr. Thomaz Farkas, de São Paulo, informando ter “[...] o máximo prazer em receber alunos Colégio Experimental [...]” e dá outras providências para além de suas funções.

FOTO 4 – Correspondência do Diretor do Museu confirmando a recepção ao grupo de alunos do Colégio Experimental e dando outras providências acerca da estadia



Fonte: Foto da autora.

Esse tipo de relação que se observa mostra uma convergência no sentido de que algumas instituições escolares procuravam este museu que, em contrapartida, se dispunha a atender estes grupos e acompanhá-los durante o período da visita.

5.1 O imaginário coletivo e o museu

Para justificar esta pesquisa, foi utilizado como argumento o espaço geográfico da cidade de Ouro Preto, uma vez que, historicamente, foi palco de acontecimentos que se moldaram em memórias nacionais das quais destaca-se o fato conhecido como Inconfidência Mineira, episódio de tamanha relevância histórica que recebeu um Museu de mesmo nome. Nessa medida, houve motivação a elaborar este estudo, por se acreditar na possibilidade de estes grupos buscarem o museu por alguns interesses como: a vinculação do tema com os livros escolares presentes no ensino de História do Brasil; o estilo de arquitetura barroca da cidade, sua relação com acontecimentos históricos ligados às questões cívicas e patrióticas, o período da extração mineral do ouro, a relação e formação da cidade com o tráfego de escravos africanos, entre outros motivos.

Os republicanos fizeram de Tiradentes um herói nacional. Posteriormente essa história estabeleceu-se com a era Vargas. A partir do século XX, com a ajuda da imprensa da época, os jornais produziram um extenso material impresso sobre a Inconfidência Mineira e seu “herói”. Essa divulgação contribuiu para o processo de difusão e de consolidação das representações republicanas. Entre as décadas de 1930 e 1960, os textos publicados nos jornais pertenciam a autores de variados grupos e ideologias como Manuel Bandeira, Augusto de Lima Júnior, Gustavo Barroso, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre outros já referidos neste trabalho.

A ampla divulgação pode ser a resposta para o que se acredite ser uma das razões pelas quais as pessoas visitavam esta cidade e em particular esse Museu que abriga parte da história nacional desde a criação da instituição. Muito embora a cidade de Ouro Preto tenha recebido da UNESCO o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, somente em 1980, o fluxo de visitação ao Museu e à cidade já era constante desde as primeiras décadas do novo século. No caso de turistas estrangeiros, um indício da busca desses visitantes por esta cidade, de uma forma mais específica, pode ter ocorrido devido ao empenho de algumas pessoas e instituições que viam nas cidades históricas um pretense potencial ao turismo, fundamentado em fatos ocorridos e histórias e locais muitas vezes romantizadas como a história de amor do Inconfidente Tomás Antônio Gonzaga e Marília de Dirceu, ou a enfermidade acometida pelo artista barroco Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Histórias e lendas que se espalharam e criaram uma curiosidade coletiva que contribuiu para fazer de Ouro Preto uma das cidades mais visitadas do país. O “Guia de Ouro Preto”, escrito por Manuel Bandeira e já citado neste trabalho, é um bom exemplo destas articulações que contribuíram para difundir a cidade do

ouro e coloca-la como referência no circuito histórico e turístico do país. O professor Luís Romano assevera que o Guia: “[...] foi uma solicitação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto (IPHAN), criado em 1937, no Governo Vargas. [...] artigo adaptado do Guia de Ouro Preto, é publicado na revista *Travel in Brazil* [...] e financiada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Vargas” (ROMANO, 2017, p. 1129).

Muitos dos documentos localizados para esta pesquisa apontam para uma prática comum da época de se dar publicidade do museu aos órgãos de divulgação e propaganda do governo. Exemplo disso foi o documento encontrado nas correspondências enviado por Vinício Stein Campos, diretor do Serviço de Museus Históricos, órgão ligado à Secretaria de Estado de Negócios da Educação em que, de acordo com o of. 055/66, solicita ao diretor do Museu da Inconfidência informações sobre data de criação do museu, período em que foi aberto à visitação pública, qual a sua missão e quais as peças mais significativas do seu acervo. Os questionamentos serviriam para preparar “[...] uma publicação destinada a divulgar, no país e no exterior, os museus do Brasil [...]” (Foto 5). Esse tipo de relação entre órgãos de publicidade do governo com o Museu poderia esclarecer o que mais tarde se revelou nos levantamentos quantitativos do estudo que mostrou o registro de visitantes de várias partes do país e do exterior.

FOTO 5 – Ofício n. 55/66 assinado pelo Diretor do Serviço de Museus Históricos, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, solicitando ao Diretor do Museu da Inconfidência informações sobre a Instituição para publicação no país e exterior

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA GERAL
SERVIÇO DE MUSEUS HISTÓRICOS
(DECRETO N. 42.101, DE 25-6-1963)
PRAÇA DA SÉ, 108 - 5.º ANDAR - FONE 34-2437 - SÃO PAULO
São Paulo, 9 de fevereiro de 1966.-

Of. N. 55/66

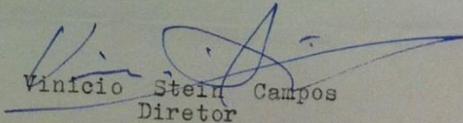
Senhor Diretor:

O Serviço de Museus Históricos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, sob nossa direção, está preparando uma publicação destinada a divulgar no país e no exterior, os museus do Brasil. Teríamos o máximo interesse que nessa relação nacional figurasse o instituto que V.S. dirige, para o que necessitamos dos seguintes dados:

Quando foi fundado o Museu?
Quando passou a funcionar regularmente?
Está instalado em prédio próprio?
É mantido pelo Estado ou dele recebe ajuda?
A que se dedica o Museu?
Quais suas peças mais notáveis ou interessantes?

Seria magnífico se nos enviasse com o histórico do museu, seus diretores, patrocinadores, etc., uma fotografia da fachada, dos interiores, das peças mais importantes, etc.

Grato Sr. Diretor, pelo auxílio que nos venha a prestar, apresento-lhe as expressões de alto e cordial apreço,


Vinício Stein Campos
Diretor

Ilmo. Sr. Diretor do
MUSEU DA INCONFIDENCIA
OURO PRETO = MINAS GERAIS

VSC/epg.

Fonte: Foto da autora.

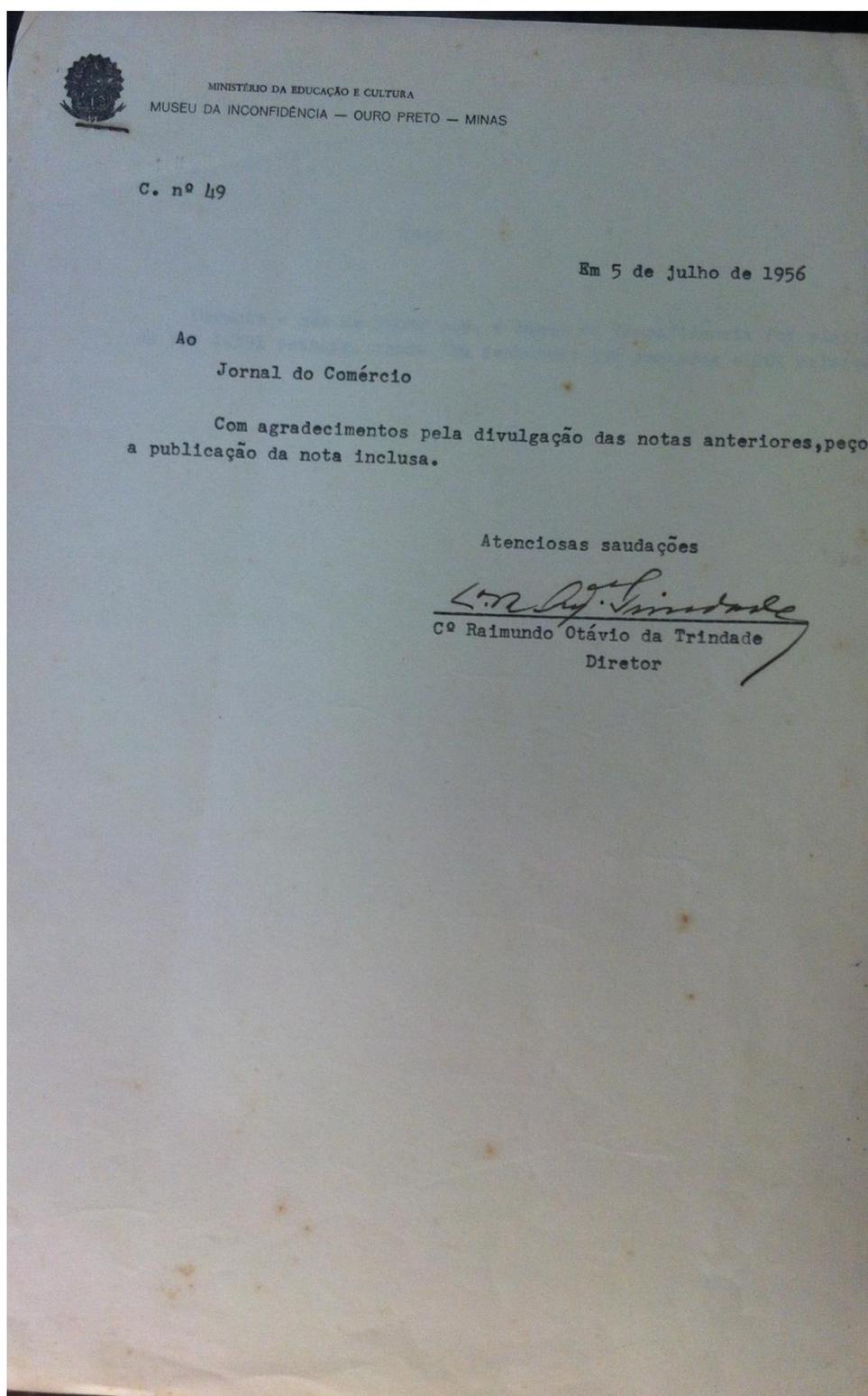
Percebe-se, portanto que havia uma movimentação da elite e dos Estados no sentido de se propagar a história nacional utilizando como vitrine as cidades históricas e os museus com vistas a reforçar o sentimento nacionalista e ainda inserir o Brasil no circuito internacional dos interesses de disseminar a nossa cultura com a possibilidade de trazer turistas estrangeiros e aumentar as parcerias com grupos de outros países. A intensão era de fato dar visibilidade para as cidades históricas, criando um circuito que reforçasse o jogo de interesses.

Para preservar esse conjunto arquitetônico harmônico, que reproduziu, em meio ao cenário de altas montanhas escuras, uma montanhosa Vila Portuguesa, com telhados graciosos e elegantes janelas - Ouro Preto foi convertida pelo Governo em uma Cidade Museu, um monumento nacional, proibindo quaisquer novas construções ou demolições que possam desfigurar sua beleza e valor histórico. (MEIRELES, 1942, p. 1132).

A prática de se divulgar as ações do governo com um forte apelo voltado ao fortalecimento do discurso nacionalista era disseminada pelos meios de comunicação e propaganda institucionalizada que tinham também a estratégia de dar, entre outras coisas, a visibilidade às cidades históricas com o objetivo de ampliar o potencial turístico no país e também no exterior. Acredita-se que esta ação era uma via de mão dupla uma vez que nos arquivos da Casa do Pilar foram localizados ofícios cujo conteúdo eram notas acerca do museu para serem divulgados nos meios de comunicação. Exemplo disso foi um documento datado de 05 de junho de 1956, assinado pelo Diretor do Museu, Cônego Raimundo Otávio da Trindade, agradecendo ao Jornal do Comércio “[...] pela divulgação das notas anteriores [...]” solicitando ainda que o referido jornal publique uma nota inclusa²².

²² A “nota inclusa” ao qual o Diretor se refere no documento C. n° 49 não estava anexa ao documento.

FOTO 6 – C.nº 49 assinada pelo diretor Cônego Raimundo Trindade em que agradece ao Jornal do Comércio pela divulgação de notas referentes ao Museu



Fonte: Foto da autora.

Desta maneira, a pesquisa mostra que, de fato existia uma articulação que, organizada

foi capaz de dar visibilidade às cidades históricas de uma forma geral, destacando-se a cidade de Ouro Preto e o Museu da Inconfidência, de modo mais específico, no circuito turístico nacional e internacional. Em suas reflexões Murilo de Carvalho assevera que, para se criar um mito é preciso trabalhar o imaginário social. Carvalho afirma que “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político” (CARVALHO, 1990, p. 10). Não foi diferente com a Inconfidência Mineira e com o seu papel histórico que levou o governo da época a criar um Museu repleto de elementos ligados a um imaginário coletivo e identitário da nação. Carvalho ressalta ainda que: “É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Neste sentido, vimos que a estratégia para criação do Museu da Inconfidência foi não somente para preservar a memória da nossa história, mas também para o que Jacques Le Goff (1984) chamou de o uso da memória coletiva em detrimento da luta das forças sociais pelo poder. Le Goff afirma que:

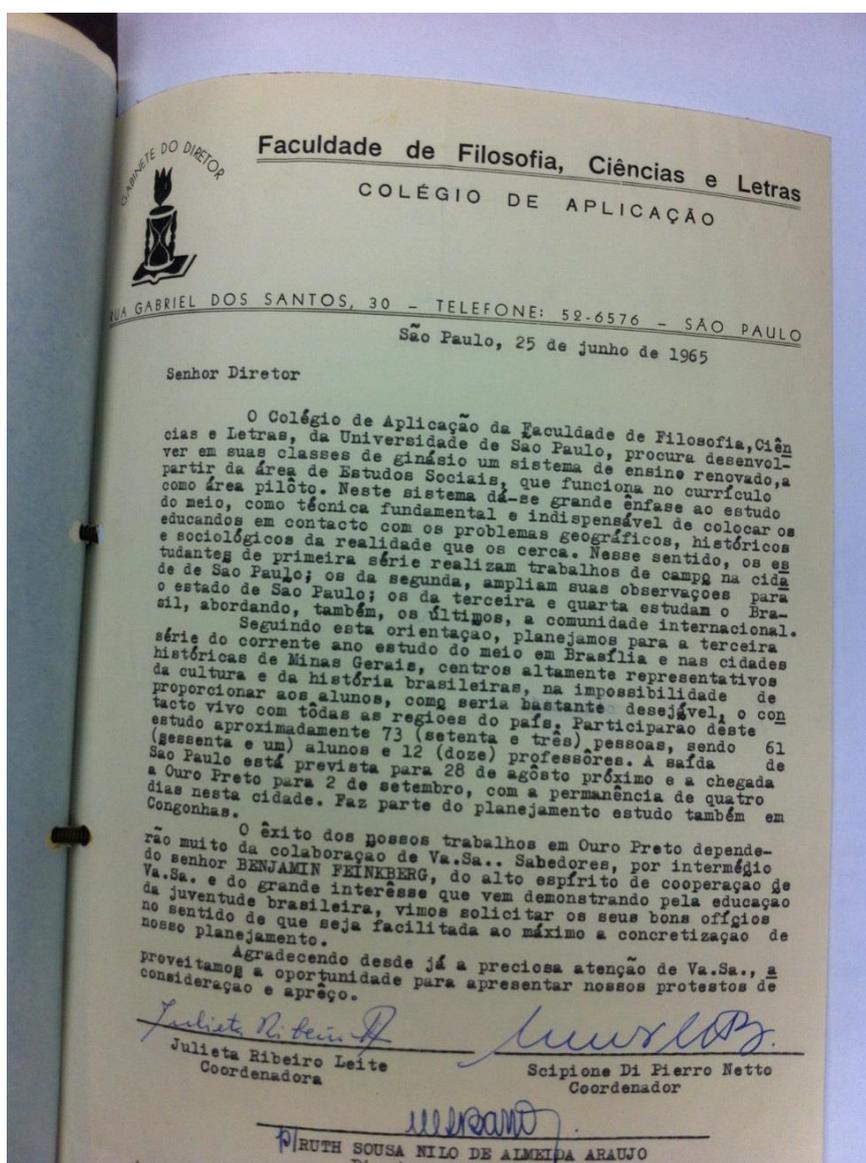
Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984, p. 103).

Ao analisar o tempo histórico como um dos fundamentos da história e da historiografia pode-se dizer a identidade construída poderia ser o resultado do objeto com a sua escrita histórica, o que justificaria o fato de um réu, no caso Tiradentes, tornar-se mártir e herói da nação. Poderia ser uma resposta à questão do historiador Valdeci Lopes de Araújo quando este diz que “[...] a permanência no tempo (identidade) torna-se um grande mistério. Afinal, como algo pode permanecer, ou seja, costurar esses dois pontos de fuga que se tornam passado e futuro?” (ARAÚJO, 2013, p. 39).

Nos livros de visitação vimos muitas vezes o registro de pessoas que deixavam escritas em suas páginas a sua admiração pelos Inconfidentes, elogiando a coragem e bravura de Tiradentes, parabenizando a iniciativa de se criar um museu para esse fim. Desta forma conclui-se que a história da Inconfidência Mineira e a imagem de Tiradentes como figura heroica da nação começaram a ser construídas dentro de concepções históricas e políticas a serviço da constituição de uma nação republicana, livre e civilizada.

A intenção primeira desta pesquisa não foi a de nos aprofundarmos na exposição ou acervo do museu que trata da Inconfidência Mineira além de expor o estilo de vida do período colonial na região das Minas Gerais, ou mesmo destacar o período da extração de ouro e da mão de obra escravizada na cidade de Vila Rica, mas, sim, procurar descobrir o que as escolas procuravam ao visitá-lo. Deste modo, o material principal deste estudo manteve o foco voltado à educação e, neste caso, a pesquisa procurou mostrar a função desta instituição em favor do seu cunho educacional na formação do estudante (Figura 07).

FOTO 7 – Correspondência encaminhada pelo Colégio Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo de São Paulo ao Diretor do Museu comunicando visita de uma instituição educacional

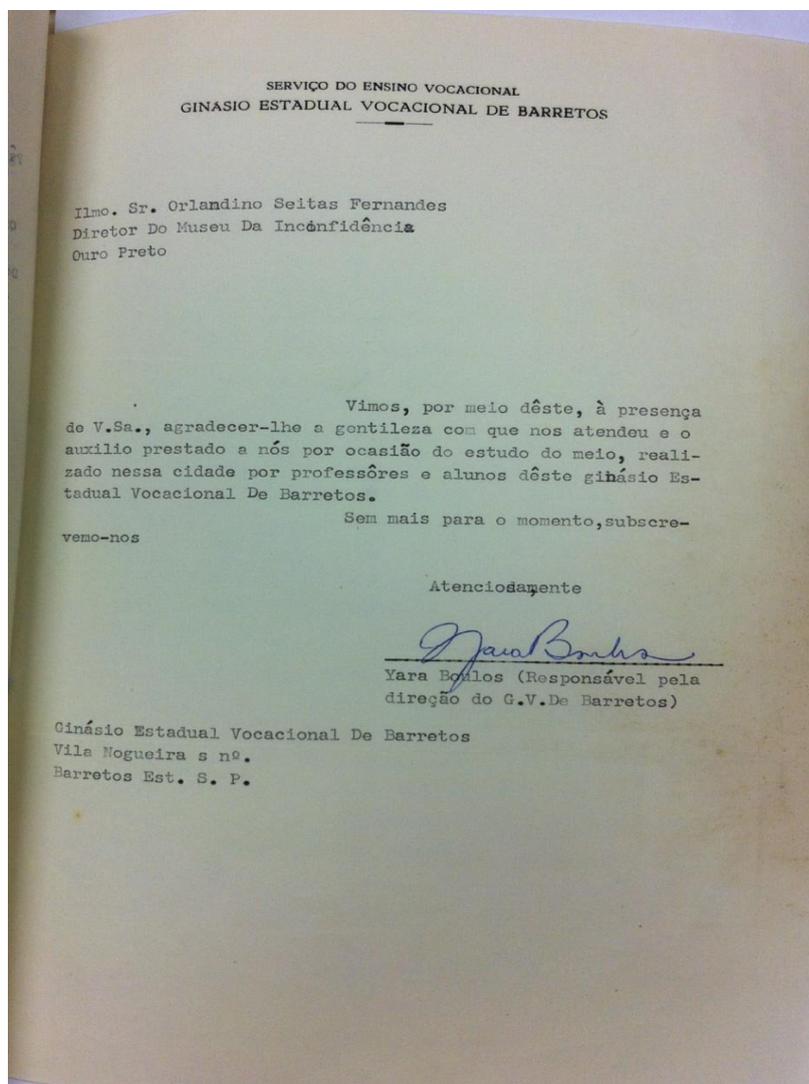


Fonte: Foto da autora.

Já inseridos na história edificada pelo imaginário coletivo nacional, esta investigação descobriu, em correspondências enviadas por instituições escolares ao Museu como por exemplo, uma carta de 25 de junho de 1965, escrito em papel timbrado do Gabinete do Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, da Universidade de São Paulo que, em linhas gerais, esclarecia que “[...] O Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, da Universidade de São Paulo, procura desenvolver em suas classes de Ginásio um sistema de ensino renovado, a partir da área de Estudos Sociais, que funciona no currículo como área piloto.” (Foto 7). Outro documento encontrado foi uma carta de agradecimento da diretora do Ginásio Estadual Vocacional de Barretos, encaminhada ao diretor do museu “[...] agradecendo-lhe a gentileza com que nos atendeu e o auxílio prestado a nós por ocasião do estudo do meio [...]” (Foto 8).

Vale ressaltar que, ao longo dos 74 (setenta e quatro) anos de criação do museu, três diretores estiveram à frente da instituição, o Cônego Raimundo Trindade (1883-1962) entre 1944 e 1959, o museólogo Orlandino Seitas Fernandes, entre 1959 e 1973, e por último o advogado Rui Mourão (1929) que dirigiu o Museu de 1973 a 2018, sendo que todos eles se mostraram acessíveis e receptivos às demandas escolares.

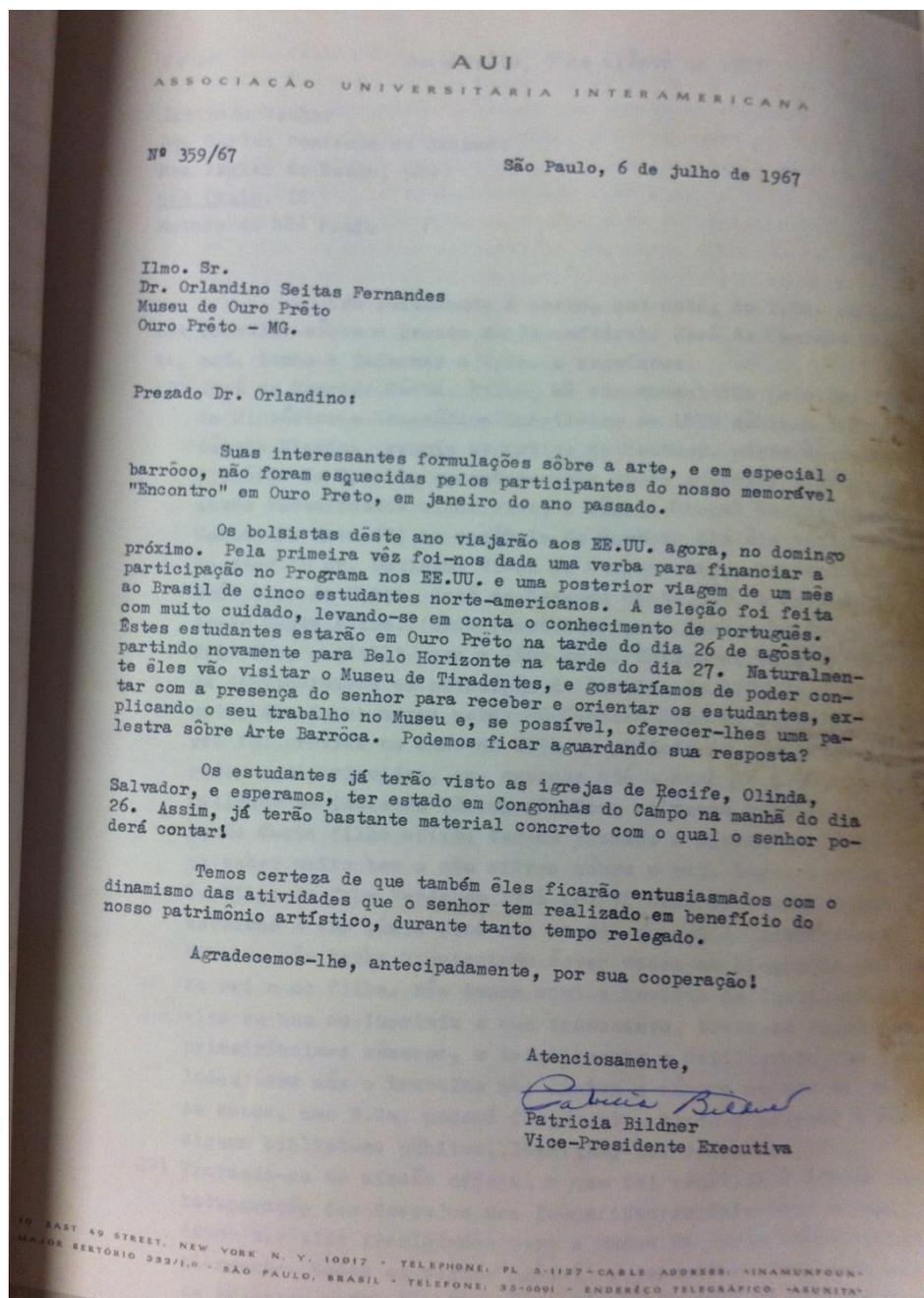
FOTO 8 – Correspondência encaminhada pelo Ginásio Estadual Vocacional de Barretos ao Diretor do Museu agradecendo o acolhimento de professores e alunos



Fonte: Foto da autora.

Não foi possível localizar nos documentos as razões pelas quais as instituições escolares visitavam este museu, mas o que fica claro em algumas correspondências é o empenho de algumas escolas em trazer alunos, professores e diretores para Ouro Preto e visitarem este Museu. Desde os primeiros anos de criação do museu vê-se a interação entre instituições, conforme registros encontrados nos arquivos que comprovam que de alguma maneira o museu contribuiu para a disseminação da história ali preservada. (Foto 8).

FOTO 9 - Programação de visita de grupo de escolar ao museu comunicando a seleção de cinco estudantes americanos para visitarem o “Museu de Tiradentes”



Fonte: Foto da autora.

5.2 Análise das Fontes – Metodologia para coleta de dados

Nos estudos voltados a análises quantitativas em educação, Bernadete Gatti considera que “[...] poucos estudos empregam metodologias quantitativas [...]” (GATTI, 2004, p. 11). No entanto, a autora acredita que “[...] há problemas educacionais que para sua contextualização e compreensão necessitam ser qualificados através de dados quantitativos.”

(GATTI, 2004, p. 11). Dessa forma, fez-se pertinente a proposta metodológica de Gatti para o emprego de um método quantitativo para o tratamento dessas fontes. A partir desses dados e análises numéricas, foi possível alcançarmos interpretações qualitativas para o que Gatti defendeu ser: “[...] a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. [...] demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado” (GATTI, 2004, p. 11).

Quando descobrimos nas fontes disponíveis no campo da Museologia, possibilidades de ampliar os estudos ligados ao campo da Educação, descobre-se também a necessidade de elaborar uma metodologia que possa ser eficiente para compilar resultados que levem a uma reflexão acerca de temas como cultura, educação e visitação ao museu no recorte específico deste estudo. Também por essa perspectiva, encontra-se respostas em Gatti quando essa assevera que se deve considerar também que

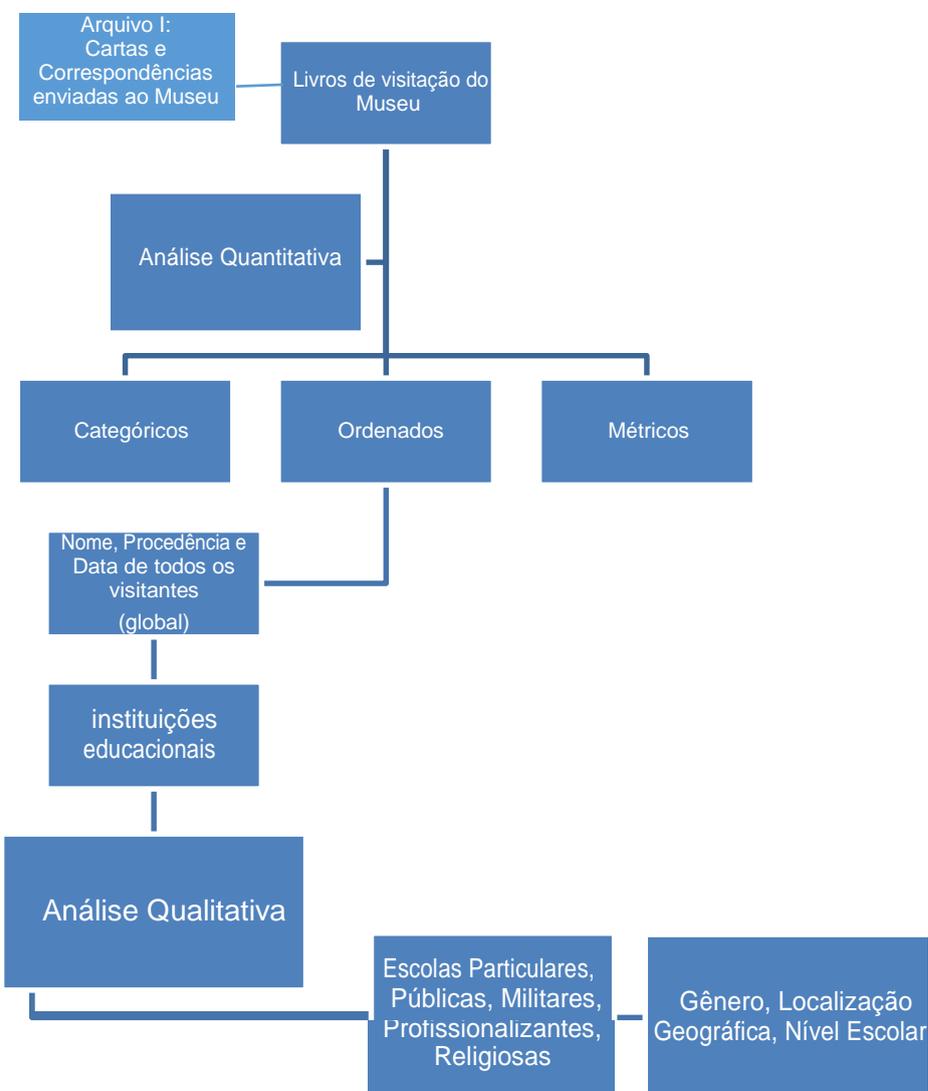
[...] muitos estudos quantitativos em educação, especialmente os que se utilizam de técnicas de análise mais sofisticadas, mais flexíveis e mais robustas, não são realizados por educadores mas por pesquisadores de outras áreas que se debruçam sobre o objeto educação (economistas, físicos, estatísticos, sociólogos, psicólogos, etc.). (GATTI, 2004, p. 14).

Em um primeiro momento a pesquisa fez um levantamento quantitativo do público que visitou o museu a partir das informações solicitadas nos livros, fundamentando-se no conceito de categoria: “nome, procedência e data”. Após esse primeiro levantamento, houve um estudo do tipo exploratório, definindo para análise, como única constante, o público auto declarado visitante ligado à instituição educacional, que foi classificado como os conceitos ordenado e métrico previstos em análises quantitativas.

Com o isolamento desse público específico, foi possível fazer uma análise mais apurada e de forma particular, do perfil desses visitantes. O maior interesse foi o de estudar quem eram e de onde vinham esses escolares que visitavam um museu recém-criado, no interior das Minas Gerais, estendendo-se pelos primeiros vinte anos de sua criação. Para o controle das informações, foram utilizadas como técnica de pesquisa exploratória três tipos de fichas catalográficas elaboradas para o registro dos dados. O estudo dividiu-se em dois momentos distintos, ou seja, uma análise global em um primeiro levantamento e outra pontual, tendo como público alvo os auto declarados pessoas ou grupos advindos de instituições educacionais, tais como diretores, professores e estudantes.

5.2.1 Fluxograma da Metodologia

FIGURA 1 – Levantamento das Fontes



Fonte: Elaborada pela autora.

5.3 Escolha das fontes

Quando esse estudo de campo iniciou-se na Casa do Pilar, foi encontrada, no setor de pesquisa histórica, em várias caixas de documentos localizados nos arquivos administrativos, uma série de cartas, telegramas, ofícios, memorandos, recebidos e enviados ao museu, além de periódicos, convites, recortes de jornais e revistas, ao longo das décadas que se seguiram após a abertura da instituição. Entre os documentos, havia ofícios padronizados, emitidos pelo Museu, referente ao seu fluxo de visitantes. Como prática comum, esses ofícios, cada qual em seu período distinto, foram elaborados, assinados pelos três diretores do museu e direcionados

ao “Gabinete de presidência/Diretoria Executiva”, cujo destinatário eram os respectivos diretores dos órgãos mantenedores da instituição (SPHAN, DNPM, IPHAN), parecia uma prestação de contas mensal do número de visitantes, via ofício.

Muito embora não tenha sido encontrado nenhum documento que pudesse atestar a hipótese de obrigatoriedade dessa ‘prestação de contas’, de visitação pública ao Museu, foram localizados muitos desses documentos. Os ofícios estavam organizados de forma cronológica e crescente. Encontrava-se em caixas e pastas separadas por anos, classificados como documentos administrativos. Porém, não estavam organizados de forma separada e sequencial, percebem-se lacunas entre meses e anos e não foi possível determinar início e fim dessa prática administrativa.

Como exemplo, destaca-se ofício 45, de 02 de março de 1956, assinado pelo Cônego Raimundo Otávio Trindade, enviado ao Diretor Geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, cujo assunto era o “Total de visitas do mês de fevereiro/1956: 2.151 visitantes”²³. Em resposta, o Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional comunica ao Diretor do Museu, conforme o ofício n. 157, de 08 de março de 1956, em folha timbrada do Ministério da Educação e Saúde – DPHAN, que tal informação foi encaminhada ao “Chefe de Serviço de Imprensa do MEC para fins de publicidade na imprensa o público de 2.151 visitantes no museu em fevereiro de 1956.” Uma curiosidade acerca dessa informação é que, quando os livros são utilizados como nossa fonte fixa de análise, descobre-se que, em fevereiro de 1956 foram registrados no livro somente 1563 (mil quinhentos e sessenta e três) visitantes, o que dá uma diferença de 588 (quinhentos e oitenta e oito) visitantes. Essa diferença que aparece nos números pode estar associada a algum tipo de controle de entrada de visitantes feita diretamente na portaria do Museu e que não foi possível de ser detectada nos registros.

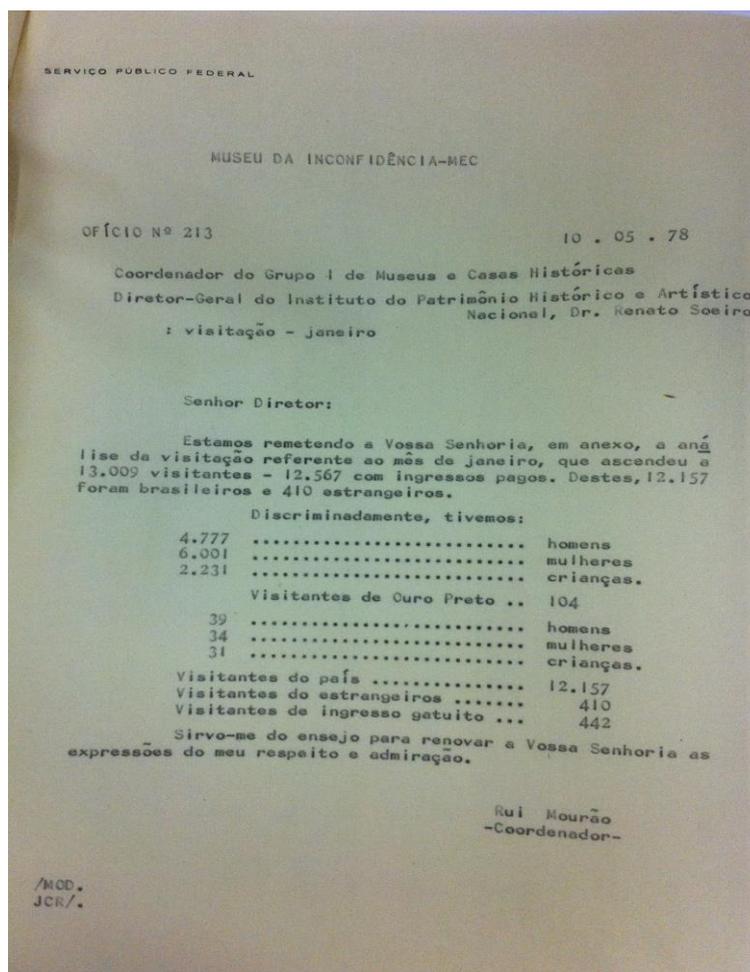
Os ofícios possuíam um texto padrão alterando somente datas e número de visitantes. Entre os anos de 1955 a setembro de 1959, em ordem não sequencial, foram encontrados registros do número de visitantes divididos entre homens, mulheres e crianças. Os ofícios, numerados, datados e assinados pelo diretor de cada época, prestavam contas do público visitante mês a mês. Em 06 de março de 1959 o ofício n. 114, que registra o número de visitantes passa a ser assinado pelo segundo diretor do Museu, o museólogo Orlandino Seitas Fernandes. Ainda neste ano, foi localizado o OF. n. 160, de 05 de novembro de 1959, com a

²³ Informações extraídas da Caixa n. 32/Análise de visitação/Ano:1955 a 1964/Pasta: Análise de visitação havida no Museu Inc. durante o ano de 1955 a 1959 (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19—]).

informação de alteração do nome do Ministério que passa a se chamar “Ministério da Educação e Cultura – RJ – 8º andar” (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--])²⁴. A forma de prestação de contas do número de visitantes continuou a mesma adotada pelo primeiro diretor, ofício numerado e datado, registro mensal, por gênero e idade (adultos/crianças).

Nesta pesquisa não foi possível descobrir como foram coletadas, de forma tão específica e pontual, os números apresentados nos ofícios, uma vez que a única forma de controle objetivamente localizada para compilação dos dados nesta pesquisa foram os livros de visitação presentes no Museu. Dessa forma, as informa es contidas nos ofícios mensais de presta o de contas não puderam confirmar-se nos livros que foram utilizados como fonte principal da pesquisa.

FOTO 10 – Modelo de Ofício de presta o de contas referente a público visitante encaminhado mensalmente ao IPHAN



Fonte: Foto da autora.

²⁴ Informa es extraídas da Caixa n. 32 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

Dessa maneira, foi escolhida como fonte da pesquisa somente os livros de visitação colocados publicamente à disposição de qualquer visitante no saguão do museu. Dessa forma, o registro sequencial, manuscrito, pessoal e quase sempre constante dos livros ao longo dos anos pareceu ser mais fidedigno de estudos, por se tratar de apontamentos de próprio punho e por representar de fato a presença do visitante no local e data ali colocados.

5.4 Análise global das Fontes – Desenvolvimento do Trabalho

Ao serem definidas as fontes, ou seja, os livros de visitação do Museu da Inconfidência, foi delimitada a pesquisa a partir do Livro I, datado a partir de dezembro 1945, seguindo a sequência de livros até o ano de 1965, o que resultou em um total de 26 (vinte e seis) livros e ainda um livro específico para visitantes ilustres, conforme já apresentamos anteriormente. O livro de visitas que se acredita ser o primeiro a registrar o público possui, em sua capa, a seguinte inscrição: “Livro 01 – De 29/12/1945 a 21/10/1948”. Os demais livros seguiram com dias e anos seguintes, sequenciais e ininterruptos. Foram encontrados, ao longo do período pesquisado, apenas um lapso temporal de dois meses, entre 08 de março de 1962 e 28 de julho de 1962 (livro 15), além do que se acredita ter ocorrido um equívoco na numeração de alguns livros, a partir do livro 15 ao 18, que gerou certa confusão e duplicidade numérica entre livros, porém, sem prejudicar o tempo cronológico corrido dos registros de visitantes. Para uma melhor compreensão das fontes foi elaborada uma relação de livros e datas que foram organizadas conforme se segue:

QUADRO 1 – Livros de Visitantes (volume/períodos)

Livros de Visitantes	Datas
1	29.12.1945 a 21.10.1948
2	21.02.1948 a 02.06.1951
3	11.08.1951 a 04.07.1953
4	04.07.1953 a 30.05.1954
5	01.06.1954 a 01.05.1955
6	01.05.1955 a 12.04.1956
7	12.04.1956 a 10.03.1957
8	13.03.1957 a 08.01.1958
9	08.01.1958 a 14.09.1958
10	14.09.1958 a 01.05.1959
11	01.05.1959 a 26.11.1959
12	28.11.1959 a 26.05.1960
13	26.05.1960 a 13.10.1960
14	13.10.1960 a 22.04.1961

15	23.04.1961 a 06.09.1961
16	06.09.1961 a 08.03.1962
Sem registro (3 meses)	08.03.1962 a 28.07.1962
17	08.03.1962 a 28.07.1962
18	29.07.1962 a 17.01.1963
16 (deveria ser 19)	17.01.1963 a 04.07.1963
17 (deveria ser 20)	04.07.1963 a 24.10.1963
18 (deveria ser 21)	24.10.1963 a 14.03.1964
19 (deveria ser 22)	14.03.1964 a 26.07.1964
Não localizado (deveria ser 23)	26.07.1964 a 02.01.1965
21 (deveria ser 24)	02.01.1965 a 28.05.1965
22 (deveria ser 25)	28.05.1965 a 23.09.1965
23 (deveria ser 26)	23.09.1965 a 17.02.1966
Livro de visitantes ilustres	Inicia-se em 28.07.1949. O último registro é de 11.04.2018 (página 63)
Total de 27 livros	Cerca de 20 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Confeccionados em capa dura, as dimensões dos livros são de 33,5cm x 22cm, todos com duzentas folhas e quatrocentas páginas (frente e verso), numeradas. No primeiro livro (livro 01), contabilizam-se trinta e uma linhas livres para registro em cada folha, enquanto os demais livros tinham o espaço livre de trinta e duas linhas por folha, podendo registrar cerca de 12.800 (doze mil e oitocentos) visitantes por ano. Todos os livros de visitação possuem também uma pagina o numérica e sequencial crescente impressa no canto superior direito de cada folha da frente. De acordo com a rela o de livros/datas apresentado acima, considerando que, nos primeiros anos de abertura do Museu cada livro registrou em média três anos de visita o, ou seja, de dezembro de 1945 a outubro de 1948, chegando a uma média de 4.260 (quatro mil duzentos e sessenta) visitantes/ano.

Sabendo da prática interna da institui o, encontrada em documento do setor administrativo, em não se abrir o museu às segundas-feiras para manuten o e limpeza, foi contabilizada uma média de 355 (trezentos e cinquenta e cinco) visitantes/m s, 14 (quatorze) pessoas/dia nos primeiros anos de visita o. Porém, ao longo da pesquisa, as análises mostraram um aumento crescente de visitantes a cada ano. Conforme tabela apresentada de livros/datas pode-se observar que, a partir do final da década de 1950, a institui o chegou a registrar, em um único ano, quase três livros inteiros de visitantes, como exemplo, os livros 8, 9 e 10, que foram usados para registrar visitantes de 1958. Esse aumento de visitantes fez modificar significativamente os números iniciais de visita o, mostrando o crescente número de visitantes.

Para fazer a coleta de dados, no início da pesquisa, a ideia era a de se fazer uma

planilha (modelo 1), com um levantamento que pudesse contemplar campos como gênero, localização geográfica, auto declaração (professores, médicos, padres, militares) e instituições educacionais. Logo nos primeiros levantamentos, utilizando os livros como fonte, percebeu-se que não haveria condições de se analisar gênero devido dois problemas recorrentes. O primeiro surgiu com a dificuldade de identificação de grande parte da caligrafia, feita em bico de pena (caneta tinteiro) e apresentava assinaturas ilegíveis ou borradas. O segundo impedimento se deu pelo fato de o registro do responsável do grupo familiar, do gênero masculino, assinar por todos os membros inserindo apenas o seu nome ou assinatura e, na sequência, completava com os termos “e senhora” / “e esposa” ou “e família”. Esse tipo de apontamento associado às dificuldades da grafia nos levou a desistir do campo “gênero” e repensarmos uma nova forma de compilação dos dados.

MODELO 1 – Primeiro modelo de coleta de dados

ANO: ?																
Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total			
Homens													0			
Mulheres													0			
Nomes Ilegíveis													0			
Nr. Visitas													0			
Auto declaração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Reg. Sudeste - MG																
Reg. Sudeste - MG - Ouro Preto																
Reg. Sudeste - MG - Belo Horizonte																
Reg. Sudeste - RJ																
Reg. Sudeste - SP																
Reg. Sudeste - ES																
Procedência Ilegível																
Grupo Escolares																
Outros Estados																
Outros Países																

Fonte: Elaborado pela autora.

Com esta dificuldade encontrada, ficou definida como única forma de estudo de gênero, as auto declarações de professor/professora que registravam, nos livros sua condição de docentes ou acompanhantes. A partir dessa decisão, foi elaborado um formulário (Modelo 02), que serviu de base ao levantamento dos dados.

De posse da nova tabela, o levantamento foi feito dia a dia (linha a linha), mês a mês e ano a ano, de forma que pudesse ser mapeado, ao longo dos vinte anos propostos, os grupos escolares que visitaram o Museu da Inconfidência. Dessa forma, foi possível descobrir quem era e de onde vinha esse público escolarizado que visitava o museu. Os campos foram

divididos por estados brasileiros e região sudeste. A região sudeste foi separada pelos seus estados, lembrando que, naquele contexto, o Rio de Janeiro²⁵ era a Capital Federal do país. No campo reservado para análise dos visitantes do estado de Minas Gerais, destaca-se que os visitantes do estado (público total), eram visitantes das cidades de Ouro Preto (e distritos) e Belo Horizonte. Foram registrados também visitantes de outros estados brasileiros, outros países, visitantes que se auto declararam em suas áreas como padres, militares, doutores, políticos, engenheiros, e ainda um campo reservado ao foco principal da nossa pesquisa: estudantes e professores. Foi criado um campo de observações para registros que pudessem ser relevantes ou explicativos à pesquisa. Todo o levantamento feito nesses formulários foram inseridos em uma tabela de dados (Modelo 2) para facilitar a análise do público. Foram necessários três ajustes para se chegar ao modelo considerado ideal. Definida a tabela de levantamento global, passou-se ao lançamento mensal para se obter nas planilhas os resultados quantitativos anuais. Para isso foi elaborado um terceiro modelo de dados quantitativos (Modelo 3).

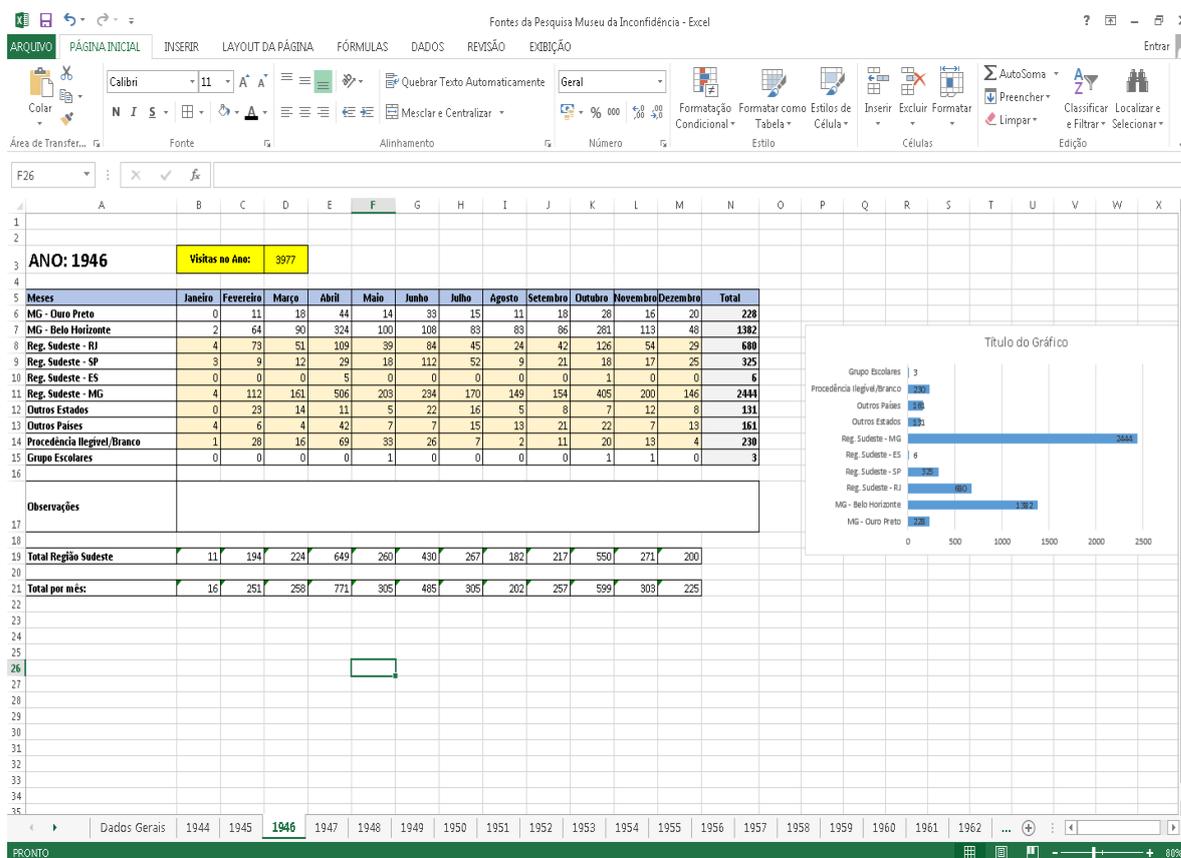
MODELO 2 – Versão Final de formulário para a pesquisa quantitativa

LIVRO: FOLHA:	FRENTE	VERSO	MÊS:	ANO:	QUEBRA DE MÊS
Região Sudeste:	ES:	Outros Estados:			
	RJ: <input type="checkbox"/>	Outros Países: <input type="checkbox"/>			
	SP:	Ilegível/Branco:		Auto Declaração:	
	MG:	OP:	BH:	Escolares:	
OBSERVAÇÕES:					

Fonte: Elaborado pela autora.

²⁵ O Estado da Guanabara foi contabilizado como pertencente ao Rio de Janeiro

MODELO 3 – Lançamentos Quantitativos mês/ano



Fonte: Elaborado pela autora.

No primeiro livro, ou seja, Livro I, em sua folha 1, apenas seis assinaturas referente ao ano de 1945, sendo que a data inicial dos registros é de 29 de dezembro de 1945, foram localizadas. As linhas seguintes referem-se sequencialmente ao início do ano de 1946, parecendo, assim, que o primeiro livro com registro dos visitantes deveria ter sido planejado para iniciar de fato os seus registros a partir do ano de 1946.

Nesse primeiro livro, as folhas foram divididas em duas colunas, a primeira para registro visitante/nome e a outra para procedência, onde os visitantes registravam, além do local de origem, a data da visita, segundo a Foto 8. Os demais livros apresentavam três colunas distintas, com Nome, Procedência e Data. Logo nas primeiras folhas, foram localizados visitantes, não somente do estado de Minas Gerais, como também de outros estados e países.

FOTO 11 – Folha do Livro 1 de 29 de dezembro de 1945

Visitantes	Procedência
João de Lima Barros	Bahia 15/3/45
João Carlos	Rio
Alberto	Rio
Alvaro	S. Paulo
Odílio Theodoro	Belo Horizonte
Maria de Lourdes Guera	Itabora
Therézinha Guera	Itabora
Epigina P. Guera	Itabora
Rosa Quirindora Vianna	Itabora 18/3/45
Gilbert Soares	Itabora 19/3/45
E. Carralho	Universidade de Chile
Helio	Esc. Arquitectura Chile
	prof. F.N.A.U.C.
	Esc. de Arquit. - Chile
	Rio F.N.A. 19.3.48
	EA - U de Ch.
	U. de Chile A.P.A. 42
	U. de Chile Arquitetura
	F.N.A. de U. do Brasil
	Universidade de Chile
	Es. de Arquit. U. de Chile
	Lota Alto Chile
	U. de Chile - Arquitet.
	U. de Chile Arquitetura
	U. de Chile Arquitetura
	Cura Pato
	U. de Chile Arquitetura
	arg. Univ. Chile
	U. de Chile - Arquitetura

Fonte: Foto da autora.

Nas primeiras análises e ao longo do Livro I, foram encontradas assinaturas de estrangeiros, sendo a maioria dos Estados Unidos e da Argentina. O registro de visitantes estrangeiros nos livros é recorrente e significativo em todo o período da pesquisa. Esse fato chamou a atenção e levantou outro questionamento, uma vez que, a cidade de Ouro Preto recebeu o título de Patrimônio Nacional²⁶ em 1933 e, somente em 1980, a cidade concorreu e foi reconhecida pela UNESCO como cidade Patrimônio Mundial da Humanidade. Então, qual seria a motivação para que este público estrangeiro se aventurasse a vir conhecer esta cidade e por consequência, esse museu ainda na década de 1940? Para procurar compreender, foi feito um breve estudo paralelo e, nessa análise, acredita-se que a projeção da cidade tenha ocorrido devido à propaganda de divulgação em guias de viagem voltados ao público estrangeiro. Isso explicaria o interesse e a sua relevância ao turismo estrangeiro, no que diz respeito principalmente à sua arquitetura barroca e ainda ao seu período aurífero. Os demais fatos,

²⁶ Foi considerada cidade Patrimônio Nacional em 1933 (Decreto n. 22.928 de 12 de julho de 1933 que “Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional”).

como a mão de obra escrava, as insurreições e as histórias romantizadas como a de Marília e Dirceu eram incorporadas em um segundo momento, quando esse visitante, já instalado na cidade e de posse destas novas informações, agregava o Museu em seu passeio turístico e cultural (BRUSADIN, 2014).

Dentro do recorte temporal desta pesquisa, foi observado que, por mais de uma década, a maior parte das assinaturas nos livros foi feita em sua maioria com o uso de canetas tinteiro (bico de pena) sendo raros os registros em caneta esferográfica que eram utilizadas em sua maioria pelo público estrangeiro. À medida que os anos foram passando, foi diminuindo gradativamente esse tipo de caneta-tinteiro e, até o final da década de 1960, percebeu-se que no Brasil a caneta esferográfica começou a ganhar espaço e a surgir com mais frequência, além da cor preta, também nas cores azul, verde e vermelha. A utilização das canetas à base de tinta nanquim poderia justificar as muitas rasuras e manchas nas páginas, além dos muitos registros que ficaram ilegíveis pelo excesso da tinta utilizada. Nos últimos livros estudados, principalmente os do ano de 1965, quase não foram localizados registros em caneta tinteiro, sendo utilizadas as canetas esferográficas, e a cor azul em sua grande maioria. Outra curiosidade acerca dos registros iniciais seria a utilização de numeração em algarismos romanos em alguns lançamentos das datas.

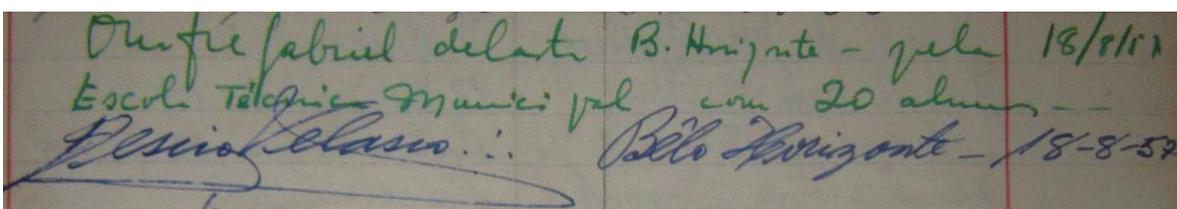
Dentro o território nacional, a incidência de visitantes escolarizados da região sudeste destaca-se, sendo em maior número de Belo Horizonte, seguido do Rio de Janeiro, Capital Federal à época, e São Paulo. Pouquíssimos foram os registros encontrados referentes ao Estado do Espírito Santo. Outra descoberta que se destaca foi a visitação de pessoas da cidade de Belo Horizonte ser bem maior do que a de Ouro Preto, muito embora seja prática comum, até os dias de hoje, que o visitante local vá ao museu, porém não se interesse por deixar registrado o seu nome quando esse se coloca no papel de acompanhar amigos ou parentes de outras cidades para apresentar o museu de sua cidade.

Pensou-se na possibilidade de registrar a presença de público infantil porém, não conseguimos identificar com clareza a presença de caligrafia infantil a partir deste tipo específico de assinatura, que pode ser facilmente confundida com a assinatura de um adulto com pouca escolaridade. Para não incorrer em erros, registrou-se, no campo observações, o público infantil somente quando de fato a sua idade ou condição infantil era colocada no livro. Vimos 15 (quinze) ocorrências desse público mirim, com idades entre 4 (quatro) e 10 (dez) anos, ao longo da pesquisa e se acredita que acompanhavam seus familiares, não pertencendo, portanto, especificamente a instituições educacionais em visita ao museu (Apêndice A). Percebe-se a presença de vários visitantes ligados a instituições educacionais sem, entretanto, o

registro com letras infantis, acreditando-se que muitos desses grupos, além de serem maiores, não tinham a prerrogativa de assinar, o que era feito pelos acompanhantes ou responsáveis do grupo.

Outro fato recorrente foi a grande quantidade de assinaturas concluídas com três pontos em forma de triângulo, o que poderia sugerir a assinatura de pessoas ligadas à maçonaria (Foto 09). Era comum ainda o registro de nomes masculinos acompanhado do termo “e senhora”, ou “e família”, (Foto 10) indicando ser aquele o responsável pelo grupo familiar, conforme já adiantamos. Tal registro mascara o real número de visitantes daquele grupo e ainda retira a condição civil de esposa e filhos. Esse foi um dos motivos pelos quais descartou-se o levantamento de gênero, conforme já citado.

FOTO 12 – Assinaturas com o uso de três pontos em formato triangular



Fonte: Foto da autora.

FOTO 13 – Convenções sociais de estado civil

NOME DO VISITANTE	PROCEDÊNCIA	DATA
Carlos Augusto Bastos	Staulo	26.10.58
Maria de Lourdes F. de Gouveia	Rio	26-10-58
D. Jose de Jesus Macedo, esposa	Belém	26-10-58
Alberto Reis, filho e esposa	Rio	26.10.58
Luiz de Toledo, filho	Rio	26-10-58
Oswaldo Franco, filho	Rio	26.10.58

Fonte: Foto da autora.

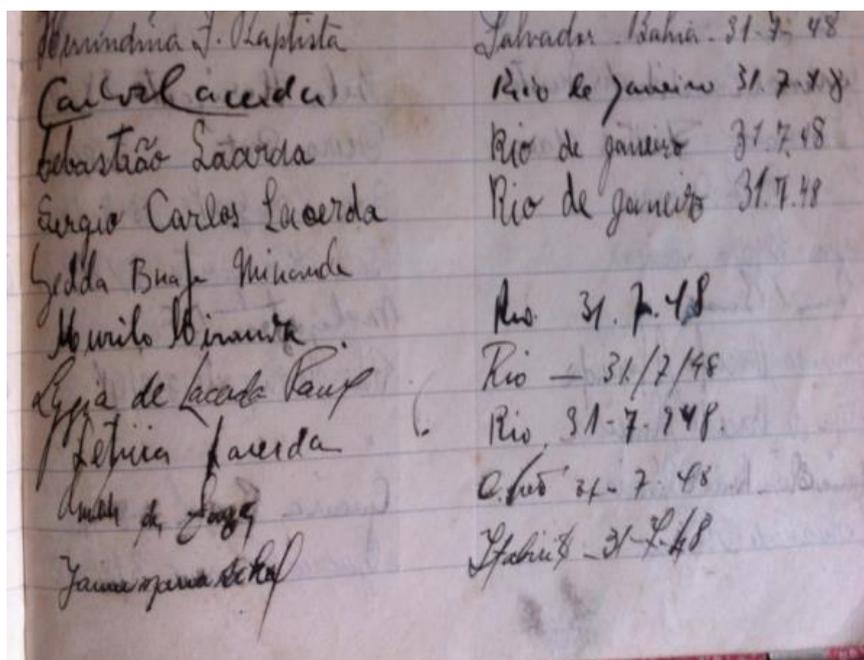
Foram identificados registros interessantes como a declaração de um visitante, funcionário do Museu do Louvre, que, não satisfeito em colocar somente o seu nome, registra sua condição e local de trabalho. e elogia o Museu como sendo de “[...] uma admirável coleção e apresentação do acervo”²⁷ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 37). Nesse mesmo livro, outro visitante do Louvre²⁸

²⁷ Informações extraídas do Livro I do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

²⁸ Informações extraídas do Livro I do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

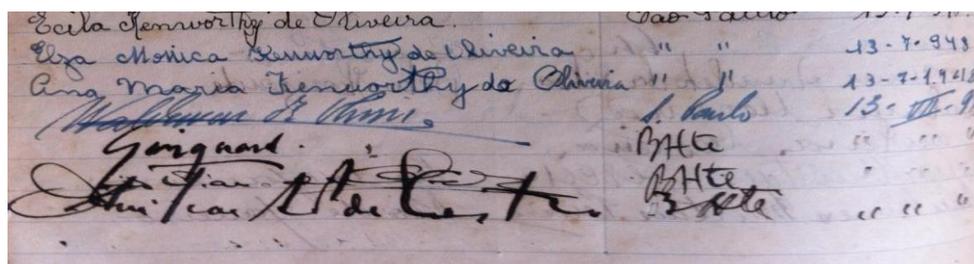
(ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 178) ressaltou o fato de profissionais de outros museus frequentarem o Museu da Inconfidência e o reconhecerem como instituição semelhante. Nos livros foram encontradas assinaturas que sugerem pertencer a figuras públicas como Carlos Lacerda (1914-1977) e seus filhos, Sebastião Lacerda e Sérgio Carlos Lacerda (Foto 11), os artistas plásticos Alberto da Veiga Guignard (1896-1962) e Amílcar de Castro (1920-1902) (Foto 12) e, no livro reservado a visitantes ilustres, foi localizada a assinatura de Juscelino Kubitschek (1902-1976) (Foto 13). Localizada também a presença de um grupo de escolares do Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, acompanhado de um padre²⁹ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 10). Esse foi o colégio onde estudou Gustavo Capanema e também, citado por várias vezes neste trabalho.

FOTO 14 – Localizado o registro de personalidades (Livro 01- 31.07.1948)



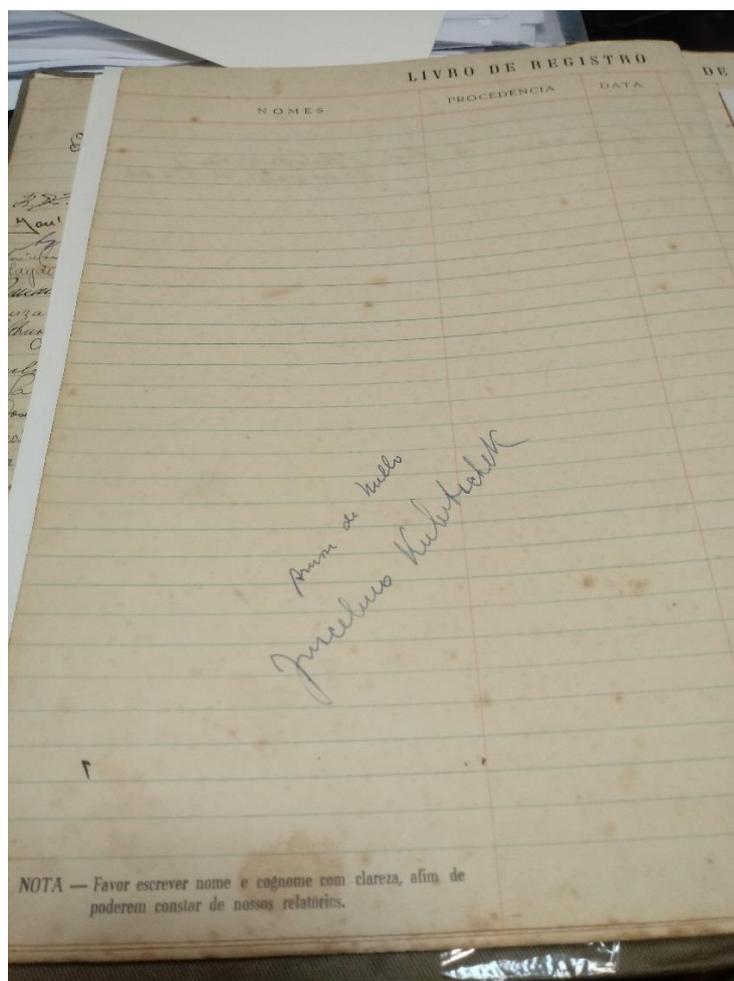
Fonte: Foto da autora.

FOTO 15 – Livro de Personalidades ilustres: JK



Fonte: Foto da autora.

²⁹ Informações extraídas do Livro 26 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

FOTO 16 – Livro de visitantes ilustres

Fonte: Foto da autora.

5.5 Grupos de sujeitos ligados a instituições educacionais - aspectos gerais

Nesta pesquisa, o levantamento mostrou que muitas escolas trocavam correspondências prévias com o diretor do Museu manifestando a intenção de visitar o espaço como complementação de algum estudo iniciado nas escolas (Foto 9).

Das correspondências encontradas, o maior número de visitantes escolares foram da região sudeste, em sua maioria, Minas Gerais, mais especificamente Belo Horizonte, além dos Estados do Rio e São Paulo. Houve muito pouca ocorrência do registro de visitantes do Espírito Santo. Ao longo dos vinte anos, públicos ligados a instituições educacionais de outros estados e estrangeiros também frequentaram o museu. O primeiro grupo de visitantes identificado como sendo ligados a instituições educacionais veio da capital do estado de

Minas Gerais, sendo registrada como a “Caravana de BH do Colégio Marconi³⁰” (08/1946, p. 39 F).

Em um breve estudo, o Colégio Marconi de Belo Horizonte foi criado por imigrantes italianos ligados ao movimento integralista³¹. Dentro das propostas da educação integralista, o aspecto de socialização como suporte para o ensino fazia-se presente nas diretrizes do movimento. Um exemplo desta prática foi apontada na dissertação de Lenir Palhares cita um estudo acerca da Enciclopédia Integralista a Divisão de Estudos que previa “[...] a formação de uma identidade coletiva e o desenvolvimento do sentimento de pertença [...]”. O objetivo era, além da doutrina, a educação esportiva, moral e cívica. Essas práticas eram compostas de programação como “[...] visitas a estabelecimentos, fábricas e museus ‘para desenvolver na criança, não só o amor ao trabalho, como também o gosto artístico’” (ENCICLOPÉDIA, 1959, p. 177-178 *apud* PALHARES, 2016, p. 111, grifo nosso). A autora afirma que “[...] as atividades de socialização se apresentavam como ocasião para instrução de conteúdo, introjeção da disciplina, amor à pátria e fidelidade ao movimento”. Palhares afirma que “As práticas educativas envolvendo atividades de socialização dos estudantes não eram prerrogativa dos integralistas, estavam inseridas numa tendência que se afinava com os pressupostos da Escola Nova” (2016, p. 111).

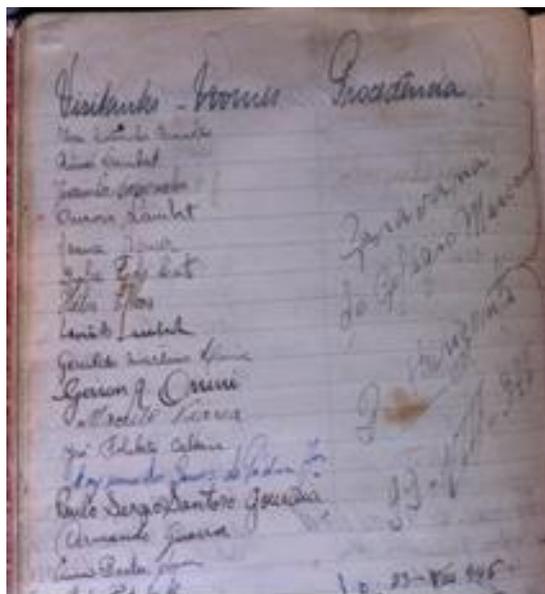
Acredita-se que foi por uma atividade escolar que a programação dessa visita trouxe o grupo do Colégio Marconi e outros grupos a Ouro Preto. A presença deles aparece com registro de vinte e oito participantes, no dia 22 de agosto de 1946. Como as assinaturas parecem ser de adultos, não há como distinguir alunos de professores ou quem foi o responsável pelo grupo, pelo fato de não haver auto declaração. Quanto ao gênero, assinaram um primeiro grupo de vinte homens e, na sequência, oito mulheres (Foto 17 e 18).

A título de esclarecimento metodológico, quando um grupo ligado a instituições educacionais semelhante ao referido Colégio Marconi, era localizado, no lançamento da planilha registrava-se como uma (01) a presença coletiva, ou seja, de um (01) grupo e não com o número de visitantes. Optou-se por esta forma de se contabilizar por entender que, de outra forma, tal lançamento poderia comprometer os resultados finais devido à imprecisão do que era informado nos livros. Muitas vezes o responsável pelos alunos não permitia que todos assinassem ou não indicava o número exato de participantes da visita.

³⁰ O Colégio Municipal Marconi (hoje Escola Municipal Marconi) foi fundado em 1937, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, seu prédio é um bem tombado em nível municipal. (COLÉGIO MUNICIPAL MARCONI, 2018)

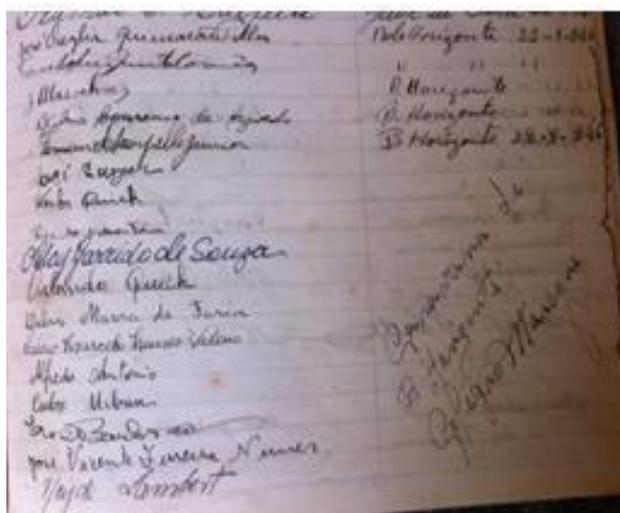
³¹ Ver: PALHARES, Lenir. **O integralismo e a educação**: um estudo sobre as escolas integralistas em Minas Gerais (1932-1937). 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FOTO 17 – Registro da visita de grupo de escolares do Colégio Marconi em 1946



Fonte: Foto da autora.

**FOTO 18 – Registro da visita de grupo de escolares do Colégio Marconi em 1946 –
Continuação**



Fonte: Foto da autora.

Foram encontrados, ao longo dos livros, visitantes procedentes da França, Argentina, Inglaterra, Bélgica, Itália Roma) e vários outros países que fizeram parte do campo “outros países” na planilha de dados. Esses visitantes não foram separados por continentes. Em muitos grupos constatou-se uma marcação de semelhança (“aspas”) nos campos espaços destinados a procedência e data. Dos grupos estrangeiros escolares, foi constante a presença de escolas e faculdades de Arquitetura e de Direito de diversas regiões e países (Foto 11) Foi encontrada, em agosto de 1962, o registro *The Experiment in International Living*, uma organização

estadunidense, sem fins lucrativos, voltada a programas de educação, desenvolvimento sustentável e intercâmbio, criada em 1932.

Várias foram as observações e curiosidades registradas nos livros de visitação do Museu da Inconfidência ao longo dos vinte anos pesquisados. Uma que chamou a atenção foi o comportamento do público feminino que se deixava registrar como “e senhora” ou “e esposa”, conforme já descrito, sugerindo sua condição de acompanhar o marido, considerado aqui como o responsável familiar. As assinaturas de mulheres visitando o Museu desacompanhadas eram em menor grupo e, muito poucas auto declarações de mulheres profissionais do tipo doutoras, advogadas, engenheiras. A maioria das auto declarações do gênero feminino encontradas nos livros foram de professoras e irmãs de caridade. Como uma auto declarada Prof.^a Irmã do Colégio Marista de Farroupilha/RS³² (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 92).

Uma observação acerca da pesquisa foi que, com o passar dos anos, já era possível observar grupos maiores de visitantes do sexo feminino ‘desacompanhadas’ de alguma autoridade masculina, além de um aumento de auto declarações atribuídas às mulheres desacompanhadas de algum responsável do sexo masculino. Um exemplo é uma auto declarada professora, responsável por um grupo de alunas, vindas do Estado da Guanabara, que registrou: “Professora da Escola Normal In cio de Azevedo Amaral, acompanhada de 33 alunas do 2^o ano normal”³³ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 77). A partir da segunda metade da década de 1950 e principalmente na década seguinte, foi possível perceber a presenç a mais efetiva da mulher no cenário social, o que reflete nos livros de visita, exemplo disso é o registro de um grupo de visitantes composto por um grupo de 25 (vinte e cinco) mulheres, auto declaradas estudantes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ARQUIVO HISTÓRICO DO MEUSEU DA INCONFI NCIA, [19--], p. 26).

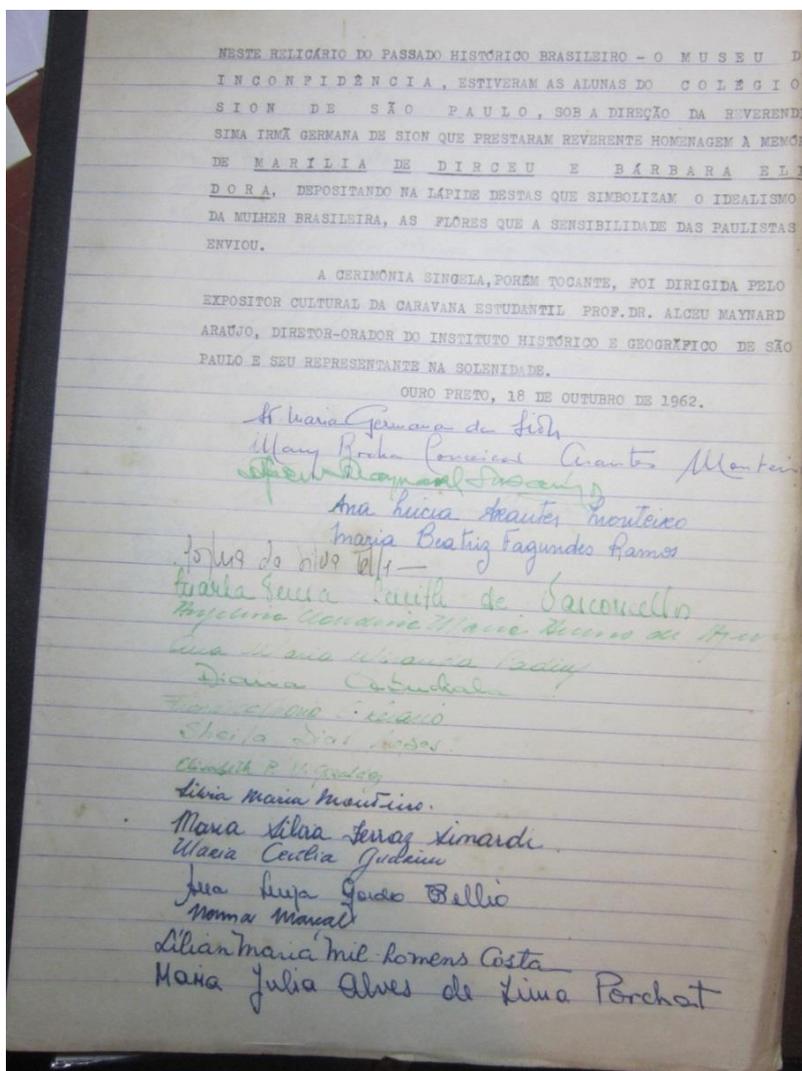
Foi encontrado dentro de um dos livros, em folha pautada solta, o registro da visita feita por um grupo de mulheres, escolares do Colégio Sion de São Paulo, em 18 de outubro de 1962, acompanhadas de uma religiosa, prestando homenagem às duas figuras femininas ligadas à Inconfidência Mineira, Bárbara Heliodora (1759-1819) e Marília de Dirceu (1767 - 1853) com os seguintes dizeres: “Homenagem   Bárbara Heliodora e Marília de Dirceu feita pelo Colégio Sion (São Paulo), sob a direção da Irmã Germana – Caravana dirigida pelo expositor cultural Estudantil Prof. Dr. Alceu Manard Araújo em 18/10/1962,” em folha solta encontrada no livro

³² Informa es extraídas do Livro 02/1965 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

³³ Informa es extraídas do Livro 07/1962 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

18³⁴ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--]) (Foto 19).

FOTO 19 – Homenagem de alunas do Colégio Sion (SP) às mulheres da Inconfidência Mineira, em 1962



Fonte: Foto da autora.

5.6 Visitantes ligados a instituições educacionais em números

No caso desta pesquisa, foram incluídos na terminologia “grupos **escolarizados**” o público visitante declaradamente originário de instituições educacionais, de qualquer faixa etária, nível escolar, gênero, região, formação ou mesmo motivação, que os trouxeram a esta instituição, registrando qualquer evidência que comprovasse essa ligação. Nos vinte anos pesquisados, foram encontrados, nos livros de visitas do Museu da Inconfidência, cerca de 270 (duzentas e setenta) referências a grupos de escolares ou afins. Para facilitar a compreensão

³⁴ Informações extraídas do Livro 10/1962 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

da análise, além da planilha quantitativa de lançamento dos dados referentes à presença de visitantes escolares (Tabela 1), foi confeccionado um quadro (quadro 2) separado por mês, ano e folha frente (F) e verso (V), em que foram lançadas todas as ocorrências e registros colocados nos livros de visitação. Para além dos grupos de escolares, foram incluídas na tabela, excepcionalmente, a título de informação, algumas referências e registros de profissionais de outras instituições museais que visitaram o museu em condições que consideradas como relevantes para esta pesquisa, como o encontro internacional de museus ocorrido na cidade de Ouro Preto, em 1958, que foi organizado pelo ICOM e contou com a presença de representantes de vários museus do Brasil e de outros países.

TABELA 1 – Tabela de registro de visitação de escolares em 20 anos, distribuídos pelos meses do ano



Fonte: Elaborada pela autora.

Avaliar a planilha associada à tabela foi de fundamental importância para esta pesquisa, uma vez que possibilitou o início da análise quantitativa da tabela de dados para um estudo particular do público visitante. De posse dessas informações, foi possível verificar de forma mais específica os grupos/visitantes e separá-los por categorias:

5.6.1 Visitantes por ano

De acordo com a tabela de registros, nos anos de 1944 e 1945 não foi registrada a presença de grupos de escolares. Em uma análise ano a ano, os quatro menores índices de visitantes escolares foram os anos de 1946, com apenas três registros de público escolar; seguido dos anos de 1961, com 4 (quatro); 1947 e 1953, com 5 (cinco), e os anos de maior visitação foram os anos de 1960, com 32 (trinta e duas), 1965 com 26 (vinte e seis), 1962 com 29 (vinte e nove) e 1964, com 25 (vinte e cinco) registros de público visitante escolar. Ressalta-se que, de acordo com o quadro 01, que consta a relação de livros/ano, o livro 23, compreendido entre 26 de junho de 1964 a 02 janeiro de 1965 não foi localizado. A não contabilização desse período coloca em dúvida qual seria de fato o ano de maior número de visitantes.

Observando o recorte temporal compilado em meses, constatou-se que os meses de julho e agosto foram os mais visitados, contra março e dezembro que receberam um menor público. Pode ser que a maior incidência nesses meses esteja relacionada às férias escolares do meio do ano e ao período de estio, considerando que no fim de ano, embora haja férias, além das festas, geralmente é um período muito chuvoso para viagens.

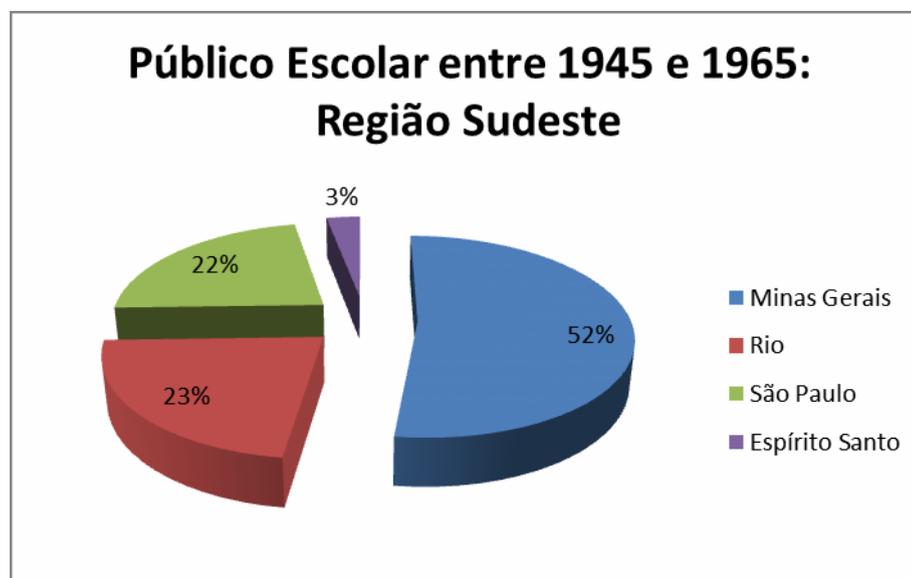
5.6.2 Visitantes por região

Especificamente para este estudo por região, utilizou-se a tabela na qual constam os 270 (duzentos e setenta) registros. Desses, 13 (treze) não estavam diretamente ligados a grupos de escolares e fazem parte do estudo por estarem agregados de alguma forma ao público visitante, evento ocorrido ou instituição de área afim, que se entende ser pertinente fazer referência. Dessa forma, para esta análise específica de grupos de escolares, eliminando ocorrências indiretas, considera-se o total de 270 (duzentos e setenta) apontamentos. Desses, ao se verificar os visitantes escolares por estados e países, 95% (noventa e cinco por cento) foram visitantes do Brasil e 5% (cinco por cento) estrangeiros.

GRÁFICO 1 – Público Escolar entre 1945 e 1965: geral

Fonte: Elaborado pela autora.

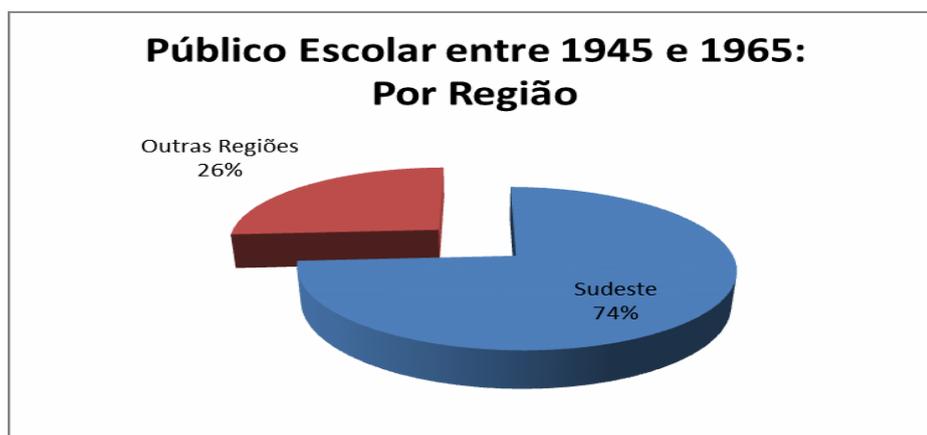
No Brasil, a região sudeste aparece com 74% (setenta e quatro por cento) de visitação, sendo o estado de Minas Gerais com o maior percentual, 52,2% (cinquenta e dois inteiros e dois décimos por cento). Rio de Janeiro e São Paulo registraram cada um 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) de visitas ao Museu, enquanto o Espírito Santo apresentou 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) das visitas.

GRÁFICO 2 – Público de Escolares entre 1945 e 1965: Região Sudeste

Fonte: Elaborado pela autora.

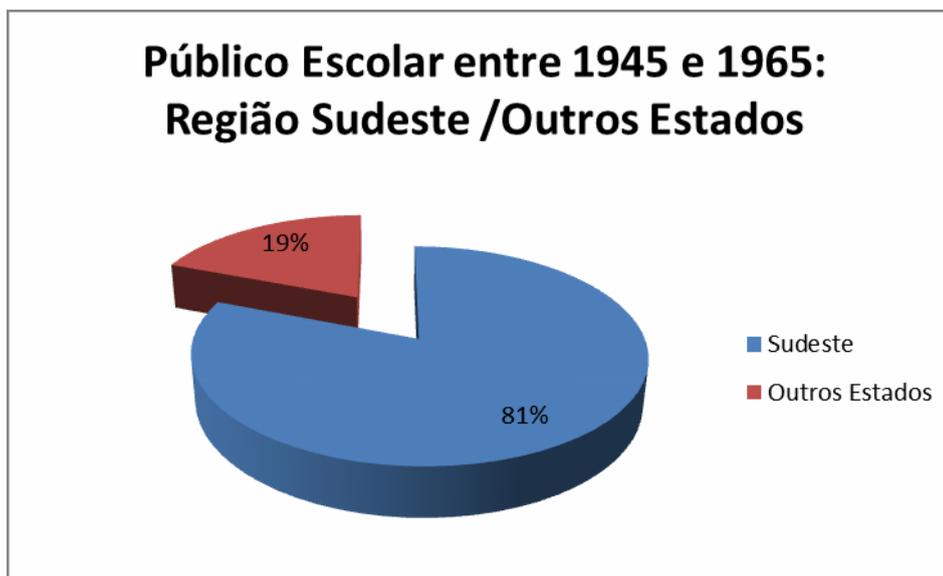
As outras regiões do país totalizaram 21% (vinte e um por cento) de visitantes dos 270 (duzentos e setenta) considerados. A distribuição dividiu-se entre 43,5% (quarenta e três inteiros e cinco décimos por cento) da região nordeste, região sul com 41,0% (quarenta e um por cento), a região centro-oeste registra 12,8% (doze inteiros e oito décimos por cento) e o norte apresenta 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) dos visitantes.

GRÁFICO 3 – Público de Escolares entre 1945 e 1965: por Região



Fonte: Elaborado pela autora.

GRÁFICO 4 – Público Escolar entre 1945 e 1965: Região Sudeste/Outros Estados



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses números mostram que a região sudeste foi a região que mais visitou o museu neste período. Porém, dentro da região mais presente, o Espírito Santo teve, em termos percentuais, uma visita semelhante à região norte do país, 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento) e 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) respectivamente, que, somados, resultam em um número de visitantes muito próximo ao público estrangeiro no mesmo período, 5% (cinco por cento). É um resultado que coloca em cheque a justificativa de não visitar o museu por questões geográficas, uma vez que alguns grupos de escolares de outros países dispuseram-se a vir conhecer a cidade e o Museu da Inconfidência, como vimos anteriormente.

5.6.3 Visitantes por gênero

Para essa análise, serão feitas algumas considerações para esclarecer os critérios que se estabeleceram para a avaliação de gênero no registro dos livros de visitantes. Quando se começou a fazer o levantamento do número de docentes do sexo masculino e feminino por meio das auto declarações, foram encontradas subjetividades que colocavam em dúvida o número exato de homens e mulheres de alguns grupos de visitantes, uma vez que nem sempre o registro deixava clara a condição dos visitantes, como um grupo que visitou o Museu em julho de 1952 (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 76) e escreveu: “34 professores do 10º Curso Rural da Fazenda do Rosário de Ibirité” ou ainda, “16 visitantes da França – Representantes do Colégio Sorbone”, em setembro de 1952 (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 91). Nesse caso, apesar de estar claro ser um grupo de sujeitos ligados à educação, por se tratar de uma referência comum aos dois gêneros, optou-se por não contabilizar o grupo.

Por outro lado, quando se tratava de grupos escolares de escolas específicas, como escolas militares ou colégios religiosos em que havia algum tipo de auto declaração que indicasse o gênero por patente ou grau religioso, considerou-se válido na contagem a referência masculina ou feminina. Um exemplo seria um grupo do Uruguai que escreveu: “Excursion de las Franciscanas [...] de Maria – Colégio de La Asunción com las alumnas [...]” em julho de 1963 (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 31), em que, pelo critério adotado, essas alunas foram acompanhadas por uma pessoa do sexo feminino. Outro caso seria a visita de um grupo de escolares de um colégio militar de Belo Horizonte, em que os alunos foram acompanhados por um Capitão Diretor e uma Capitã Professora, “Embaixada de alunos do Ginásio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais”, que visitaram o Museu em maio de 1954 (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 180). Nesse caso, foram considerados um acompanhante do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Da mesma forma, no caso de o registro aparecer como um grupo de forma geral, como “Professoras do Colégio Nossa Senhora das Neves”³⁵ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 45) ou “Grupo escolar do Rio de Janeiro acompanhado de seus diretores – Caravana do Colégio Brasil – Órgão Estudantil de Niterói”³⁶ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 99), foi considerada

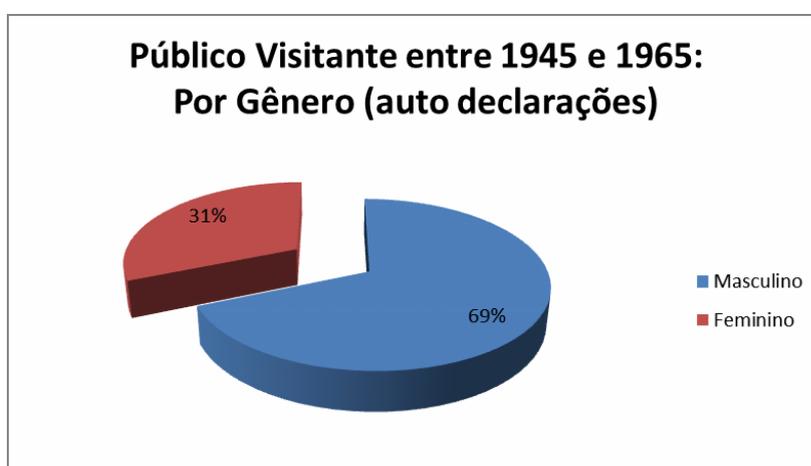
³⁵ Informações extraídas do Livro 02/1963 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--])

³⁶ Informações extraídas do Livro 07/1959 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

representante daquele grupo somente uma pessoa do sexo registrado. No primeiro exemplo, uma do sexo feminino e no segundo, um representante do sexo masculino.

Definidos esses parâmetros, foram contabilizados 205 (duzentas e cinco) ocorrências de gêneros dos quais 68,7% (sessenta e oito inteiros e sete décimos por cento) foram do sexo masculino e 31,35% (trinta e um inteiros e trinta e cinco décimos por cento) do feminino. Os percentuais apontam para um número muito maior de visitantes auto declarados professores do sexo masculino que visitaram o Museu em vinte anos, quer sejam por visitas individuais, em grupos de professores ou acompanhando caravanas de alunos, ligados ao universo escolar.

GRÁFICO 5 – Público Visitante entre 1845 e 1965: Por Gênero (auto declarações)



Fonte: Elaborado pela autora.

5.6.4 Visitantes por instituições

Para o estudo dos visitantes ligados a instituições com o registro da presença nos livros de visitantes do museu, procurou-se dividir os grupos entre instituições estrangeiras e nacionais, separando-as por categorias: a primeira como universidades/faculdades (ensino superior); a segunda, ginásios/colégios, grupos de escolares/escolas tentando delimitar de alguma maneira cada grupo por faixa etária escolar. Considerou-se também nesse último grupo visitas de estudantes ou professores que vieram individualmente, como forma de lazer. Mesmo que estivesse claro que estavam ali somente a passeio turístico, considerou-se a informação da instituição de origem do qual vinham. Um exemplo foi o registro de casais, reconhecidos pelo fato de terem o mesmo sobrenome, e um deles se auto declarar professor ou professora, como um professor dos Estados Unidos registrou em junho de 1964 (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 110), “Prof. and Mrs. Alan M. Mac. Ewan – Lincoln University Penn”. Nesse caso, o que importou para o item instituições da pesquisa foi o registro

da condição auto declarada de ser docente de uma universidade estrangeira.

Para o ensino superior, foram incluídos todos os registros nos quais constavam termos como: faculdade, escola de ensino superior, escola superior, escola nacional, universidade, engenharia entre outras. Em seguida, foram classificados como um segundo grupo os visitantes que se afirmaram de escolas de ensino primário, colegial e científico, bem como escolas técnicas, politécnicas, profissionalizantes, colégios, ginásios, escola normal, internato.

A dificuldade nessa triagem foi com os registros em que foram colocados somente o nome da instituição sem maiores esclarecimentos, como a “Caravana da Escola 12 de Dezembro de Belo Horizonte”³⁷ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 108). Houve também o problema da não indicação da faixa etária ou nível escolar dos estudantes, como o grupo de “15 pessoas que faziam parte de uma delegação de estudantes do Peru”³⁸ (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, [19--], p. 188). Nesses casos, por se entender que a suposição poderia levar a uma interpretação equivocada, a opção foi enquadrar essas instituições como “sem maiores informações”.

Sanadas as incongruências e definidos os critérios, foram encontrados e validados, entre as 270 (duzentas e setenta) notas com referências a grupos escolares, 180 (cento e oitenta) registros ligados a instituições escolares. Do total de 180, 41,65%, ou seja, 75 (setenta e cinco) eram visitantes de ensino superior, divididos entre instituições nacionais e estrangeiras. Deste grupo, a maioria era estudantes dos cursos de Arquitetura e Belas Artes. Enquadrados como nível primário, colegial e científico foram localizados 87 (oitenta e sete) grupos, 48,33% ocorrências. Cerca de 18 instituições (10%), eram ligadas a instituições não escolares, como grupos escoteiros ou grupos escolares em cursos de férias. Foram registrados muitos grupos do primário, colegial e científico ligados a instituições religiosas ou colégios militares, porém, optou-se por não contabilizá-las separadamente uma vez que muitas escolas adotam nomes de cunho religioso ou cívico, o que dificulta uma triagem clara para determinar como sendo escolas públicas, particulares, civis ou militares. Uma curiosidade foi encontrar um número significativo de visitantes dos cursos de Direito, Filosofia e Arquitetura, nacionais e estrangeiros. E o mais impactante embora esperado: pouca foi a visita de grupos de escolares da cidade de Ouro Preto ou Mariana.

No início desta pesquisa, não se sabia ao certo qual seria de fato o público visitante que, de alguma forma, se declararia como pertencente a uma instituição escolar. Diante dos resultados, em uma análise qualitativa, constatou-se que a maioria do público escolarizado era

³⁷ Informações extraídas do Livro n. 10/1952 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

³⁸ Informações extraídas dos Livros n. 08 e 09/1948 do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência ([19--]).

nacional e da região sudeste do país. O visitante do gênero masculino se sobrepôs ao grupo feminino muito embora tenha sido observado um crescente número de grupos de mulheres visitando o museu nos últimos anos da pesquisa. Chamou a atenção os grupos de escolares estrangeiros e nacionais ligados às escolas de Arquitetura e Belas Artes e ainda os frequentes registros da Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais, sempre presentes nos livros ao longo de todo o período estudado, o que mostra a importância do estilo barroco da cidade de Ouro Preto.

Acredita-se que, cada um à sua maneira, os visitantes escolares procuravam o museu com o objetivo de conhecer parte da história do Brasil ali colocada, uma vez que foram localizados, nos livros, em vários momentos, a formalização pelos responsáveis pelos grupos, da importância do fato histórico, de seus personagens e da cidade em si. As constantes visitas das escolas militares ao Museu da Inconfidência poderiam ser justificadas pelo fato de, em 29 de abril de 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra ter instituído o dia 21 de abril como Dia das Polícias Militares e Civis, considerando Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, como o mártir da Independência e lhe conferindo o título de Patrono Cívico da Nação e das Polícias Militares e Civis do Brasil, “por sua demonstração de amor à Pátria”. Percentualmente e proporcionalmente, viu-se que a maioria dos grupos de escolares que visitaram o museu, entre 1945 e 1965, foram pessoas de nível superior e médio, de escolas particulares, religiosas, militares e profissionalizantes, em sua maioria do sexo masculino. Esse perfil corrobora com os estudos feitos nos capítulos anteriores, no sentido de que a educação e a cultura previstas nas constituições e pensadas para o Brasil pretendeu alcançar um público escolar selecionado uma vez que, de acordo com Maria Luisa Santos Ribeiro, da década de 1930 à 1960, não ocorreram avanços efetivos na educação no país, segundo a autora, “[...] o Brasil chegou à década de 60 do século XX com quase 40% de analfabetismo, o que evidencia a ineficiência das reformas, o seu caráter retórico e a omissão do Estado no cumprimento efetivo das leis que ele próprio editara” (RIBEIRO, 1986 *apud* BITTAR e BITTAR, 2012, p. 161). Isso mostra que de fato, o aluno ou professor que tinha a possibilidade de visitar o museu era um sujeito dotado de algum tipo de privilégio uma vez que, segundo Ribeiro apresenta, “Os números expressam que pouco havia mudado: em 1940, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 56,0%; em 1950, era de 50,5% e, em 1960, 39,35% (RIBEIRO, 1986).

Tal reflexão leva a pensar na possibilidade de se verificar futuramente duas novas pesquisas para levantar outras hipóteses: a primeira seria investigar se houve alguma mudança desse perfil de público visitante escolar, servindo-se dos mesmos livros, porém, nos períodos históricos subsequentes, com mesmo recorte de vinte anos. O estudo poderia iniciar, por

exemplo, nos vinte anos a partir de 1965, período da ditadura e, prosseguindo, mais vinte anos, a partir da Constituição de 1988. Dessa maneira, haveria um quadro geral do perfil do visitante escolar que frequentou o Museu da Inconfidência desde a sua criação seguindo por todo o século XX, início do século XXI.

A segunda pesquisa poderia debruçar-se sobre a relação entre os currículos e materiais escolares ligados às disciplinas de Educação Moral e Cívica, História e Organização Social e Política do Brasil – OSPB, presentes nos programas de boa parte do período coberto pela pesquisas, e adotados por algumas das escolas que visitaram o museu, procurando compreender de que forma as narrativas ali expostas dialogaram com essas práticas educativas. Várias seriam as possibilidades de estudos de continuidade desta primeira análise de resultados desta dissertação. Fato é que o Museu da Inconfidência e a história da Inconfidência Mineira fez e ainda faz parte da memória nacional e do imaginário coletivo da sociedade brasileira como um todo incluindo as instituições escolares, objeto de desse estudo, de forma particular.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se estar atento às evocações de um passado histórico, reconhecendo-os como relevante ao presente que está sendo construído sem contudo deixar de vislumbrar um futuro mais reflexivo e crítico. É de Paul Ricoeur (2007) a frase “[...] lembrar-se é uma experiência de (re)significação, (re)conhecimento, (re)criação das coisas e de si.”.

Nesse sentido, procurou-se compreender o contexto em que se deu a história da Inconfidência Mineira, dentro de um espaço geográfico propício à extração mineral no período colonial. Para, além disso, a pesquisa permeou os desdobramentos desta história e deste local observando as construções ideológicas e turísticas desse fato/local a partir da primeira metade do século XX. Vila Rica faz parte da história e da memória deste país e por isso engloba em si todo um ambiente histórico construído e constituído de elementos históricos do período colonial presentes até hoje no imaginário coletivo da nação.

Desta maneira, a cidade de Ouro Preto tornou-se um ambiente natural e propício à formação de uma constituição de identidade nacional ao país. O estudo apontou algumas mobilizações sociais e políticas que foram institucionalizadas e acabaram por modificar, mesmo que com tensões, as estruturas tanto da educação quanto da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional em nosso país entre as décadas de 1930 e 1960. Para fundamentar as razões de se criar um museu dedicado aos inconfidentes, tendo com mártir, Tiradentes, a pesquisa debruçou-se sobre leituras que tratam das bases conceituais voltadas a memórias e esquecimentos e que serviram de discurso educacional no caso das escolas e da intensão colocada no circuito expositivo dos espaços do Museu.

Na medida em que o estudo foi revisando as bibliográficas de autores ligados à História da Educação, História da Museologia e a criação de novos ministérios e instituições voltadas à preservação de bens patrimoniais incluindo a criação do próprio Museu da Inconfidência, percebe-se que muitos grupos ligados ou não ao governo defendiam modelos de projetos específicos e tinham interesse em conduzir suas propostas muitas vezes associadas à educação escolar e/ou preservação do patrimônio histórico. Faziam isso por enxergarem nesse caminho uma possibilidade de se (re)contar/organizar as bases conceituais destas duas áreas e ao mesmo tempo criar ideologia apoiada em projetos muitas vezes com viés nacionalista.

Esses grupos tinham em comum o desejo por uma ampla modernização educacional/cultural do país por meio de novas legislações e novos ministérios que se alinhassem aos projetos propostos naquele período que tivessem como objetivo colocar o Brasil no mesmo patamar das nações consideradas desenvolvidas.

Tais articulações foram percebidas nas análises dos textos das constituintes acerca das discussões voltadas aos temas da educação e da cultura, bem como as mediações desses dois assuntos, discutidos por personalidades que transitavam nestas duas áreas muitos deles fazendo parte inclusive das constituintes que resultaram nas Constituições entre as décadas de 30 e 60.

De posse destas impressões foi possível, localizar nas fontes, ou seja, os livros de visitação do Museu da Inconfidência, o público visitante escolarizado que registrou a sua presença naquele espaço de memória histórica.

A compilação dos dados e análise dos resultados apontou para certo perfil de visitante que mostrou se revelou contraditório no que diz respeito à concepção do que estava previsto nos textos constitucionais analisados uma vez que aqueles garantiam **a todo cidadão** o direito à educação e cultura.

O sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) defendia que os contextos sociais atuam como base para o trabalho da reconstrução da memória. A construção da memória coletiva passa pela dimensão da lembrança individual, coexistindo em meio a um grupo social que identifica história e a mantém viva. Para o autor:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Deste modo, ao tratar de “acontecimento passado para obter uma lembrança”, Halbwachs afirmou somente ser possível a continuidade de um passado se este fizer parte de uma mesma sociedade e de um mesmo grupo social. Ao analisar as fontes e compará-las ao conceito de construção da memória coletiva a que Halbwachs se refere, o estudo revelou a presença de um público escolarizado que, em sua maioria, vinha de escolas particulares, mais precisamente da região sudeste, auto declarado do sexo masculino e de instituições ligadas a faculdades/universidades.

Muito embora no período estudado tenham sido inegáveis os avanços no sentido de assegurar educação e cultura como direitos, ainda no nível formal a ideologia nacionalista elitizada acabou por privilegiar alguns em detrimento de outros. Vê-se que as legislações do período acabaram por moldar os contornos da nação de forma seletiva o que se revelou nos livros dos visitantes com o registro de estudantes, professores e escolas que, em sua maioria,

vinham de instituições particulares/tradicionais, ou seja, um grupo escolarizado e privilegiado que tinha o interesse em visitar a cidade histórica de Ouro Preto e o Museu da Inconfidência. Desta maneira, retomando ao questionamento colocado nesta pesquisa acerca de qual tipo de instituições escolares visitou o Museu, o estudo mostrou a presença de um público escolarizado bastante específico.

Nos registros encontrados nas fontes, as manifestações colocadas nos livros, cartas e ofícios encaminhados por dirigentes e professores de escolas e enviadas ao Museu da Inconfidência mostram que algumas escolas procuravam o Museu, em favor do aluno, que se torna público visitante nesses espaços de cultura, sendo certo ainda que muitos desses vêm nesse espaço uma possibilidade de complementação ao estudo e de satisfazer a curiosidade que lhe é inerente. Essa prática, se melhor difundida, poderia contribuir sobremaneira para a complementação dos saberes que tiveram início nas salas de aula. A ideia seria, considerar aqui, a Escola e o Museu, ou melhor, Museu-Escola, como um espaço de educação não escolar, voltado às ações educativas, de uma forma dinâmica com vistas a trabalhar em favor de um direito à educação em sua integralidade, como previsto na legislação sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1994.

_____. **O paradigma evolucionista e o Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Imprensa Nacional, 1995.
Acesso em: 05 fev. 2018.

AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um Sítio Urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 87-106, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0087.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. O Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932: memória e imagens do Manifesto nos livros didáticos de História da Educação. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia, **Anais**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p. 1177-1187.

_____. Representações do manifesto dos pioneiros da Educação Nova de 1932 nos manuais de História da Educação publicados em coleções (1933-1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá, **Anais**. Circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil. Cuiabá: Ed. UFMT/CBHE, 2013. v. 1. p. 226-245.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte: relatório... Brasília, 1933. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte: relatório... Brasília, 1947. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte: relatório... Brasília, 1924. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte: relatório. Brasília, 1946. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ANTUNES, Maciel; MACIEL JUNIOR, Francisco Antunes. **HistedBR**, Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_antunes_maciel.htm>. Acesso em: 06 nov. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (Orgs.). **A memória do pensamento museológico brasileiro: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

ARAÚJO, V. L. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 12, p. 34-44, 2013. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/620/378>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Livros de visitação da Casa do Pilar**. Ouro Preto, [19--].

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BARBOSA, Muryatan Santana. Identidade nacional e ideologia racialista. **Revista Temporaes**, São Paulo, ano 9, n. 8, 2001.

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v.4. p.211-61 jan./dez. 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/download/5342/6872>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4864688>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**: áulico, anatômico, architetonico [...]. Lisboa: Officina de Paschoal Silva, 1716. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BOAVENTURA, E. M. A Educação brasileira na Constituinte de 1946: comentários. In: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. A educação nos 50 anos da Constituição de 1946. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n 132, out./dez. 1996. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176502/000518632.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Ato Institucional nº 4 de 07 de dezembro de 1966. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 dez. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934a. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes... **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. A Mesa da Assembléia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como neles se contém. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Decreto n. 155-B, de 14 de janeiro de 1890. **Coleção de Leis do Brasil**: Rio de Janeiro, 14 jan. 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 13 de 31 de dezembro de 1934. Autoriza operações de crédito, pelo Ministério da Fazenda, até 300.000:000\$000, para cobrir o "deficit" do exercício actual, e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 04 jan. 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-13-31-dezembro-1934-556636-publicacaooriginal-76723-pl.html>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 15.396 de 02 de agosto de 1922. Crêa o Museu Historico Nacional e approva o seu regulamento. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1922. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1930a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.488 de 15 de dezembro de 1930. Declara os dias de festa nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1930b. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=437105&id=14416387&idBinario=15694231&mime=application/rtf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931. Crêa o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1º mai. 1931c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 09 jul. 1931d. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-norma-pe.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 22.621 de 5 de abril de 1933. Dispõe sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte; aprova seu Regimento Interno; prefixa o número de Deputados à mesma e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 08 abr. 1933a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22621-5-abril-1933-509274-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 22.647 de 17 de abril de 1933. Reestabelece o feriado nacional de 21 de abril. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1933b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22647-17-abril-1933-558774-publicacaooriginal-80337-pe.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1933c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2017

BRASIL. Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 jul. 1934b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BRASIL. Decreto-lei n. 314 de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 mar. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1938a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938. Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1938b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-965-20-dezembro-1938-347898-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. Acesso em: 03 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRULON SOARES, B. C. Caminhos da Museologia: transformações de uma ciência do museu. **Senatus** (Senado Federal), v. 7, p. 32-41, 2009. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/183232/000876474.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRUSADIN, L. B. **O Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG) e sua interface com o turismo, o patrimônio e a comunidade local**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução de Sergio Goes de Paula, 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre, Medianiz, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Paula. História e cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, n., 2. jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672015v23n0207>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.** Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da museologia no Brasil (1932 a 1985).** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. (Tese de doutorado em Memória Social). 2015. 360 f.

COLÉGIO MUNICIPAL MARCONI. Belo Horizonte: Facebook, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/colégiomarconi/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CURY, Marília Xavier. Museu em conexões: reflexões sobre uma proposta de exposição. **Revista IBICT**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 471-484, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/1375/1553>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

ELIAS, Maria José. **Museu Paulista: memória e história.** Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996. 473 f. (Tese Doutorado).

_____. Revendo o nascimento dos museus no Brasil. **Revista do Museu de Antropologia e Etnologia**, 1992, p. 139-145.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2000.

FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988.** Campinas: Autores Associados, 3.ed., 2005.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: O papel do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro no ensino de história. **Revista de História.** João Pessoa, n. 13, p.121-131, jul./dez. 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido,** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 2. ed. São Paulo. Contexto, 1998.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Rio de Janeiro: FGV, 2009a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-ribeiro-de-andrada-1>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. Associação Brasileira de Educação (ABE). Rio de Janeiro: FGV, s.d. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ASSOCIA%C3%87%C3%>>

830%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. Berta Lutz. Rio de Janeiro: FGV, 2017a. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/berta_lutz>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. Carlos Sampaio. São Paulo: FGV, s.d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SAMPAIO,%20Carlos.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. Cassiano Cândido Tavares. Rio de Janeiro: FGV, s.d. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BASTOS,%20Cassiano%20C%C3%A2ndido%20Tavares.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa. Rio de Janeiro: FGV, 2009b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/epitacio-lindolfo-da-silva-pessoa>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. Exposições Universitárias. Rio de Janeiro: FGV, 2017b. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/ExposicoesUniversais>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: FGV, 2017c. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_barroso>. Acesso em: 02 mai. 2017.

_____. José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: FGV, 2017d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_americo_almeida>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. José Alves Linhares. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/linhares-jose-alves>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. Navegando na história. Rio de Janeiro: FGV, 2017e. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro: FGV, 2017f. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo_aranha>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. Renato Rodrigues Barbosa. Rio de Janeiro: FGV, 2009c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/renato-rodrigues-barbosa>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

_____. Roquete Pinto. Rio de Janeiro: FGV, s.d. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Rui Barbosa. Rio de Janeiro: FGV, s.d. Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARBOSA,%20Rui.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Salgado Filho. Rio de Janeiro: FGV, 2017g. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/salgado_filho>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GAMA, Luciana Coelho. Discursos Monarquistas e Republicanos sobre Tiradentes nos anuais escolares de história do Brasil. **Revista Labirinto**, ano XVI, v. 24, n.2, jan.-jun., 2016, p. 110-133. Disponível em:
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1815/1634>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GASPAR, Lúcia. **Viajantes** (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em:
<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=131>. Acesso em: 11 ago. 2017.

GATTI, Bernardete. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museologia e identidade. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca, 2010. v. 1.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2011.

_____. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HAMDAN, Juliana Cesário; MOTTA, Fernanda Amaral; SANTANA, Taciana. Do método intuitivo à Escola Nova: o caso do grupo de escolares de Mariana (1906-1932). *In*: HAMDAN, Juliana Cesário; FONSECA, Marcus Vinícius; CARVALHO, Rosana Areal de (Orgs.). **Entre o Seminário e o Grupo Escolar: a história da educação em Mariana-MG (XVIII-XX)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, v.1, p. 127-143.

HILSDORF, M. Lucia S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira – Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 2014a. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de Proposta de Inscrição. Brasília: IPHAN, 2014b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/101>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. Sudeste. Brasília: IPHAN, 2014c. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/101>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

JARDIM, Silva. **Tiradentes**. Rio de Janeiro: Typographia. G. Leuzinger & Filhos, 1890.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu**. 2. ed. Brasília: Caderno de diretrizes museológicas, 2006, p. 17-30.

_____. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade**: museus e identidade nacional no Brasil. 2008. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2008. 271 f. Tese (Doutorado). Disponível em:
<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp099098.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp. 2003.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil: 1808-1821**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

LOPES, Maria Margaret. A Formação de museus nacionais na América Latina independente. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, 1998, v. 30, p. 121-133. Disponível em:
<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=16365>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOVE, J. **A locomotiva São Paulo na federação brasileira: 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá; POULOT, Dominique. Museu e museologia. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 58, p. 289-294, out./dez. 2015. Disponível em
<<https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/2010/showToc>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). **In**: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

_____. **Culto da saudade na Casa do Brasil**: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2006.

MARCOLIN, Neldson. Guardiões da história: institutos históricos e geográficos de São Paulo e da Bahia completam 120 anos buscando se integrar ao século XXI. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 219, mai. 2014. Disponível em:
<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/05/15/guardioes-da-historia/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. **Caderno de Geografia**, São Paulo, v. 21, n. 36, 2011.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em Lições: A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo**. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília: MEC, Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MOUTINHO, Mário. **Museus e Sociedade: Reflexões sobre a função social do museu**. Monte Redondo: Caderno de Patrimônio, 1989.

_____. **Sobre o conceito de Museologia Social**. Lisboa: Cadernos de Museologia, 1993.

MUSEU da Inconfidência. **Educacional Inconfidência**, Ouro Preto, 2013. Disponível em:
<<https://educacionalinconfidencia.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MUSEU Histórico Nacional – MHN. **Museus do Rio**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
<http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=42:museu-historico-nacional>. Acesso em: 05 mai. 2017.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: A construção de uma cidade histórica. 1891-1933**. UNICAMP. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado). Disponível em:
<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279438>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PALHARES, Lenir. **“Educação Integral para o Homem Integral”**: as escolas integralistas em Minas Gerais (1932-1937). Belo Horizonte, 2016. Universidade Federal de Minas Gerais, 136f. (Mestrado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social). Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-AR5GG6/dissertaofinalizada.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PEDROSA, Mário. Da missão francesa: seus obstáculos políticos. In: ARANTES, Otília. (Org.). **Mário Pedrosa: Acadêmicos e Modernos**. Textos Escolhidos III. São Paulo: Edusp, 1998.

PINHEIRO, M. L. B. **Trajatória das Ideias Preservacionistas no Brasil: as Décadas de 1920 e 1930**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 1, p. 13-31, 2017.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio: estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 6. ed. São Paulo: Moraes. 1986.

_____. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados. 2001.

RIBEIRO, Marília Andrés. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 115-125, jan-jun. 2007. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1452>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento**. Campinas, Edunicamp, 2007.

ROCHA, M. B. M. Tradição e modernidade: o processo constituinte de 1933/34. In: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A Educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1996, p. 119-138.

ROMANO, Luís. Manuel Bandeira e Cecília Meireles em Ouro Preto. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, s.d., v.1, n. 27/28, p. 1127-1139, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/7095/5583>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, 2007, v. 39, p. 10-42, 2007. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=20023>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

SANTA ANNA, Jorge; GREGÓRIO, Elaine; GERLIN, Meri Nádia Marques. Atuação bibliotecária além da biblioteca. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n. 1, p. 77-88, jan/jun., 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, v. 1, 2006.

_____. Os Museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n.2, p. 271-302.

_____. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n.19, p. 99-120. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000257&pid=S0104-5970201000030001400052&lng=es>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 10ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: Editora da UFES, v.1. 2011.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

_____. **Política e educação no Brasil**. O papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo, Cortez, 1987.

SCHAER, Roland. **L'Invention des Musées**. Evreux: Gallimard/Reunion des Musées Nationaux, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo da miscigenação. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, 1994.

_____. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENADO FEDERAL. Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal, 1946. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SHELBAUER, Anaete Regina. A Constituição do Método Intuitivo na Província de São Paulo 1870-89. São Paulo USP, 2003. Disponível em: <http://bdpi.usp.br/single.php?_id=001336288>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. **In**: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e memórias da educação no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, v. 2.

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. Colecionismo na modernidade. **In**: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais. História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, p. 1-9, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007

APÊNDICE A – Registros encontrados nos livros de visitantes

QUADRO 2 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 29/12/1945 a 21/10/1948

Mês/Ano	Folha	Grupo/Local	Registro
07/1946	35 F	Grupo de 4 visitantes - Recife e Rio Grande do Norte	“Faculdade de Direito do Recife”
08/1946	39 F e V	Grupo de 32 visitantes de Belo Horizonte	“Caravana de Belo Horizonte – Colégio Marcone”
10/1946	46 V	1 visitante – Helvécio Alvarez	“Faculdade de Direito – RJ”
6/1947	92 F	Grupo de 30 visitantes de Belo Horizonte – 1 auto declaração de um professor	
07/1947	98 V e 99 F	Grupo de 20 visitantes	“Faculdade Santa Úrsula do Rio de Janeiro”
08/1947	106 V	Grupo de 20 visitantes	“ESAL de Lavras”
02/1948	141 F	Grupo auto declarado escolar de 22 visitantes de Porto Alegre	“Prof. Lélis Espartil”
02/1948	142 F	Pequeno grupo de visitantes com 1 auto declaração de um professor	“Instituto de Belas Artes (IBA) do RGS
03/1948	151 F e V	Grupo de estudantes do Chile	“Escola de Arquitetura do Chile e da FNA da Universidade do Brasil”
03/1948	151 V	1 visitante de Medicina do RJ	
03/1948	151 V	1 visitante	Departamento de Educação Complementar do RJ
07/1948	179 F	Grupo auto declarado de estudantes	“Instituto Educacional de Passo Fundo – RS”
07/1948	179 V	1 auto declarado professor e 1 grupo de escolar	“Embaixada do Instituto Educacional de Passo Fundo – RS”
07/1948	180 F	Grupo de 18 estudantes	“Embaixada do Instituto Educacional de Passo Fundo – RS”
07/1948	181 V	Grupo de estudantes	“Embaixada de Bacharelado da Faculdade de Direito da Bahia”
08/1948	186 V	1 visitante auto declarado	“Representante do Museu Nacional – RJ”

08 e 09/1948	188 V	Grupo de 15 visitantes auto declarado de estudantes	“Delegação de Estudantes do Peru”
09/1948	189 F	Grupo de visitantes auto declarado de estudantes	“Universidade de Paris” (auto declaração de um professor e 2 doutores)
10/1948	200 F	Grupo de visitantes auto declarado de estudantes	“Grupo do Colégio Batista”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 3 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 21/10/1948 a 2/6/1951

12/1948	08 F	3 visitantes – 1 autoridade e 2 professores	“Consul Geral da Itália (Roma), Professora de Português e Prof. de Arqueologia”
04/1949	24 V	Grupo de 8 visitantes sendo 1 auto declarado professor	Prof. Machado Freitas
07/1949	44 V	Registro de um nome infantil que se auto declara:	“menina”
07/1949	45 F	Grupo de 10 visitantes de Passo Fundo - RS	“Instituto Educacional”
08/1949	61 V	Grupo de 8 visitantes de Belo Horizonte	Provável grupo de escolares porque 2 se auto declaram professores
09/1949	63 F	1 visitante estrangeiro - Espanha	“Universidade de Salamanca – Espanha”
09/1949	67 F	Grupo de alunas de Diamantina e Barbacena acompanhadas por um padre e duas religiosas (irmãs de caridade)	“Alunas do Colégio N. S. das Dores – Diamantina” “Alunas do Colégio Imaculada Conceição – Barbacena” “Alunas da Escola Normal Imaculada Conceição – Barbacena”
09/1949	67 F	Grupo de alunas acompanhadas por religiosas (irmãs de caridade)	“Excursão de alunas do Colégio Carmo Nihem” “Excursão com alunas da Escola Normal Oficial de Peçanha”
01/1950	89 V	Grupo de escolares com 31 visitantes	“Curso de Engenharia de Belo Horizonte (CPOR)”
01/1950	90 F	Grupo de escolares com 34 visitantes de Barbacena acompanhados por 1 Capitão	“Capitão José Henrique de Barceleo, Instrutor Chefe da Excursão”
01/1950	90 V	1 visitante auto declarado Professor	“Professor COOPMAN”
02/1950	97 F	1 grupo de visitantes de educação não formal	“Associação de Escoteiros de São Paulo”

02/1950	97 F	1 visitante auto declarado professor de Belo Horizonte	“Curso de Férias” (acreditamos estar acompanhando o grupo de escoteiros de São Paulo.)
02/1950	97 V	2 visitantes auto declarados professores – Rio de Janeiro e Belo Horizonte	“Instituto de Educação do Rio de Janeiro” “Curso de Férias” (acreditamos estar acompanhando o grupo de escoteiros de São Paulo.)
05/1950	124 V	Grupo de 25 estudantes de Belo Horizonte	“Colégio Santo Agostinho – BH”
07/1950	137 V	Grupo de 22 visitantes de MG alunas acompanhadas por uma auto declarada irmã de caridade	“Escola Normal Nossa Senhora das Graças de Patos de Minas - MG ”
07/1950	138 F	Grupo de 5 visitantes da Bahia	“Faculdade de Filosofia”
07/1950	143 V	Grupo de 6 visitantes do RJ	“Escola Nacional de Belas Artes”
08/1950	148 F	Grupo de visitantes escolares de Belo Horizonte	“Curso de Formação de Professores Primários do Instituto de Educação de Belo Horizonte – Turma B”
01/1951	177 V	1 Grupo de Professores	“129 Professores do Curso de Férias de Belo Horizonte”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 4- Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 11/08/1951 a 04/07/1953 (lapso temporal de 69 dias entre o livro 2 e 3: de 02/06/1951 a 11/08/1951)

08/1951	02 V	3 visitantes – 1 autoridade e 2 professores	“Cônsul Geral da Itália (Roma), Professora de Português e Prof. de Arqueologia”
09/1951	06 F	Grupo de 20 visitantes de São Paulo – PUC com a auto declaração de um professor e um padre	“Embaixada Gov. JK da Faculdade de Filosofia de S. Bento – Universidade Pontifícia Católica de São Paulo.”
10/1951	15 F	Grupo de 5 visitantes de Viçosa – A primeira a se auto declarar “Chiquita Bacana”	“Escola Superior de Agrimensura e Veterinária de Viçosa – ESAV”
10/1951	19 V	Grupo de 17 visitantes de Belo Horizonte	“Grupo de 17 alunos do Colégio Padre Machado - BH”
11/1951	19 V	Grupo de 13 visitantes de Ituiutaba	“Caravana Cultural do Curso Normal do Instituto Morden – Ituiutaba/MG”
11/1951	20 V	Grupo de Belo Horizonte	“Caravana do Curso Colegial do Colégio Santa Maria /MG”

07/1952	76 V	Grupo de 34 professores de Ibirité (23 se auto declararam)	“Fazenda Rosário, Escola de Treinamento para professores rural em Ibirité: Embaixada com 34 professores do 10º Curso Rural da Fazenda do Rosário.”
07/1952	77 V	3 estudantes do Recife	“Escola de Arquitetura do Recife”
07/1952	79 F	5 estudantes da USP	“F.A.U U.S.P.”
08/1952	84 F	8 estudantes	“Colégio Nossa Senhora Auxiliadora”
09/1952	88 F	Grupo de escolares acompanhados de um professor	“Colégio Pedro II – Internato e Caravana ‘Independência’ – Brasil - América”
09/1952	91 F	Grupo de 16 visitantes - França	“Sorbonne - França”
10/1952	108 V	Grupo de escolares de Belo Horizonte	“Caravana da Escola 12 de Dezembro – BH”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 5 - Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) 01/07/1953 a 30/05/1954

07/1953	01 F	1 visitante auto declarado representante da Academia Brasileira de Belas Artes – RJ	“Academia Brasileira de Belas Artes - RJ”
07/1953	01 F	4 visitantes de São Paulo	“FPESP”
07/1953	24 V	Grupo de 13 visitantes escolares – 11 alunos e 2 Professores	“Escola Caio Martins de Esmeraldas – MG”
09/1953	45 V	Grupo de 13 visitantes escolares do Rio de Janeiro – alguns se auto declararam alunos	“Escola Nacional de Esportes - RJ”
09/1953	56 F	2 visitantes de Viçosa	“ESAV – Escola Superior de Agronomia e Veterinária de Viçosa
11/1953	79 V	Grupo de Belo Horizonte	“Colégio Sacre Coeur de Marie – BH.”
05/1954	180 F	Grupo de Belo Horizonte/MG acompanhados de um Capitão Diretor e uma Capitã Professora	“Embaixada de alunos do Ginásio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.”
05/1954	195 F	Grupo de Belo Horizonte/MG	“Grupo do Ginásio Tiradentes da Polícia Militar, Belo Horizonte, com embaixada de 150 alunos”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 6 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 01/06/1954 a 01/05/1955

06/1954	05 F	1 Grupo com 29 visitantes entre alunos e	“Cônego Lamar Calzalari e Padre Álvaro Barros - Seminário de Mariana e Colégio Caraça”
		padres (13 de Mariana e 16 do Colégio Caraça)	
06/1954	11 F	1 Grupo de BH	“Colégio Imaculada Conceição – BH”
07/1954	29 V	1 auto declarado professor de SP	“Prof. do Colégio Estadual – Penápolis – SP”
07/1954	40 F	1 Grupo de Ouro Preto	“Geraldo Nunes acompanhando grupo de 46 alunos da 4ª Cia Trans. OP”
08/1954	57 V	Grupo de 16 visitantes de Belo Horizonte, o último se auto declara professor	“Prof. Veyani”
09/1954	64 F	1 Grupo sem registro de cidade ou auto declaração	“Escola São Tomás de Aquino”
09/1954	71 F	Grupo Escolar Militar do RJ	“Professores e alunos da Escola Superior de Guerra – ESG do Rio de Janeiro” - Coronel J.S.D’Ascensão, Almirante [sic], General João Batipta Rangel
10/1954	82 F	1 Grupo de Belo Horizonte sem identificação de nome da Instituição	“Colégio Municipal 2º ano de Belo Horizonte”
10/1954	85 F/V	Grupo de 8 visitantes de Monte Carmelo, alguns auto declarados escolares	“Dr. Wilson Costa Thami, Embaixada da Casa do Estudante, Madre Bernadette de Lourdes, Prof. Rivoir [sic] e Madre Maria de Lourdes.
10/1954	87 V	Grupo de Belo Horizonte	Colégio Municipal 2º ano [sic] – Belo Horizonte
01/1955	130 V	1 auto declarado professor do Rio de Janeiro	“Prof. José Maria Cruz Campista e Alice T. da Cruz Campista”
01/1955	132 F	1 auto declarada professora de São Paulo	“Profa. Thereza Marcílio – SP”
01/1955	133 F	1 auto declarado escolar do Rio de Janeiro	“Geraldo Fogaça – ENBA – RJ/DF”
03/1955	163 V	1 auto declarado professor de Belo Horizonte	“Prof. Benedito J. de Souza – BH”
03/1955	164 V	1 auto declarado professor de Belo Horizonte	“Prof. [sic] Cardoso – BH”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 7 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 01/05/1955 a 12/04/1956

06/1955	27 V	Grupo do Rio de Janeiro	“Escola de Artes e Decoração do Rio de Janeiro”
07/1955	54 V	Grupo sem registro de cidade ou auto declaração	“Embaixada do IV Congresso de Estudantes do Comércio de Minas Gerais”
07/1955	59 F	Grupo acompanhado de Embaixador Carlos Afonso Nunes Ribeiro	“Embaixada da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil”
07/1955	60 F	02 visitantes	“Universidade Rural”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 8 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 12/04/1956 a 10/03/1957

07/1956	45 F	1 visitante estrangeiro – França –declarou-se Professor	“Prof. Sorbonne – Paris”
07/1956	55 V	Grupo de 21 alunos do Rio de Janeiro	“Comitiva de alunos da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro”
09/1956	88 V	Grupo de 19 alunos da USP e EMC do RJ	“Escola Politécnica da USP e Escola de Medicina e Cirurgia do RJ”
09/1956	101 V	Grupo do Espírito Santo	“Acadêmicos do 4º ano da Escola Politécnica José Rodrigues Menezes – Vitória – ES.”
11/1956	128 V	Auto declaração de 4 professores	Possível grupo de escolares (sem registro da instituição ou procedência)

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 9– Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 13/03/1957 a 08/01/1958

7/1957	101 V	Grupo com 27 alunos de Mariana/MG acompanhado de uma irmã de caridade Irene Menegaz	“Colégio Providência de Mariana – MG”
08/1957	114 V	1 Grupo sem identificação de nomes, auto declaração ou cidade	“Escola Normal Nossa Senhora de Fátima”
08/1957	121 F	Grupo de 20 visitantes escolares de Belo Horizonte	“Escola Técnica Municipal de Belo Horizonte”

09/1957	128 F	Grupo composto por 16 estudantes de Engenharia do país de diferentes estados	PE, RS, PR, PB, AL
09/1957	135 V	Grupo de 50 alunos de Belo Horizonte	“Escola São Tomás de Aquino – BH”
09/1957	145 F	Grupo 13 alunos de Petrópolis - RJ (sem auto declaração)	“Colégio Santa Isabel de Petrópolis – RJ – Normalistas de 1957”
09/1957	145 F	Grupo de Belo Horizonte/MG com 150	“Ginásio Nossa Senhora de Fátima de Belo Horizonte”
		alunos e um professor auto declarado	
10/1957	152 V	Grupo de 8 representantes escolares de São Paulo	“Representantes do Colégio Sacre-Coeur de Marié – SP”
10/1957	161 V	Grupo de Belo Horizonte acompanhado por 4 religiosos e Marista	“Irmão Jayme Luiz com a turma do 2º ginásial do Colégio Dom Silvério de Belo Horizonte”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 10 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 08/01/1958 a 14/09/1958

01/1958	10 F	Grupo do Espírito Santo acompanhados por um orientador educacional	“Professores e alunos dos cursos de CADES”
05/1958	79 V	Grupo de Viçosa acompanhado de um professor	“Escola Superior de Viçosa”
05/1958	81 F	Grupo com 34 visitantes do Rio de Janeiro acompanhados de um professor	“Caravana do Colégio de Aplicação da FNF – Rio de Janeiro”
06/1958	100 V	Grupo de Belo Horizonte acompanhado de um professor	“Colégio Estadual de Belo Horizonte.”
07/1958	137 V	Grupo de São Paulo acompanhado de um padre	“Colégio Salesiano de Lins – São Paulo”
08/1958	183 V	Grupo de 31 alunos acompanhados pela professora Celestina Maria dos Santos	“Escolas Reunidas Alfredo Baêta”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 11 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 14/09/1958 a 01/05/1959

09/1958	6 V	Grupo com 90 alunos acompanhado por um Major (assinatura ilegível)	“por 90 alunos do Colégio Militar de Belo Horizonte”
09/1958	xx	Grupo com 70 alunos acompanhados por três mulheres (sem auto declaração)	“Maria Helena Carvalho, Maria da Conceição Lopes, Conceição Inês Rodrigues e 70 alunos da Escola Frei Orlando em Belo Horizonte – Escola Paroquial S. Francisco.”
09/1958	10 F	Encontro de Museus promovido pela UNESCO – ICOM	Representantes de museus de Cuba, Venezuela, Chile, Paraguai, México, França, Holanda e São Francisco (EUA). Museus Nacionais, Institutos de Educação, DPHAN, representantes da UNESCO e ICOM
10/1958	23 V	1 visitante auto declarado escolar	“Colégio Bom Bosco”
10/1958	37 V	Grupo com 80 alunos acompanhados por dois Capitães e um Tenente.	“Colégio Militar de Belo Horizonte, delegação com 80 alunos”
11/1958	44 V	Grupo do Rio de Janeiro	“Escola Normal Carmelita Dutra – Rio de Janeiro”
11/1958	64 F	Grupo do Rio de Janeiro	“Universidade Rural do Rio de Janeiro – UNIRIO Rural”
01/1959	87 F	Grupo do Rio de Janeiro (sem auto declaração de professores)	“Colégio Pedro II do Rio de Janeiro”
01/1959	100 V	Grupo de estudantes (auto declarados) de São Paulo e do Paraná	“FAU USP e FCF”
04/1959	176 F	Grupo com 50 alunos de Lagoa Santa acompanhados da Professora Helena Lakó	“Escola Pio X – Lagoa Santa em visita com 50 alunos”
09/1958	193 V	Grupo com 34 alunos do Colégio Tiiradentes acompanhados pelo Capitão Argentino Medeiros	“Colégio Tiradentes da Polícia Militar - Belo Horizonte”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 12 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 01/05/1959 a 26/11/1959

05/1959	18 F	Grupo de 11 alunos de Belo Horizonte	“Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais”
---------	------	--------------------------------------	--

05/1959	18 V	Grupo de 17 alunos de Belo Horizonte acompanhados pelo Professor Vital Ferreira	“Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais”
06/1959	41 V	Grupo de 123 seminaristas acompanhados por um padre	“Seminário Menor de Mariana – MG”
07/1959	56 V	Possível caravana com 12 alunos de Porto Alegre acompanhados por um professor	“Prof. [sic] – Porto Alegre”
07/1959	98 F	Grupo acompanhado por Franciscanos	“Grupo Escolar Classes Anexas (Fundação) – Belo Horizonte”
07/1959	99 F	Grupo do Rio de Janeiro acompanhado de seus diretores	“Caravana do Colégio Brasil – Órgão Estudantil de Niterói”
08/1959	117 V	01 auto declarado professor	“Prof. [sic]”
09/1959	121 F	Grupo do Rio de Janeiro	“Escola Nacional de Belas Artes”
10/1959	148 F	Grupo de Belo Horizonte	“Alunos do Colégio Marconi de Belo Horizonte – 4ª série e 10 alunos do 3º ano de formação”
10/1959	149 V	Grupo de 12 alunos de Belo Horizonte	“Alunos da Faculdade de Direito UMG
10/1959	160 F	Grupo de 21 alunos de Itabirito acompanhados pela Professora Ruth Barbosa da Silva	“Grupo Escolar Raul Soares”
10/1959	178 V	01 auto declarado professor	“Prof. [sic]”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 13 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 28/11/1959 a 26/05/1960

12/1959	12 F	Grupo de 17 pessoas	“Delegación Escuela Otto Krause – Buenos Aires”
01/1960	57 F	01 visitante auto declarado professor	
01/1960	57 V	01 visitante auto declarado professor	
02/1960	83 F	01 visitante auto declarado professor	
02/1960	87 V	Grupo de 13 pessoas do Rio de Janeiro	“Escola Nacional de Belas Artes – RJ”
02/1960	101 F	01 visitante auto declarado criança	“Adolfo Giácomo Lone Celi (menino)”
04/1960	165 F	Grupo do Uruguai	“Faculdade de Arquitetura – Uruguai”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 14 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 26/05/1960 a 13/10/1960

5/1960	1 F	Grupo com 58 alunos de Belo Horizonte acompanhados pela Professora Maria Teresinha Campos Machado	“Escola São Tomás de Aquino”
05/1960	3 V	1 auto declaração	“Universidade rural”
06/1960	26 F	Grupo de 25 visitantes (mulheres) do Rio de Janeiro	“Universidade Rural do Rio de Janeiro”
06/1960	27 F	Grupo de Belo Horizonte	“Duas Classes do grupo de escolares Silviano Brandão de Belo Horizonte”
07/1960	47 F	Grupo do Rio de Janeiro – 10 pessoas não declaradas assinam o livro de visitas	“Sociedade Literária do Colégio Anglo Americano. Caravana Chefiada e orientada pelo Mestre Abdolazis Alcântara que oferece aos estudantes a oportunidade de conhecerem os primórdios da futura civilização brasileira: [sic] (assinatura).”
07/1960	49 F	Grupo de São Paulo	“Fundação Armando Álvaro Penteado de São Paulo”
07/1960	66 F	Grupo de Goiânia acompanhados de 5 mulheres (possivelmente professoras)	“Caravana do Instituto de Educação de Goiás
07/1960	75 F	3 visitantes da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro	“ENBA”
07/1960	77 F	Grupo de 12 visitantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros	“Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – Rio”
07/1960	81 F	Grupo de 13 estudantes de Buenos Aires e São Paulo	Estudantes de Arquitetura de Buenos Aires e Estudantes da Escola de Enfermagem da USP
07/1960	93 F	1 visitante – Cláudio Boltar – Recife	“Escola de Química”
07/1960	106 F	Azir Elihimas - Pernambuco	Vice-presidente do Instituto Histórico de Olinda
07/1960	110 V	Grupo de 15 estudantes	“Delegação da Faculdade Nacional de Arquitetura – 4º Curso – Rio de Janeiro”

07/1960	113 V	Grupo de 04 pessoas do RGS	“Belas Artes e Faculdade de Filosofia – Porto Alegre”
07/1960	117 V	Grupo escolar de 5 visitantes de Buenos Aires	“Delegación de Estudiantes de Arquitectura de Buenos Aires”
07/1960	120 V	3 visitantes do Rio de Janeiro auto declarados de instituição escolar	“Colégio Pedro II – Internato”
08/1960	127 F	Grupo de estudantes acompanhados professoras – MG	“Maria da Conceição Lima - Aos 6 de agosto de 1960, os alunos e professoras do Instituto Santo Antônio de Belo Horizonte visitaram este Museu.”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 15 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 13/10/1960 a 02/04/1961

10/1960	06 F	01 visitante auto declarado professor do Paraná	“Araújo Lima - Paraná”
10/1960	06 F	01 visitante auto declarado professor de Rio Acima - Minas Gerais	“Jurandir Duarte – Ginásio”
10/1960	09 V	Grupo de 30 alunos de São Paulo	“Centro Acadêmico – SP”
10/1960	14 V	Grupo de Minas Gerais	“Grupo Escolar São Sebastião – Dores do Turvo”
10/1960	14 V	01 visitante auto declarado professor de Minas Gerais	“Aurélio Fonseca – Sete Lagoas”
10/1960	17 F	Grupo do Rio de Janeiro	“Caravana: Turma de alunos do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro”
10/1960	48 V	01 visitante auto declarado professor do Rio Grande do Sul	“Porto Alegre”
12/1960	96 F	01 visitante auto declarada professora de Santa Catarina	“Germana Peters – Santa Catarina”
01/1961	84 V	01 visitante auto declarado professor de Minas Gerais	“Alan Alves da Silva – Patos de Minas”
02/1961	121 V	01 visitante auto declarado professor	Sem procedência e com nome ilegível
02/1961	142 F	01 visitante auto declarado professor do Rio de Janeiro	“Abelardo Tavares – Rio de Janeiro”
04/1961	180 V	01 visitante auto declarado professor de Goiás	Sem procedência e com nome ilegível
04/1961	186 F	01 visitante auto declarada professora de Minas Gerais	“Henriqueta Macedo Bicalho – Belo Horizonte”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 16 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 23/04/1961 a 06/09/1961³⁹

04/1961	11 V	01 visitante auto declarado professor do Rio de Janeiro	“Plínio de Carvalho – Rio de Janeiro”
05/1961	19 V	01 visitante auto declarado professor de Minas Gerais	“Professor Remi – Belo Horizonte”
06/1961	54 F	Grupo de Minas Gerais	“Professoras e alunas Colégio Nossa Senhora Monte Calvário – Belo Horizonte”
06/1961	56 F	01 visitante auto declarada professora do Rio de Janeiro	“Nair Guimarães Silva – Petrópolis”
06/1961	59 V	02 visitantes auto declarados professores	Sem procedência e com nome ilegível
06/1961	60 V	Grupo de Minas Gerais	“Embaixada da Escola de Tradutores e Intérpretes de Belo Horizonte”
06/1961	63 V	Grupo local	“Alunos do 5º ano – Alumínio (Saramenha/OP)”
06/1961	65 F	01 visitante auto declarado professor (sem registro de procedência)	“Álvaro de Almeida Magalhães”
06/1960	76 V	Grupo com 8 professores de Minas Gerais	“Miguel Severino dos Santos; Antônio Marciano; João Evangelista Viana, Leandro Borges; Alcino Augusto de Sá; Rui Rocha Cunha e Zózimo Filho.
07/1961	79 F	01 visitante auto declarado professor (sem registro de procedência)	“Miguel Barbosa”
07/1961	81 V	01 visitante auto declarada professora de MG	“Diolanda Pelegrine Monte Santo”
07/1961	108 F	Grupo de Minas Gerais	“Alunas do 3º Ano Normal de Arassuaí”
07/1961	111 V	01 visitante auto declarado professor de MG	“Álvaro Correa Borges – Belo Horizonte”
07/1961	111 V	01 visitante auto declarada professora de MG	“Maria Odila Costa – Belo Horizonte”
07/1961	113 F	01 visitante auto declarado professor de SP	“Teixeira – São Paulo”
07/1961	116 V	01 visitante auto declarado professor de MG	“Antunes Duarte – Belo Horizonte”
07/1961	117 F	01 visitante auto declarado professor de SP	“Licurgo Amaral – São Paulo”
07/1961	118 F	01 visitante auto declarado professor do Maranhão	“Professor Kalil Mohana - Maranhão”

³⁹ O livro referente ao período 06/09/1961 a 08/03/1962 não foi localizado nos arquivos.

07/1961	125 V	01 visitante auto declarado professor de SP	“Marcilo Z. S. – Lorena”
07/1961	127 V	01 visitante auto declarado professor de MG	“José Marrott - Uberaba”
07/1961	152 F	01 visitante auto declarado professor de MG	“José Marrott - Uberaba”
08/1961	171 V	01 visitante auto declarada professora do RJ	“Homenagem da professora Eulália Santos Tavares, diretora da Escola Carioca”
08/1961	197 V	01 visitante auto declarado professor de MG	“Juvenal – Congonhas”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 17 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 08/03/1962 a 28/07/1962

04/1962	32 V	Grupo de MG	“Excursão dos alunos da 4ª série dos Pioneiros Sociais” “Alunos do grupo de escolares Cristiano Machado – Nova Lima”
04/1962	38 V	01 visitante escolar	“FAU USP – São Paulo”
04/1962	41 V	Grupo com 09 visitantes do RJ e uma auto declaração de um professor	“Federação Nacional dos Arquitetos (FNA)”
04/1962	44 V	Grupo de SP	“Escola de Belas Artes – São Paulo”
04/1962	445 F	03 visitantes auto declarados escolares	“São Paulo – EBA – SP” (Escola de Belas Artes) “Engenharia Mackenzie – SP” “Engenharia Mackenzie – Juiz de Fora”
04/1962	54 V	1 auto declarado Professor do RJ	Sem procedência e nome ilegível
05/1962	68 V	01 declaração	“Tive a melhor das impressões deste museu. É a lição inesquecível da História Brasileira”
05/1962	82 V	1 auto declarado Professor do Piauí	“Prof. João de Almeida [sic]”
05/1962	85 V	Grupo com 21 visitantes de MG	“Caravana da Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais”
05/1962	86 F	Grupo com 46 alunos	“Escola Santo Tomás de Aquino/46 alunos”
05/1962	86 F	1 auto declarada criança	“Andira (5 anos)”
05/1962	88 V	1 auto declarada Professora de MG	“Profa. Regina Viana Dolabela Marques – Santa Luzia”
06/1962	114 F	Grupo com 26 visitantes	“Pela delegação do Colégio Pedro II – Internato, composta de 23 participantes,

			sendo 3 professores.”
07/1962	136 V	Grupo com 58 pessoas de MG	“Ginásio Nossa Senhora de Pompéia – Belo Horizonte - 58 pessoas”
07/1962	146 V	1 auto declarado Professor do Rio Grande do Sul	“Prof. José Nunes [sic] – Rio Grande do Sul”
07/1962	167 V	1 auto declarado Professor da Alemanha	Nome ilegível “Berlim”
07/1962	184 V	1 auto declarado Professor da França	“Prof. René L. F. Durand – Dakar – Paris”
07/1962	194 V	1 auto declarado Professor de Alagoas	“Prof. Roland Simon – Maceió”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 18 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 08/03/1962 a 28/07/1962

04/1962	32 V	Grupo de Nova Lima sem registro de número de visitantes	“Excursão dos alunos da 4ª série dos Pioneiros Sociais” “Alunos do grupo de escolares Cristiano Machado – Nova Lima”
04/1962	38 F	01 visitante escolar	“FAU USP – São Paulo”
04/1962	41 V	Grupo de 09 visitantes do RJ com 01 auto declaração de 01 professor	“Grupo de 9 visitantes do Rio de Janeiro da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA)”
04/1962	44 V	Presença de (possível grupo) escolar de SP	“Escola de Belas Artes – São Paulo”
04/1962	45 F	Presença de 03 visitantes auto declarados escolares	“São Paulo – EBA SP” “Engenharia Mackenzie – SP”/“Engenharia Mackenzie – Juiz de Fora”
04/1962	54 V	01 auto declarado Professor do RJ	Nome ilegível
04/1962	68 V	Referência ao espaço ser parte da História do Brasil	“Tive a melhor das impressões deste museu. É a lição inesquecível da História Brasileira.”
05/1962	82 V	01 auto declarado Professor do Piauí	“Prof. João de Almeida [sic]”
05/1962	85 V	01 Caravana escolar de MG	“Caravana da Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais”
05/1962	86 F	01 grupo com 46 alunos	“Escola Santo Tomás de Aquino – R. Timbiras 1778”
05/1962	86 F	01 auto declarada criança de Belo Horizonte	“Andira” (5 anos) - BH

05/1962	88 V	01 auto declarada professora de MG	Profa Regina Viana Dolabela Marques – Santa Luzia
06/1962	114 F	01 grupo de escolares com 26 escolares sendo 03 auto declarado professores	“Pela delegação do Colégio Pedro II – Internato, composta de 23 participantes, sendo 3 professores.”
06/1962	132 F	01 auto declarada criança de SP	“Raimundo Isac Libório Júnior (5 anos) – Santo André – SP
07/1962	136 V	01 grupo com 56 visitantes de Minas Gerais	“Ginásio Nossa Senhora de Pompeia – 58 pessoas – Belo Horizonte”
07/1962	146 V	01 auto declarado Professor do RGS	“Prof. José Nunes [...] – Rio Grande do Sul”
07/1962	167 V	01 auto declarado Professor da Alemanha	“Berlim” – nome ilegível
07/1962	178 V	01 auto declarado Professor do RGS	“Prof. Pedro [...] – Novo Hamburgo - RGS”
07/1962	184 V	01 auto declarado Professor da França	“Prof. René L.F. Durand – Dakar – Paris”
07/1962	194 V	01 auto declarado Professor de Alagoas	“Prof. Roland Simon – Maceió”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 19 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 29/07/1962 a 17/01/1963

07/1962	64 V	02 visitantes auto declarados professores de SP	“Prof. Damires de Toledo Moraes – Santos – SP” “René de Moraes – Santos – SP”
07/1962	77 V	Grupo com 33 alunos do Estado da Guanabara	“2º ano Normal – 33 alunos – Escola Normal Inácio de Azevedo Amaral – Estado da Guanabara”
08/1962	96 V	01 auto declarada professora do ES	“Profª. Endette de Souza Cruz – Fundão – ES”
10/1962	Folha Solta	Registro feito em folha solta, datilografada, de grupo de escolares de SP que prestou uma homenagem às mulheres da Inconfidência Mineira	“Homenagem à Bárbara Heliodora e Marília de Dirceu feita pelo Colégio Sion (São Paulo), sob a direção da Irmã Germana – Caravana dirigida pelo expositor cultural Estudantil Prof. Dr. Alceu Manard Araújo em 18/10/1962,”
11/1962	128 F	01 grupo de escolares de MG	“Grupo Escolar Professor Francisco Brant – Belo Horizonte”

11/1962	135 F	01 auto declarada religiosa acompanhando um grupo de escolares de MG	“Irmã Cecília Lemos da Escola Santa Catarina, anexa ao Colégio Santa Maria – Belo Horizonte”
11/1962	136 V	01 auto declarada Professora do RJ	“Nadir P. de Castro – São Gonçalo”
12/1962	175 V	02 auto declarados professores do RJ	“Prof. Félix e Prof. Waldemar – Rio de Janeiro”
01/1963	184 V	01 grupo de MG	“Instituto Santo Antônio de Pádua – Itabirito”
01/1963	191 F	01 grupo do RJ	“Escola Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro”
01/1963	192 F	01 grupo sem indicação de procedência	“Alunos da Delegação de Arquitetura da U. Brasil”
08/			

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 20 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 17/01/1963 a 04/07/1963

01/1963	01 V	Grupo de 17 pessoas de São Paulo	“Excursão Cultural Varig” – São Paulo
01/1963	16 F	1 auto declarado professor da França	“Pierre Leidem- Paris”
02/1963	39 F	1 auto declarado professor de Minas Gerais	“Hélio Guimarães – Almenara”
02/1963	45 F	Grupo de 19 escolares do Rio de Janeiro	“Viagem às cidades Históricas de Minas Gerais (estudo) 19 professores licenciados pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.”
02/1963	62 F	1 auto declarada professora de Belo Horizonte	“Profa. Áurea Martins Thomson – Belo Horizonte, MG.”
03/1963	79 F	1 auto declarado professor de Belo Horizonte	“Prof. Benigno Pinel O. Carm. – Belo Horizonte”
03/1963	97 V	1 criança	“Paulo Corrêa – 6 anos”
04/1963	111 F	1 auto declarada professora de Guaraciaba/MG	“Profa. Geralda Alves – Guaraciaba – MG”
04/1963	124 F	Grupo escolar de São Paulo	“Pelos Irmãs Dorotéia de Bebedouro. Maria Barreto – Bebedouro” “Colégio Anjo da Guarda – Bebedouro- São Paulo. Madre Angelina de Carvalho Machado –

			Bebedouro – São Paulo.”
05/1963	143 F	1 criança de Belo Horizonte	“Sílvia Márcia Costa Quintão – 6 anos”
05/1963	149 V	1 auto declarado Professor de São Paulo	Nome ilegível
05/1963	164 V	Grupo com 13 visitantes (mulheres) de Matosinhos Pesquisa: Ginásio particular Nossa Senhora de Fátima em 1958, mantido pela Associação de mesmo nome, sendo incorporado mais tarde pela Fundação Bento Gonçalves. Em 1965 foi designada Escola Estadual Bento Gonçalves.	“Excursão Equipe E – Colégio/Escola Nossa Senhora de Fátima – Matosinhos”
06/1963	178 F	1 auto declarada Professora de São Paulo Pesquisa: Arquiteto, paisagista e Professor Universitário. Projetou o Viaduto do Chá (SP). Seu estilo arquitetônico era de tendências art déco.	“Profa. Elisiária da Cunha Bahiano – São Paulo”
06/1963	193 V	Grupo de visitantes escolares (sem maiores informações)	“Professoras do Colégio Nossa Senhora das Neves – João Pessoa – Paraíba”
06/1963	195 F	1 auto declarado Professor dos EUA	“Prof. and Mrs. J. R. Zacharias – EUA”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 21 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 04/07/1963 a 24/10/1963

07/1963	15 F	02 auto declaradas crianças	“Karla Epifânio Coutinho – 6 anos” “Lúcia Helena Epifânio Soares – 7anos”
07/1963	23 V	01 grupo com 26 visitantes do RGS	“Escola Comercial 8 de Setembro – Estância Velha – Rio Grande do Sul”
07/1963	31 F	01 grupo de escolares do Uruguai	“Excursion de las Franciscanas [...] de Maria – Colégio de la Asunción com las

			alunas [...]”
07/1963	41V /42F	Grupo (duas folhas do livro)	“CAUF/Grupo da Escola de Belas Artes de S.P/CEF/E.S Social/ EFE/CAEU/F.Economia”
07/1963	90 V	01 auto declarado Professor do Japão	“Prof. [...] Universidade, Tóquio/Japão
07/1963	93 V	02 crianças e 01 auto declarado Professor de SP	“Ralph Hatt – 5 aninhos – SP” “Ellinor A. Bjerring – 9 anos – SP” “Prof. Zoé Soares – SP”
09/1963	132 F	01 auto declarada criança (sem indicação de procedência)	“Maria do Carmo – 6 anos”
09/1963	140 F	01 auto declarado Professor de MG	“Pedro Alves Oliveira Júnior – Representante E. T. de Comércio Tito Novaes – Belo Horizonte”
09/1963	162F/ 163V	01 grupo de Minas Gerais	“Comitiva da Escola de Tradutores e Intérpretes de Belo Horizonte”
10/1963	193 F	01 auto declarado Professor de SP	“Prof. Lúcio Martins Rodrigues – São Paulo”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 22 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 24/10/1963 a 14/03/1964

11/1963	20 F	01 auto declarado Professor de SP	“Prof. Maurício B. Ottoni de São Paulo”
11/1963	20 V	01 auto declarado Professor da Noruega	“Prof. Dr. Toy Eika – Noruega”
11/1963	26V/ 27F	01 grupo local	“21 alunos de Ouro Preto”
11/1963	47 F	01 auto declarada Professora de SP	“Professora Flávia Castanheira – São Paulo”
12/1963	65 F	01 grupo com 21 pessoas”	“Turma de Bacharéis de 1958”
12/1963	74 V	04 auto declarados professores de SP	“Profa. Jacira de Castro Silva – SP/ Justiniano Lopes – SP/ Maria Aparecida Castro Reick – SP / Thereza de Castro Silva – SP”
01/1964	92 F	01 auto declarada Professora de MG	“Profª. Maria Lessa de Almeida – Belo Horizonte”
01/1964	100 F/V	01 auto declarada Professora do PA	“Profª. Sofia Cortez de Souza – Belém do Pará”
01/1964	113 F	01 auto declarada Professora do MT	“Profª. Maria Costey Junior – Mato Grosso – MT”

01/1964	115 V	04 auto declaradas Professoras (2 de MG e 2 do RJ)	“Profª. Maria das Dores Marques Nunes – Guanabara – RJ” “Profª. Maria Alda Gomes de Carvalho – Guanabara – RJ”
			“Profª. Maria Noraldina Brito Manga – MG” “Profª. Maria Auxiliadora de Brito Morais Manga – MG”
01/1964	133 V	01 auto declarada Professora de SP	“Profª. Hebermira Cerqueira Mattos – São Paulo”
02/1964	159 V	01 auto declarado Professor do Chile	“Prof. Guillermo Ulriksen – Chile”
02/1964	181 V	01 auto declarada Professora da Bahia	“Profª. Maria da Conceição M. Pinheiro – Bahia”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 23 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 14/03/1964 a 26/07/1964

04/1964	37 F	01 grupo local com 01 auto declaração de uma professora	“03 classes da 3ª série do grupo de escolares Marília de Dirceu – Ouro Preto” sendo: turma 1 com 41 alunos, turma 2 com 39 alunos e turma 3 com 38 alunos.
04/1964	37 F	01 grupo de São Paulo com 18 pessoas e 01 auto declaração de uma inspetora escolar	“Zulmira Soares Dias - Escola Secundária – São Paulo”
05/1964	52 V	01 grupo de MG com 03 auto declarados escolares	“Excursão Cultural Escola de Tradutores e Intérpretes composta de 112 alunos – Nova Lima. Diretor Professor Danilo Coscanelli, Elga de Melo e Prof. Daniel José Simões”
05/1964	62 V	01 auto declarado professor dos EUA	“Prof. Robert Cranc Famek – Kansas”
05/1964	88 F	01 grupo de escolares com 29 pessoas de Brasília	“CEM – Brasília – 2º NA – Instituto de Arquitetura.”
05/1964	89 F	01 auto declarada professora de SP	“Profª. Rosa Ruggueiro Landell – São Paulo”
06/1964	110 F	01 auto declarado professor dos EUA	“Prof. and Mrs. Alan M. Mac. Ewan – Lincoln University Penn”

07/1964	132 F	02 visitantes auto declaradas crianças de SP (Campinas)	“Edjard Roberto Ratto (10 anos)” “Cleijo Augusto Rattio (6 anos)”
07/1964	179 F	01 auto declarado professor de SP	“Prof. Clovis Martins – São Paulo”
07/1964	183 V	01 auto declarada professora de SP	“Odete Diniz Toledo – São Caetano do Sul”
07/1964	195 F	01 auto declarado professor de MG	“Hilton Gonçalves Lana – Divinópolis”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 24 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 26/07/1964 a 02/01/1965

08/1964	29 V	01 auto declarado professor do Japão	“Prof. Y. Tsuboi – Tokio”
08/1964	34 F	01 auto declarado professor da Alemanha	“Prof. L. Johaumes Zielio Aaden – Alemenha”
08/1964	47 V	01 grupo de MG	“Professores e alunos do Ginásio Arlindo Vieira – Belo Horizonte”
10/1964	111 V	01 auto declarado professor do Equador	“Prof. [sic] – Equador”
10/1964	113 V	01 auto declarada criança de MG	“Simone Guimarães Ferreira – menina de 6 anos – Belo Horizonte”
11/1964	137 V	01 auto declarada criança de MG	“Solange Guimarães G. – Ponte Nova” (5 anos)
11/1964	150 V	01 grupo de MG	“26 Quintoanistas Escola Padre Sacramento – São João Del Rei” (5º ano)
12/1964	178 V	01 auto declarado professor de MG	“Prof. Geraldino da Silva – Uberlândia”
12/1964	198 V	01 auto declarado professor dos EUA	“Prof. [sic] – EUA” (nome ilegível e sem local definido de procedência)

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 25 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 02/01/1965 a 28/05/1965

01/1965	30 V	01 auto declarada professora de MG	“Profa. Marieta Tomaz – Belo Horizonte”
01/1965	39 F	01 auto declarada professora do PR	“Profa. Maria da Luz de Andrade Moreira – Paranaguá”

01/1965	49 V	01 auto declarada professora da Alemanha	“Prof. Ruth Walles – Alemanha”
02/1965	56 F	01 auto declarado professor do RGS	“Prof. Aloísio Capuchinho – Caxias do Sul”
02/1965	59 F	01 auto declarado professor de SP	“Prof. N. Durval da Silva – São Paulo”
02/1965	xx V	01 grupo de escolares com 26 pessoas de SP, RJ e BA	“21ª Caravana da ‘Breda’ (São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia)”
02/1965	92 V	01 auto declarada professora do RGS	“Prof. Irmã Luy A. Rodolfi – Marista – Farroupilha”
02/1965	98 V	01 auto declarada professora do RJ	“Professora Durvelina Santos – Rio de Janeiro”
03/1965	100 V	01 auto declarado professor de MG	“Prof. César Pereira – Belo Horizonte”
03/1965	129 V	01 auto declarada professora	“Prof. Jacyra Feitosa Martins – Pinheiro (procedência provável Maranhão)”
04/1965	140 F	01 grupo com 01 auto declarado professor de MG	“Grupo Escolar Silviano Brandão – 3º ano – sala 27 – Prof. D. Semar Gomes e S. Bastos – Belo Horizonte”
04/1965	145 F	01 grupo escoteiro ligado a um grupo de escolares	“Alcatéia – 18 pessoas – Elza Maria – p/ Alcatéia do Colégio Loyola – Belo Horizonte”
04/1965	157 F	01 grupo com 44 alunos de MG	“44 alunos do Ginásio Estadual Virgílio Machado – Sabará”
05/1965	171 V	01 grupo de escolares com 26 alunos de MG	“Alunos da 2ª série A, B, C do Colégio Leão XIII – Divinópolis”
05/1965	173 F	01 auto declarado professor de MG	“Prof. Luís Cintra Fernandes – Belo Horizonte”
05/1965	179 F	01 auto declarado professor de MG	“Prof. Aduauto Junqueira Rebouças – Belo Horizonte”
07/1965	56 F	01 auto declarada professora de SP	“Prof. Carlos A. Gomes C. (Diretor da Escola de Belas Artes) – São Paulo”

Fonte: Elaborada pela autora.

QUADRO 26 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 28/05/1965 a 23/09/1965

06/1965	28 V	01 auto declarado professor dos EUA	“Prof. Clemente Carrington Dornes – New
---------	------	-------------------------------------	---

			York”
07/1965	45 V	02 auto declarados professores de SP	“Prof. Sebastião Lima Campos – São Paulo” “Prof. Carlos Eduardo Vicente de Azevedo – São Paulo”
07/1965	51 V	01 grupo de escolares de ex alunos de MG, RJ e GO	“Excursão ex alunos Salesianos – Minas, Guanabara e Goiás”
07/1965	56 F	01 auto declarada professora de SP	“Profa. Ítala Varella – São Paulo”
07/1965	58 F	01 auto declarado professor de SP	“Prof. Ederjane Absendes – São Paulo”
07/1965	123 F	Grupo de visitantes com 31 pessoas do RJ	“Centro Temático Cultural – Rio de Janeiro”
08/1965	xx F	01 auto declarado professor do RJ	“Prof. [sic] Faculdade de Filosofia UFRJ”
08/1965	137 V	01 auto declarado professor de MG	“Prof. Carvalho Assis – Belo Horizonte”
08/1965	160 F	01 auto declarado professor de MG	“Prof. Hélio F. Portela – Pedro Leopoldo”

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 27 – Registro nos livros de visitantes do Museu da Inconfidência referente aos Grupos/visitantes escolares (1945 - 1965) – 23/09/1965 a 17/02/1966 (a pesquisa termina em 12/1965)

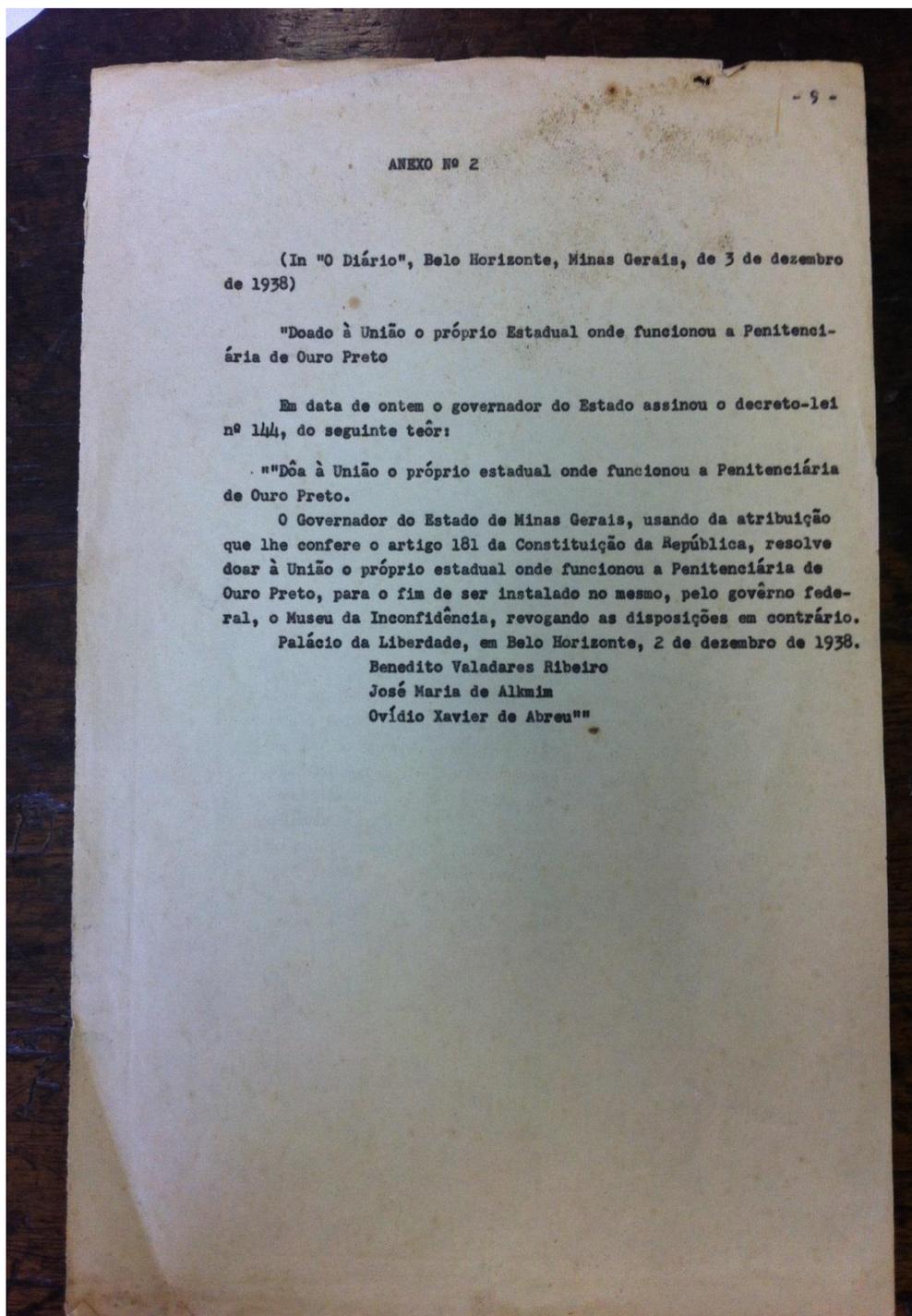
09/1965	07 V	03 auto declaradas professoras de Belo Horizonte	“Maria Eugênia [sic] Miranda – Colégio Santo Agostinho – BH” “Maria do Carmo Vaz de Oliveira – Colégio Santo Agostinho – BH” “Teresinha Rodrigues Santos – Colégio Santo Agostinho - BH”
09/1965	10 F	01 religioso acompanhando grupo Escolar	“Padre João[sic] SVC. Belo Horizonte – Colégio Arnaldo – BH”
10/1965	10 F	01 grupo de escolares com 8 visitantes de MG (um homem e sete mulheres)	“Pelo Colégio Leão XIII – Joel Souza”
10/1965	10 F	01 grupo de escolares de SP	“Colégio Alberto Conte – São Paulo”
10/1965	17 F	01 grupo de escolares de MG	“Alunos do 5º ano do [sic] de Lagoa Santa – MG”
10/1965	26 V	01 grupo de escolares do RJ	“Religiosas e alunas do Colégio ‘Stella Maris – Rio de Janeiro – RJ”

10/1965	26 V	01 grupo de escolares de MG	“Religiosas e alunas do Colégio Imaculado – Belo Horizonte”
10/1965	40 V	03 auto declaradas professoras	“Profa. Maria do Socorro Lopes – R.G.Norte” “Profa. Maria da Conceição Paixão – Amazonas” “Profa. Lílian Martins Afonso – Amazonas”
10/1965	41 V	Grupo de 40 alunos de MG	“40 alunos do Ginásio Comercial Carmelita Veloso – Venda Nova – MG”
11/1965	58 F	01 auto declarado professor de MG	“Prof. [sic] Kogan – Viçosa”
11/1965	60 F	01 grupo de escolares de MG	“Centro de Estudos Históricos – FAFI – Belo Horizonte”
12/1965	81 V	01 grupo de escolares de MG	“Curso de Turismo da Escola de Tradutores e Intérpretes de MG – Belo Horizonte”
12/1965	82 F	01 auto declarado professor – USA	“Prof. [sic] Alexander Robichek – Los Altos, Califórnia”

Fonte: Elaborada pela autora.

ANEXO A – TERMO DE DOAÇÃO

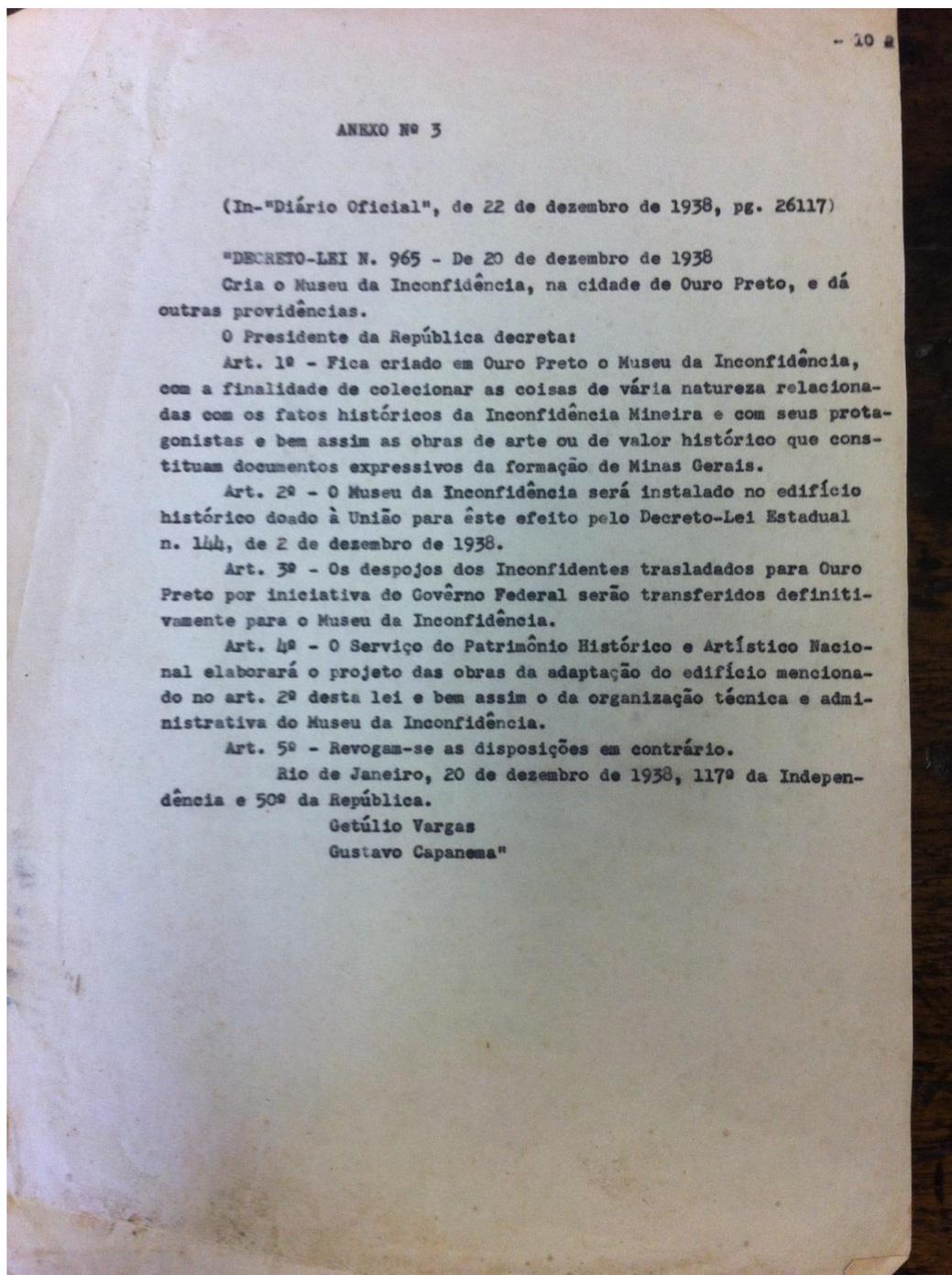
FIGURA 2 – Cópia da Publicação da doação do Prédio da Penitenciária de Ouro Preto à União



Fonte: Arquivo Histórico da Casa do Pilar – Anexo III do Museu da Inconfidência (Pasta xxx) ([19--]).

ANEXO B – TERMO DE CRIAÇÃO

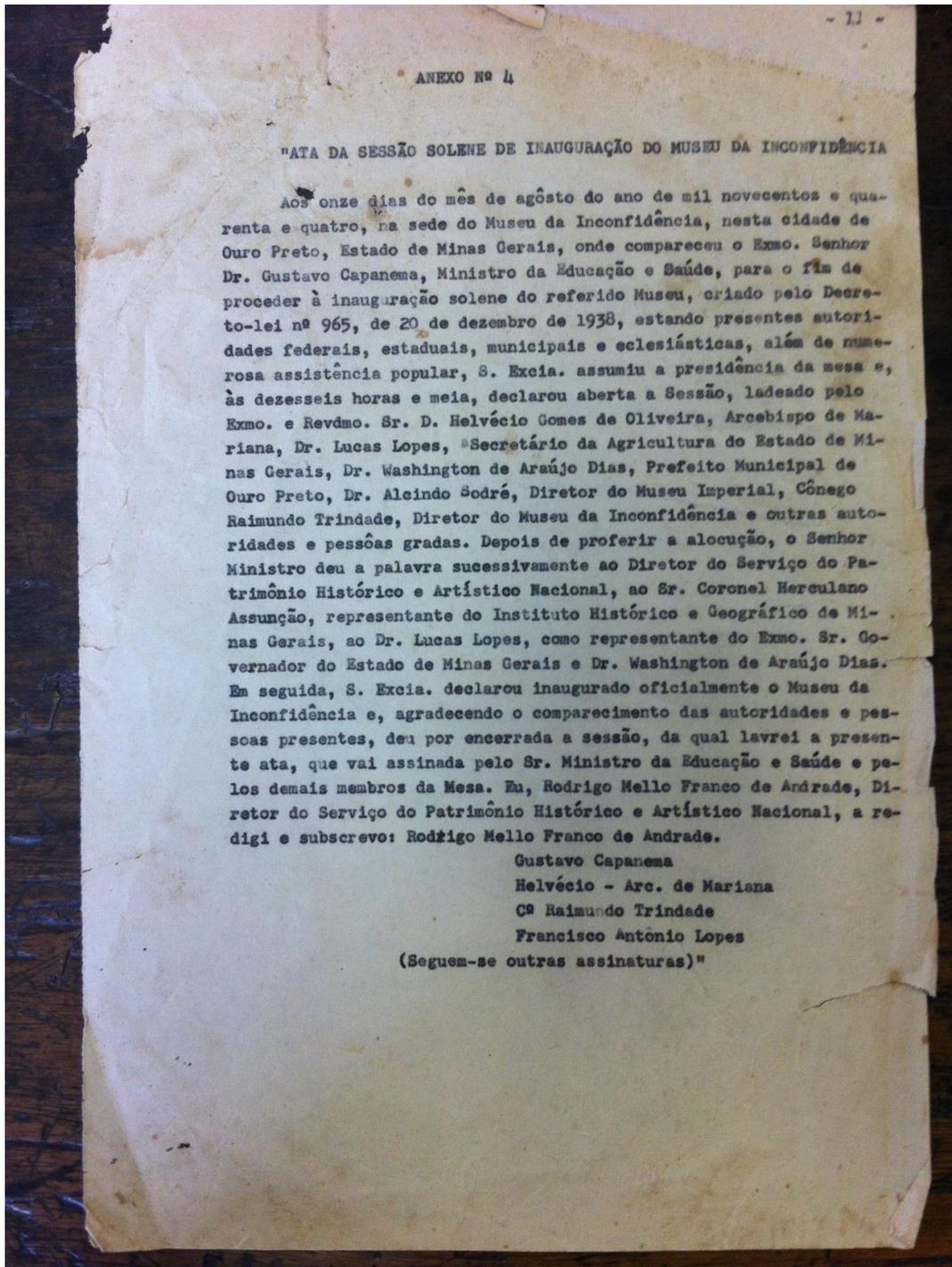
FIGURA 3 – Cópia da Publicação do Decreto-Lei N. 965, de 20 de dezembro de 1938
que cria o Museu da Inconfidência



Fonte: Arquivo Histórico da Casa do Pilar – Anexo III do Museu da Inconfidência (Pasta xxx) (19--)].

ANEXO C – TERMO DE POSSE

FIGURA 4 – Cópia as Ata da Sessão Solene de Inauguração do Museu da Inconfidência



Fonte: Arquivo Histórico da Casa do Pilar – Anexo III do Museu da Inconfidência (Pasta xxx) ([19--]).